

Programa de
Pós-Graduação em
Linguística Aplicada




Universidade de Brasília
Instituto de Letras (IL)
Departamento de Línguas
Estrangeiras e Tradução (LET)

**PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO PROCESSO SELETIVO
DA UNILAB: A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DE REDAÇÃO DE ARTIGO DE
OPINIÃO**

LAURINDO LEITE INFAU

**Brasília/DF
2022**

LAURINDO LEITE INFAU

**PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO PROCESSO SELETIVO
DA UNILAB: A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DE REDAÇÃO DE ARTIGO DE
OPINIÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem, Práticas Sociais e Educação.

Orientador: Professor Doutor Fidel Armando Cañas Chávez.

**Brasília/DF
2022**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lp Leite Infau, Laurindo
 Participação dos Estudantes Guineenses no Processo Seletivo da Unilab: a importância do domínio de redação de artigo de opinião. / Laurindo Leite Infau; orientador Fidel Armando Cañas Chávez. -- Brasília, 2022.
 101 p.

 Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade de Brasília, 2022.

 1. Ensino de produção escrita de gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa. . 2. Artigo de opinião.. 3. Gramática normativa.. 4. Estudantes guineenses.. 5. UNILAB.. I. Armando Cañas Chávez, Fidel , orient. II. Título.

LAURINDO LEITE INFAU

**PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO PROCESSO SELETIVO
DA UNILAB: A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DE REDAÇÃO DE ARTIGO DE
OPINIÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem, Práticas Sociais e Educação.

Orientador: Professor Doutor Fidel Armando Cañas Chávez

**Brasília/DF
2022**

LAURINDO LEITE INFAU

**PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO PROCESSO SELETIVO
DA UNILAB: A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DE REDAÇÃO DE ARTIGO DE
OPINIÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem, Práticas Sociais e Educação.

Defendida e aprovada no dia 10 de maio de 2022.

Banca Examinadora formada por:

Professor Doutor Fidel Armando Cañas Chávez
Universidade de Brasília – UnB (Presidente)

Professor Doutor José Carlos Paes de Almeida Filho
Universidade de Brasília - UnB (Examinador interno)

Professor Doutor Júlio Neves Pereira
Universidade Federal da Bahia – UFBA (Examinador externo)

Professora Doutora Christiane Moisés Martins
Universidade de Brasília – UnB (Suplente)

Brasília/DF
2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Leite Infau e Joana Ansi Indjussi, (*in memoriam*), pessoas que foram importantes na minha vida para que eu conseguisse seguir este caminho da ciência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e pela oportunidade preciosa que me deu para cursar mestrado nesta reconhecida Universidade Federal – Universidade de Brasília – UnB.

À UnB e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PGLA, pela oportunidade concedida de realizar o Mestrado nessa instituição de ensino superior.

A realização da pesquisa que resultou nesta dissertação só foi possível graças ao apoio financeiro recebido por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil. Portanto, agradeço à instituição pela concessão da Bolsa que me permitiu a dedicação exclusiva durante o curso. Sem essa bolsa eu não teria conseguido chegar até aqui.

Ao Decanato de Assuntos Comunitários – DAC e à Diretoria de Desenvolvimento Social - DDS da UnB, pela concessão da Bolsa Alimentação que também contribuiu para minha dedicação exclusiva aos estudos.

À minha família, pela compreensão sobre a minha distância em busca de conhecimento e de um futuro melhor.

Ao Professor Doutor Fidel Armando Cañas Chávez, meu orientador, por aceitar orientar-me com competência e pelo que aprendi com ele sobre metodologia de pesquisa e produção acadêmica.

À Professora Doutora Gladys Plens de Quevedo Pereira de Camargo, pela leitura cuidadosa do meu projeto de pesquisa apresentado, pelas sugestões e pelas correções sugeridas.

À Professora Yamilka Rabasa Fernandez, igualmente, pela leitura cuidadosa do projeto de pesquisa apresentado, pelas sugestões e pelas correções feitas.

À Professora Doutora Mariana Rosa Mastrella de Andrade, pelo conhecimento proporcionado sobre a formação de professores de línguas.

Ao Professor Doutor José Carlos Paes de Almeida Filho, com quem aprendi sobre abordagens de ensino nas perspectivas gramatical e comunicativa, muito importantes para mim, principalmente a última, que é mais enfatizada na literatura especializada ao longo dos últimos 50 anos, visto que ainda é pouco conhecida no contexto do ensino de línguas do meu país

(Guiné-Bissau) porque o nosso ensino de línguas está fortemente centrado na abordagem gramatical.

À Professora Doutora Vanessa Borges de Almeida, pelos conhecimentos que me proporcionou sobre avaliação da aprendizagem de línguas.

Ao irmão Júlio Leite Infau, pela ajuda na coleta de dados durante a pesquisa que resultou nesta dissertação.

Ao amigo Braima Sadjo, igualmente, pela ajuda na coleta de dados.

Ao amigo Jefte Augusto Gomes Batista, pelo suporte técnico no momento de gravações das entrevistas.

Agradeço a todos participantes da pesquisa que, pelo princípio ético que rege este trabalho, não podem ser mencionados pelos próprios nomes.

A todos que estão na torcida para a realização deste meu sonho, meu muito obrigado!

*Quem dá ouvidos à repreensão construtiva terá
a sua morada no meio dos sábios.*

*(Bíblia Sagrada (NAA Nova Almeida
Atualizada, 2017) – Provérbios 15:31).*

RESUMO

A República da Guiné-Bissau é um país africano com vários problemas institucionais. Dentre eles, o do sistema educativo nos parece o mais notável ao ponto de ser assim considerado, pela UNESCO (2016), como um dos mais frágeis da África. Essa situação de frágil sistema educativo, com uma só universidade pública e poucas outras instituições privadas de ensino superior, num sistema em que os alunos pagam mensalidades para cursar a graduação, fez com que muitos estudantes guineenses, ao terminarem o ensino secundário, procurassem viajar para o exterior a fim de cursar uma graduação, já que poucas famílias têm condições de pagar mensalidades de seus filhos no ensino superior. Nesse desejo de estudar na diáspora, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que realiza anualmente um processo seletivo para admissão de novos alunos internacionais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tornou-se uma oportunidade para a realização de sonhos de muitos jovens guineenses. Este trabalho procurou investigar os desafios que estudantes guineenses enfrentam ao longo do processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB. Epistemologicamente, a pesquisa situa-se na área de Linguística Aplicada, trazendo teorias que debruçam sobre gêneros textuais, considerando que a redação de artigo de opinião é uma das principais provas de admissão da UNILAB. Metodologicamente, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso numa abordagem qualitativa. Foram utilizados 2 (dois) instrumentos na coleta de dados: entrevista e redações de candidatos. Na entrevista, procuramos saber sobre as dificuldades que os participantes passaram ao longo do processo seletivo, considerando suas formações no ensino secundário. Na redação foi analisado como os participantes usam operadores argumentativos no texto, baseado em Koch e Elias (2016). Para análise, embasamos em teoria de análise temática defendida por Minayo (2007). No final, os resultados das redações mostram bem que os participantes aprenderam uma fórmula de escrita para o concurso e não para a vida. Por outro lado, ao longo das suas falas na entrevista, foi constatado que, na Guiné-Bissau, o ensino de produção escrita ocupa pouco espaço nas aulas de Língua Portuguesa em detrimento do ensino da gramática normativa, o que acaba levando muitos estudantes guineenses a pagar cursos particulares para poder participar do processo seletivo da UNILAB. Chega-se à conclusão da importância do ensino da produção de gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau, considerando que a língua é forma, sentido e uso (GONZALES; QUEVEDO-CAMARGO, 2017) e o ensino da gramática normativa parece cumprir parcialmente aquilo que é esperado dos professores de língua na atualidade.

Palavras-Chave: Ensino de produção escrita de gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa. Artigo de opinião. Gramática normativa. Estudantes guineenses. UNILAB.

ABSTRACT

The Republic of Guinea-Bissau is an African country with several institutional problems. Among them, the education system seems to us the most notable to the point of being considered by UNESCO (2016) as one of the most fragile in Africa. This fragile educational system, with only one public university and few other private institutions of higher education, in a system in which students pay tuition fees to attend graduation, made many Guinean students, after finishing secondary education, seek to travel abroad in order to attend university classes, since few families are able to pay their children's tuition in higher education. In this desire to study in the diaspora, the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), which annually carries out a selection process for the admission of new international students from Portuguese-speaking African Countries (PALOP), has become a opportunity to make dreams come true for many young Guineans. This work sought to investigate the challenges that Guinean students face during the selection process of foreign students at UNILAB. Epistemologically, the research is located in the area of Applied Linguistics, bringing theories that focus on textual genres, considering that the writing of an opinion article is one of the main admission tests for UNILAB. Methodologically, the research was characterized as a case study in a qualitative approach. Two (2) instruments were used in data collection: interview and candidate essays. In the interview, we sought to know about the difficulties that the participants went through during the selection process, considering their training in secondary education. In the writing, it was analyzed how the participants use argumentative operators in the text, based on Koch and Elias (2016). For analysis, we based on the theory of thematic analysis defended by Minayo (2007). In the end, the essay results show that the participants learned a writing formula for the contest and not for life. On the other hand, throughout his speeches in the interview, it was found that, in Guinea-Bissau, the teaching of written production occupies little space in Portuguese Language classes to the detriment of the teaching of normative grammar, which ends up leading many Guinean students to pay private courses in order to participate in the UNILAB selection process. It is concluded that the importance of teaching the production of textual genres in Portuguese Language classes in Guinea-Bissau, considering that language is form, meaning and use (GONZALES; QUEVEDO-CAMARGO, 2017) and the teaching of normative grammar seems partially fulfill what is expected of language teachers today.

Keywords: Teaching written production of textual genres in Portuguese language classes. Opinion article. Normative grammar. Guinean students. UNILAB.

RESUMEN

La República de Guinea-Bissau es un país africano con varios problemas institucionales. Entre ellos, el sistema educativo nos parece el más destacable al punto de ser considerado por la UNESCO (2016) como uno de los más frágiles de África. Esta situación de un sistema educativo frágil, con una sola universidad pública y pocas instituciones privadas de educación superior, en un sistema en el que los estudiantes pagan mensualidades para asistir a la graduación, hizo que muchos estudiantes guineanos, al terminar la educación secundaria, buscaran viajar al exterior para estudiar una carrera, ya que pocas familias pueden pagar los estudios de sus hijos en la educación superior. En este deseo de estudiar en la diáspora, la Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB), que anualmente realiza un proceso de selección para la admisión de nuevos estudiantes internacionales de países africanos de lengua portuguesa (PALOP), se ha convertido en una oportunidad para hacer realidad los sueños de muchos jóvenes guineanos. Este trabajo buscó investigar los desafíos que enfrentan los estudiantes guineanos durante el proceso de selección de estudiantes extranjeros en la UNILAB. Epistemológicamente, la investigación se ubica en el área de Lingüística Aplicada, trayendo teorías que se enfocan en los géneros textuales, considerando que la redacción de un artículo de opinión es una de las principales pruebas de ingreso a la UNILAB. Metodológicamente, la investigación se caracterizó como un estudio de caso en un enfoque cualitativo. Se utilizaron dos (2) instrumentos en la recopilación de datos: entrevista y ensayos de candidatos. En la entrevista se buscó conocer las dificultades por las que pasaron los participantes durante el proceso de selección, considerando su formación en la educación secundaria. En la escritura, se analizó cómo los participantes utilizan operadores argumentativos en el texto, con base en Koch y Elias (2016). Para el análisis, nos basamos en la teoría del análisis temático defendida por Minayo (2007). Al final, los resultados del ensayo muestran que los participantes aprendieron una fórmula de escritura para el examen de admisión y no para la vida. Por otro lado, a lo largo de sus intervenciones en la entrevista, se constató que, en Guinea-Bissau, la enseñanza de la producción escrita ocupa poco espacio en las clases de lengua portuguesa en detrimento de la enseñanza de la gramática normativa, lo que acaba llevando a muchos guineanos estudiantes a pagar cursos privados para participar en el proceso de selección de la UNILAB. Se concluye que la importancia de enseñar la producción de géneros textuales en las clases de Lengua Portuguesa en Guinea-Bissau, considerando que lengua es forma, significado y uso (GONZALEZ; QUEVEDO-CAMARGO, 2017) y la enseñanza de la gramática normativa parece cumplir parcialmente lo se espera de los profesores de idiomas de hoy.

Palabras clave: Enseñanza de la producción escrita de géneros textuales en clases de lengua portuguesa. Artículo de opinión. Gramática normativa. Estudiantes guineanos. UNILAB.

RUSUMU (Crioulo guineense)

República di Guiné-Bissau i un país afrikanu ku manga di problemas na instituiçõs. Entri es problemas, problema di sistema educativu parcinu kuma i mas notável a puntu di i sedu consideradu, pa UNESCO (2016), un dus mas frágil di África. Es situaçõn di frágil sistema educativu, ku un só universidadi públiku ku pukus utrus instituiçõs privadas di nsinu superior, na un sistema nunde ku alonus ta paga propina pa pudi cursa graduaçõn, i faci kon ki manga di studantis guineenses, ora ke kaba 12º ano, ta prukura viaja pa exterior pa pudi bai kursa graduaçõn, já ki pukus famílias ku tene kondiçõn di paga propina di se fidjus na nsinu superior di Guiné. Nes dididju di studa fora di terra, Universidade da Integraçõn Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ku ta realiza kada anu processu seletivu pa admiçõn di nobus alonus internacionais di Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), torna un oportunidadi pa realizaçõn di sunhu di manga di jovens guineensis. Es tarbadju prukura investiga problemas ku studantis guineenses nfrenta durante processu seletivu di studantis stranteiros di UNILAB. Epistemologicamenti, e pesquisa stá situadu na área di Linguística Aplicada, i tici tiorias ku fala sobre gêneros textuais, considerandu kuma redaçõn di artigo di opinion i un dus principais provas di admissõn di UNILAB. Metodologicamenti, e pesquisa caracteriza suma un studu di casu di un abordagen qualitativa. I utilizadu 2 (dus) instrumentus na koleta di dados: ntrevista ku redaçõn di candidatus. Na ntrevista, no prukura sibi sobre difikuldades ku participantes passa na processu seletivu, konsiderandu se formaçõns na nsinu secundário. Na redaçõn no analisa kumu ku participantes ta usa operadoris argumentativus na texto, baseandu na Koch ku Elias (2016). Pa análisi, no mbasa na teoria di análise temática difindidu pa Minayo (2007). Na final, rusultadu di redaçõns mostra kuma participantes aprendi formula di scribi pa konkursu ma e ka aprendi faci redaçõn pa vida. Pa utru ladu, durante se respostas di ntrevista, i konstatadu kuma, na Guiné-Bissau, nsinu di pruduçõn escrita okupa puku spaço na aulas di Língua Portuguesa en ditrimentu di nsinu di gramátika normativa, ke ku ta kaba leba manga di studantis guineenses na paga kursus partikularis pa pudi participa na processu seletivu di UNILAB. I tchigadu konklusõn di kuma i ora djá di nsinu di pruduçõn di gêneros textuais na aulas di Língua Portuguesa na Guiné-Bissau ganha mercedu spaço, konsiderandu kuma língua i forma, sentido i uso (GONZALES; QUEVEDO-CAMARGO, 2017) ke ku somenti ku nsinu di gramátika i ka pudi kumpridu ke ku sta na speradu pa pursoris di língua di aos.

Palabras-Chave: Nsinu di pruduçõn scrita di gêneros textuais na aulas di Língua Portuguesa. Artigo di opinion. Gramátika normativa. Studantis guineenses. UNILAB.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Mapa da Guiné-Bissau.
- Figura 2** UNILAB – Campus da Liberdade/CE.
- Figura 3** UNILAB da Bahia – Campus dos Malês.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEME	Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas.
ADO	Artigo de Opinião.
ENA	Escola Nacional de Administração – da Guiné-Bissau.
LBSE	Lei de Base do Sistema Educativo – da Guiné-Bissau.
LP	Língua Portuguesa.
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
PEC-G	Programa de Estudantes Convênio de Graduação.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
UAC	Universidade Amílcar Cabral.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dados quantitativos dos discentes ativos por países.
Quadro 2	Pesos de provas por curso.
Quadro 3	Critérios de avaliação de redação do processo seletivo da UNILAB.
Quadro 4	Distribuição de alunos guineenses por curso.
Quadro 5	Operadores argumentativos.
Quadro 6	Roteiro da entrevista.
Quadro 7	Proposta da redação.
Quadro 8	TCLE.
Quadro 9	Perfil dos participantes e suas respectivas participação na pesquisa.

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	19
1.1. MOTIVAÇÃO	22
1.2. PERGUNTAS DA PESQUISA	23
1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA	24
1.4. JUSTIFICATIVA	24
1.5. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	25
2. CAPÍTULO 2 – CONTEXTOS DA PESQUISA	27
2.1. CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU	27
2.1.1. Línguas na Guiné-Bissau	30
2.1.2. Ensino de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau	30
2.2. CONTEXTO DA UNILAB	34
2.2.1. Processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB	36
2.2.2. Alunos participantes da pesquisa	39
2.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO DOS CONTEXTOS	40
3. CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	42
3.1. GÊNEROS TEXTUAIS	42
3.2. PROFESSORES E ENSINO DE LÍNGUA	44
3.3. LETRAMENTOS	47
3.4. ARTIGO DE OPINIÃO	49
3.5. ARGUMENTAÇÃO	50
3.6. OPERADORES ARGUMENTATIVOS	52
3.7. SÍNTESE DO CAPÍTULO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	53
4. CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE PESQUISA	55
4.1. PESQUISA NA ÁREA DE LINGUÍSTICA APLICADA	55
4.2. NATUREZA DA PESQUISA	57
4.2.1. Estudo de caso	57
4.2.2. Abordagem qualitativa	57
4.3. MÉTODO DE COLETA DE DADOS	58

4.3.1. Entrevista -----	59
4.3.2. Redação -----	61
4.4. ANÁLISE DOS DADOS -----	62
4.5. PROCEDIMENTO ÉTICO E ÊMICO NA PESQUISA -----	62
4.6. SÍNTESE DO CAPÍTULO DA METODOLOGIA -----	65
5. CAPÍTULO 5 – ANÁLISES E RESULTADOS -----	67
5.1. INSTRUMENTO 1 – ENTREVISTA -----	68
5.2. INSTRUMENTO 2 – REDAÇÃO -----	88
5.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO DE RESULTADOS E ANÁLISES -----	93
6. CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	95
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	98

1. CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país africano que fica na costa ocidental da África com uma população de pouco menos de 2 milhões de habitantes. O país enfrenta sérios problemas, entre eles o de sistema educativo que é considerado um dos mais fracos da África com sucessivas greves que já levaram aos alunos a perderem dois anos letivos nos últimos cinco anos. A isso, conforme consta no relatório da UNESCO, pode se ler que: "com um profundo *handicap* devido aos 40 anos de instabilidade institucional, o sistema educativo da Guiné-Bissau encontra-se numa situação crítica. Aproximadamente metade das crianças em idade de escolarização obrigatória encontra-se fora da escola" (UNESCO, 2016, p.1).

O país conta com apenas uma universidade pública – Universidade Amílcar Cabral (UAC), duas faculdades – Faculdade de Direito de Bissau (FDB) e Faculdade de Medicina respectivamente, uma escola nacional de administração – Escola Nacional de Administração (ENA) e escolas superiores de formações de professores.

Na Guiné-Bissau, diferentemente do Brasil onde os alunos não pagam as mensalidades, estudantes pagam propinas¹ nos cursos de graduação.

Assim, estudantes enfrentam dois principais problemas: primeiro, as vagas são limitadas com poucos cursos. Em cada curso, anualmente, ingressam aproximadamente cerca de 35 estudantes nessas instituições de ensino superior do país, lembrando que o país tem poucos cursos como acima já referido; o outro problema é o pagamento da propina, levando em consideração que a maioria de família guineense vive em pobreza, sem condições de pagar mensalidades da universidade para seus filhos ou educandos. Aliás, um relatório da UNESCO relata que " do magro orçamento do estado [guineense], a parte consagrada à educação é uma das mais fracas de África, obrigando as famílias a cobrir a maior parte das despesas de educação do país, enquanto 70% da população vive abaixo do limiar de pobreza" (UNESCO, 2016, p.1).

Devido a essa situação de falta de acesso ao ensino superior, muitos jovens guineenses, ao terminarem o ensino secundário (equivalente ao ensino médio no Brasil), procuram sair do país para cursar graduação no exterior. Desta forma, " a formação de quadros superiores

¹ Propina - termo usado na Guiné-Bissau para se referir as mensalidades que se pagam nas universidades e em outras instituições de ensino.

[guineenses] continua a se processar no exterior, [...], mais concretamente na Ex-União Soviética, em Portugal, Cuba, no Brasil e em alguns países africanos" (SANÉ, 2018, p.65).

Antigamente, estudantes guineenses procuravam mais estudar no Brasil por meio de edital de estudantes de PEC-G. Mas desde a criação da UNILAB estudantes guineenses concorrem mais para ingressar na UNILAB, que vem realizando o processo seletivo anualmente para admissão de novos alunos nos cursos de graduação. A maior procura de estudantes guineenses para ingressar na UNILAB se deve, entre outros motivos, a dois principais motivos:

- a) A UNILAB concede mais vagas para estudantes em relação ao programa de PEC-G e outros programas internacionais que têm convênio com o governo da Guiné-Bissau na área de ensino. Em 2021, após um encontro com os deputados da nação, no parlamento guineense, o reitor da UNILAB afirmou que a UNILAB é a instituição de ensino superior que possui mais estudantes guineenses no exterior, tendo mais de 600 (seiscentos) estudantes guineenses em ativo sem contar com os egressos.
- b) Na UNILAB, estudantes não pagam propina como na Guiné-Bissau. Ainda como estudantes regulares recebem auxílio de 530,00 (quinhentos e trinta reais) para se manter no Brasil estudando e ainda têm a possibilidade de receber outras bolsas de iniciação científica, oportunidade essa que não conseguiriam no país de origem.

Desta forma, a presente dissertação é o resultado de pesquisa realizado com 6 (seis) estudantes guineenses do 3º a 6º semestre dos cursos de graduação da UNILAB. Inicialmente a nossa intenção era de realizar a pesquisa com estudantes guineenses recém concluintes do ensino secundário e que já estão se preparando para participar do processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB, mas devido à pandemia provocada pela COVID-19 não conseguimos realizar essa pesquisa. Por isso, decidimos trabalhar com estudantes que já estão cursando graduação no Brasil.

O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar os problemas que estudantes guineenses enfrentam ao longo do processo seletivo da UNILAB. Nisso, levamos também em consideração os seus processos de letramento no ensino secundário antes das suas participações no processo seletivo.

Metodologicamente, a natureza da pesquisa é a de um estudo de caso com análise qualitativa. Sendo assim, embora, inicialmente, a nossa intenção fosse de realizar a pesquisa com o máximo número de estudantes, não nos preocupamos muito com a quantidade de colaboradores dando mais atenção aos detalhes fornecidos pelos participantes.

O procedimento de coleta de dados contou com dois principais instrumentos a saber: entrevista e a redação.

O primeiro instrumento aplicado no primeiro momento foi a entrevista semiestruturada realizada à distância, na plataforma Google Meet, com 6 estudantes guineenses cursando entre o 3º e o 6º semestre da Unilab. A entrevista foi gravada. Os questionamentos da entrevista tentam saber das dificuldades que estudantes passaram ao longo do processo seletivo e dos seus percursos no ensino secundário com relação a produção de gêneros textuais.

O segundo instrumento foi o da redação de um artigo de opinião sobre situação de sucessivas greves dos professores do Ensino Básico e Ensino Secundário da Guiné-Bissau, nos últimos dois anos. A escolha desse tema foi uma questão estratégica, pois é um assunto que a maioria de nós estudantes guineenses gostam de debater na diáspora. Para redação desse artigo de opinião, enviamos proposta para estudantes-participantes com um prazo máximo de uma semana para a entrega de suas redações. A proposta de redação é fictícia, criada por nós mesmos, mas que procurou seguir a proposta de redação da UNILAB. Na análise de redação, o foco de análise foi de constatar como os participantes usam os operadores argumentativos nos seus textos. Ou seja, a ideia era saber se usam esses marcadores argumentativos devidamente ou não, baseando-me em Koch e Elias (2016).

A nossa forma de análise baseou-se na análise temática fundamentada por MINAYO (2007).

Durante todo o processo de pesquisa e de análise de dados, levamos em consideração o procedimento ético que consiste em tratar participantes de pesquisa com o máximo respeito, cuidando para não expô-los indevidamente. E o procedimento ético, no sentido de que buscamos colocar no lugar do público-alvo para que possamos interpretar os dados da melhor forma, sem fazer juízos de valor a partir do nosso ponto de vista apenas. Nesse cuidado com os participantes e na busca de dar todo o conhecimento prévio sobre a pesquisa, nessa nossa pesquisa, trabalhamos com as recomendações do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*

– *TCLE* elaborado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ceilândia (CEP/FCE) da Universidade de Brasília – UnB.

1.1.MOTIVAÇÃO

Todo o texto está escrito em 1ª pessoa do plural não por questão de uma mera escolha, mas por reconhecimento de que o texto foi construído em conjunto com o meu orientador. Contudo, peço permissão para redigir esta subseção em 1ª pessoa do singular.

Depois de terminar meus estudos na Guiné-Bissau comecei a sentir interesse em estudar no estrangeiro como qualquer jovem do meu país. Daí, em 2015, surgiu a oportunidade de participar no exame do Processo Seletivo dos Estudantes Estrangeiros da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, com interesse em cursar graduação nessa preciosa universidade federal brasileira. Depois do processo seletivo de que participei, ouvi muitos relatos de conhecidos que não conseguiram passar na prova. Nisso pude ainda ouvir as dificuldades que enfrentaram assim como observei tristeza neles, pois ninguém queria ser reprovado e ainda mais sabendo que um seu colega ou conhecido de perto passou.

Hoje, a minha formação acadêmica inclui Graduação em Letras –Língua Portuguesa (licenciatura plena), concluída no primeiro semestre de 2019 na UNILAB. Durante minha formação de Letras – Língua Portuguesa na UNILAB - fui bolsista do Programa Residência Pedagógica financiado pela CAPES, no período de agosto de 2018 até o final de agosto de 2019, tendo cumprido carga horária de 440 horas. No decorrer do estágio do programa de Residência Pedagógica, eu e uma minha colega de estágio, ministramos oficinas na escola do Ensino Médio em que estagiamos. Essas oficinas eram voltadas ao ensino de leitura e escrita.

Entre os anos de 2013 a 2016, participei da Formação de Professores de Língua Portuguesa do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário com um total de 306 horas/aulas. A formação foi ministrada pela FEC –Fundação Fé e Cooperação, no âmbito do Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau. Durante esses três anos de formação, a formação contou com estágios em salas de aulas do Ensino Básico e Secundário. Mesmo assim, passei algumas dificuldades ao ingressar na Unilab, assim como os meus colegas guineenses, pois o sistema do ensino é diferente. Em geral, o ensino de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau é de base gramatical, muita predominância do ensino da gramática, mas que no final acabam permanecendo dificuldades de redigir diferentes gêneros textuais (vide Cá, 2020).

A principal motivação para esta pesquisa resultou de uma experiência que passei em 2015 para ingressar na Unilab. E essa experiência somada ao conhecimento das teorias e as percepções empíricas que tenho agora, compreendi que é interessante pesquisar o assunto em causa. Desta forma, corroboro a ideia de que:

Os saberes da experiência são também aqueles que devem ser produzidos através de um processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem, e aí que ganham importância na formação de professores os processos de reflexão sobre a própria prática e do desenvolvimento das habilidades de pesquisa e da prática. (PIMENTA, 1999, p. 20 e 21).

Desse modo, mesmo com minhas limitações, entendo que uma experiência não é fruto do acaso, ela existe para quem tem passado por ela e a partir dela é possível refletir, questionar e passar a ter motivação interna para pesquisar sobre essa experiência passada, com a finalidade de melhorar o que não foi bom no decorrer dessa experiência. Aliás,

A força impulsionadora deve ser a interna. Apesar de alguns fatores como promoções, visibilidade para estudo científico, o impulso que leva adiante uma pesquisa e o interesse por questionamento é o nível motivacional do pesquisador, a persistência e o anseio de ser produtivo e criativo. A motivação é considerada de âmbito interno e individual, inerente a cada ser humano e tem relação com sua história de vida, sua vivência social, seus princípios e desejos, ao sentido que dá para vida e ao mundo. O ânimo de estudar determinado fato ou situação requer força motivadora inabalável, pois na pesquisa os erros podem incorrer diversas vezes até que se encontre o resultado possível, sendo que muitas vezes, não é desejado ou esperado. (MOURA, 2012, p. 30).

Levando em consideração essa afirmação, alinho-me com a autora, pois a motivação para essa pesquisa é justamente isso. Ou seja, a motivação provém do meu interior, através da experiência que passei no processo seletivo. Compreendo interessante o tema por ser uma realidade que está sendo enfrentada a cada ano por centenas de cidadãos guineenses. Então, a motivação não é puramente subjetiva.

1.2.PERGUNTAS DA PESQUISA

Conforme Gil (2002), na pesquisa é preciso que as perguntas de pesquisa sejam claras e precisas para assim nos facilitar obter o resultado da melhor forma. Assim, para essa pesquisa, formulamos duas indagações a seguir:

Quais são os problemas ou desafios (e sua relativa posição de dificuldade) que os estudantes guineenses enfrentam no processo seletivo para o ingresso aos cursos de graduação da Unilab?

A prova do processo seletivo da Unilab não encontra paralelos no país (na Guiné-Bissau) e os guineenses precisam preparar-se para ela. Como o fazem? Qual o efeito retroativo esperado?

1.3.OBJETIVOS DA PESQUISA

Neste trabalho temos dois principais objetivos: o primeiro é o objetivo geral e o segundo compõe-se de objetivos específicos.

O objetivo geral consiste em:

Investigar os problemas que uma amostra de estudantes guineenses ingressados na graduação da Unilab enfrentou no processo seletivo da Unilab.

E os objetivos específicos visam:

Mapear as dificuldades dos participantes e ranqueá-las por sua prioridade no processo seletivo da Universidade.

A hipótese a ser confirmada seria a de que o domínio de redação de artigo de opinião por parte de estudantes participantes constitui grande ou o maior desafio e parte dele é o uso adequado do gênero numa redação. A qualidade da redação foi buscada nos operadores argumentativos utilizados pelos autores dos textos.

1.4.JUSTIFICATIVA

Conforme já dissemos, a Guiné-Bissau é um país com problemas na área de educação. O país está com falta de universidades para receber número significativo de estudantes que procuram cursar uma graduação. Esta situação obriga os estudantes guineenses a procurar outras alternativas para continuar seus estudos no nível de graduação no exterior do país, como é o caso de procura para ingressar na UNILAB que no processo seletivo de 2020 chegou a se inscrever cerca de 2 (dois) mil candidatos guineenses (vide a Lista de inscrições homologadas dos estudantes guineenses – Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros 2020, de 17 de Janeiro de 2020).

Para estudantes guineenses ingressarem na UNILAB é preciso que eles tenham domínio de produzir uma redação concisa obedecendo as normas pré-estabelecidas no edital. Contudo, conforme o resultado da pesquisa, na Guiné-Bissau ainda o ensino de produção escrita não está no centro de atenção nas aulas de Língua Portuguesa. Ou seja, o ensino de base gramatical é

que continua a predominar dentro de salas de aulas, o que deve estar contribuindo para maiores dificuldades que os estudantes guineenses enfrentam no processo seletivo da UNILAB. Pois se o ensino de produção escrita fosse o caso ao longo de seus percursos no ensino secundário talvez isso diminuiria as dificuldades dos candidatos guineenses, uma vez que a prova de redação é a principal prova, facilitando ingresso de mais estudantes com menos dificuldades.

Sendo assim, é importante ensinar produção escrita a alunos pré-universitários (ensino secundário) porque é nesse momento que o domínio da escrita começa a fazer mais sentido para eles. A escrita passa a fazer parte de seu cotidiano e nos momentos da vida universitária que vão se enfrentar em seguida. É através de domínio da escrita que os alunos desse nível encontram as respostas satisfatórias em suas atividades básicas do dia a dia. Por exemplo, fazer uma prova escrita para ingressar numa universidade ou faculdade é preciso ter domínio de escrita; construir um relatório; ata de seus encontros juvenis; resumo; fichamento; resenha; a elaboração de um cartaz ou slide utilizados na apresentação de trabalhos acadêmicos, tudo isso exige domínio de escrita (FERRAREZI JÚNIOR; CARALVALHO, 2015).

Portanto, entre muitas outras atividades escolares essenciais, os alunos guineenses, pré-universitários sobretudo, precisam também desse conhecimento de redação de diferentes gêneros textuais e sobretudo de produção escrita de um artigo de opinião, pois para participar de exame de admissão da UNILAB, universidade que possui mais guineenses na diáspora, será necessário ter domínio de escrita. Neste caso, entendemos que é preciso que os gêneros textuais sejam ensinados em todos os anos escolares, de 1º ao 12º ano. E que sejam reforçados mais no ensino secundário para que os alunos possam terminar seus estudos e ingressar em universidades ou faculdades, principalmente na Unilab, sem grandes dificuldades.

1.5. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está, basicamente, dividida em 6 principais capítulos a saber: 1) Introdução. 2) Contextos da pesquisa; 3) Fundamentação Teórica; 4) Metodologia de Pesquisa e 5) Resultados e análises; 6) Considerações finais.

Na introdução trazemos as ideias-chave da dissertação, ideias principais que desenvolvemos em todos os capítulos da dissertação e assim como discorreremos sobre motivação para pesquisa, perguntas da pesquisa, objetivos da pesquisa e justificativa.

No capítulo de contextos debruçamo-nos sobre dois contextos da nossa pesquisa que são a Guiné-Bissau, país de origem dos participantes, - denominada de contexto macro e depois falamos do contexto da UNILAB, jovem universidade brasileira onde estudam esses estudantes, - contexto micro da pesquisa. No contexto da Guiné-Bissau falamos do contexto geral do país com destaque a línguas do país e o ensino de Língua Portuguesa nas escolas. No contexto da UNILAB também abordamos o contexto geral com relevância ao processo seletivo de estudantes estrangeiros e dos estudantes participantes desta pesquisa.

No terceiro capítulo tratamos do nosso arcabouço teórico deste projeto de pesquisa – discutimos sobre gêneros textuais; professor e ensino de produção escrita; letramento; artigo de opinião; argumentação; operadores argumentativos baseando em Koch e Elias (2016) (o nosso foco na análise de redação que estudantes-participantes produziram) e, por fim, trazemos uma síntese desse capítulo de fundamentação teórica.

Na metodologia, apresentamos os principais princípios orientadores relativamente à metodologia desenvolvida na pesquisa, princípios ontológicos e epistemológicos gerais. Primeiramente, iniciamos o capítulo falando sobre pesquisa na área de Linguística Aplicada e depois expomos os princípios epistemológicos que guiaram nosso agir, estudo de caso e a abordagem qualitativa; posteriormente, apresentamos o procedimento de geração de dados que foi por meio de aplicação da entrevista com 6 estudantes e redação de artigo de opinião – instrumentos de coleta de dados; método de análise de dados e, por fim, procedimento ético eêmico na pesquisa, baseando em TCLE da UnB.

No quinto capítulo apresentamos os dados e suas respectivas análises.

Por fim, concluímos com considerações finais, onde abordamos medidas que devem ser tomadas para diminuir as dificuldades que os estudantes guineenses enfrentam ao longo do processo seletivo da UNILAB, partindo do princípio que o ensino de Língua Portuguesa no país de origem dos estudantes (Guiné-Bissau) deve ser ressignificado² dando mais espaço para produção de gêneros textuais.

²O termo ressignificação utilizado ao longo desta dissertação se baseou em Hengemühle (2007), onde a ressignificação é entendida como resultante de reflexão sobre um determinado processo de ensino-aprendizagem visando a dar novo sentido aos conteúdos e à própria prática pedagógica.

2. CAPÍTULO 2

CONTEXTOS DA PESQUISA

Antes de tudo, informamos que sabemos que uma estrutura de dissertação não deve ter um capítulo específico para contexto(s) de pesquisa. Contudo, gostaríamos de pedir licença para escrevermos este capítulo devido a importância de contextos de pesquisa nesta dissertação.

A nossa pesquisa abarca basicamente dois contextos de pesquisa. Assim, temos o primeiro contexto – contexto macro da pesquisa – a Guiné-Bissau, o país de origem dos participantes da pesquisa, e o segundo contexto – contexto micro – a UNILAB, onde estudam os alunos participantes desta pesquisa.

Desta forma, apresentamos um pouco de cada um desses contextos. Por ser relevante nesta nossa pesquisa por isso decidimos criar um capítulo para falarmos especificamente desses contextos, mesmo sabendo que estamos fugindo um pouco do cânone da estrutura de dissertação.

As informações sobre o contexto da UNILAB a seguir podem ser encontradas na página da universidade. A descrição do processo seletivo e os conteúdos dos quadros apresentados estão baseados no edital 1/2020 do processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB. Esse edital pode ser encontrado na página da universidade, onde fala de processo seletivo de estudantes estrangeiros.

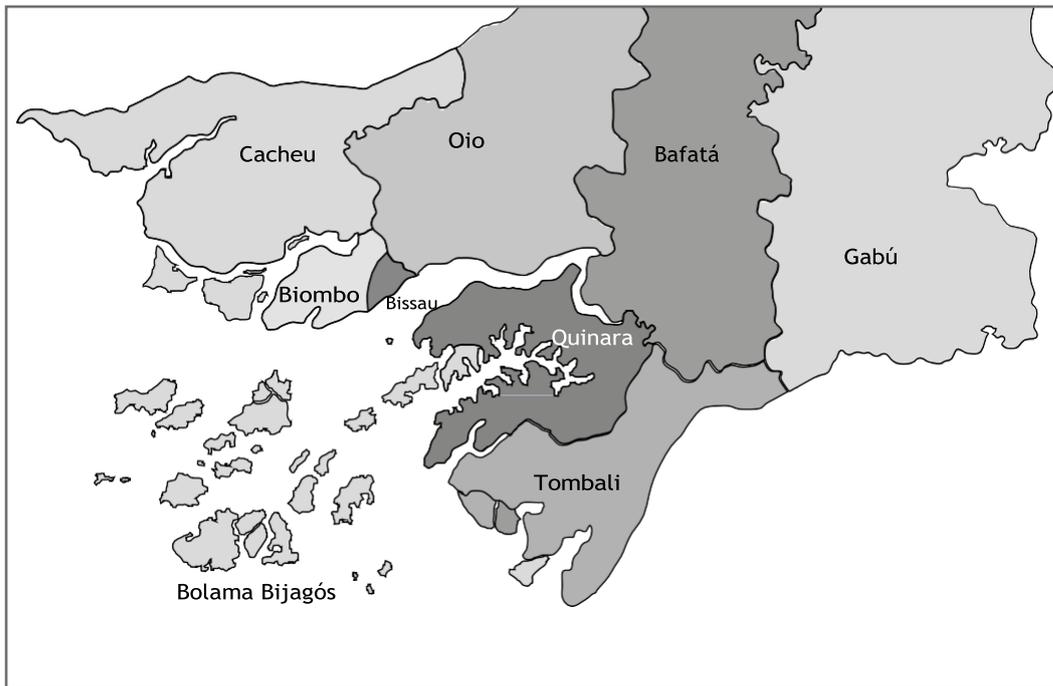
2.1. CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU

Oficialmente, República da Guiné-Bissau é um país que fica situada na costa da África ocidental, com uma dimensão territorial de 36.125 Km² e uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes. Territorialmente, o país está limitado ao norte com a República do Senegal e a leste e ao sul com a República da Guiné Conacri. A leste é banhado pelo oceano atlântico onde "o mar territorial da República da Guiné-Bissau expande-se por 150 milhas marítimas a contar das principais linhas de base definidas pelos pontos seguintes: a Norte: 12o 20'2'' N e 16o 43' 2'' W; a Sul – 10o 35' 8'' N e 15o 4' W" (ANEME, 2018, p.11).

Também faz parte do território da Guiné-Bissau o arquipélago dos Bijagós, formado por mais de 80 ilhas que em sua grande maioria são desabitadas. "O país é constituído por uma parte continental (com cerca de 470.000 ha – 15% do território considerados área protegida) e

outra insular, que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por 88 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas." (ANEME, 2018, p.11).

Da divisão administrativa, administrativamente o país está organizado em 8 regiões e 1 setor autónomo (Bissau). As regiões estão divididas em 38 setores, incluindo Bissau, e estes, por suas vezes, em secções compostas por tabancas (aldeias).



As regiões estão, por sua vez, divididas em setores (38 no total) e estes em secções (103), compostas por cerca de 4.500 tabancas (aldeias), dirigidas, as duas primeiras, por Comitês de Estado, encabeçados por um Presidente.

Figura 1. Mapa da Guiné-Bissau. Fonte: ANEME, 2018, p. 18.

A Guiné-Bissau foi colónia de Portugal e até chegou a ser uma província portuguesa. Tornou-se independente em 1973, mas Portugal só reconheceu essa independência em 1974. É o primeiro país africano de PALOPs a tomar independência, resultado de uma luta armada que durou 11 anos.

Da forma do governo, a forma do governo é República semipresidencialista. As eleições legislativas acontecem de 4 em 4 anos para eleger os deputados da nação. No total, são eleitos 102 (cento e dois) deputados, sendo 100 (cem) eleitos no país e 1 (um) no círculo eleitoral da África e outro 1 (um) no círculo eleitoral da Europa. O partido que possuir a maioria absoluta, um total de 52 deputados, governa o país por um mandato de 4 anos. A eleição presidencial acontece de 5 em 5 anos.

Do sistema político:

O sistema político da Guiné-Bissau caracteriza-se pelo multipartidarismo, com uma república semipresidencialista, numa democracia representativa em

transição, por meio da qual o presidente é chefe de estado e o primeiro-ministro é chefe de governo.

Assim, o poder executivo é exercido pelo governo, enquanto o poder legislativo é investido, tanto pelo governo, como pela Assembleia Nacional Popular. O poder judicial, por seu lado, é independente dos poderes executivo e legislativo. Apesar do quadro democrático e constitucional, os militares têm interferido várias vezes na liderança civil desde que eleições multipartidárias foram instituídas em 1994. Nos últimos 16 anos, a Guiné-Bissau sofreu dois golpes de Estado, uma guerra civil, uma tentativa de golpe e um assassinato presidencial pelos militares. Nenhum presidente conseguiu cumprir um mandato de 5 anos completo (ANEME, 2018, pp. 17- 18).

Em atualização, vale ressaltar que pela primeira vez um presidente chegou ao fim do seu mandato de 5 anos no final de 2019, mas as instabilidades políticas e as tentativas de golpes estado continuam a ser notícias nacionais e internacionais. Há bem pouco, no dia 1 de fevereiro deste ano de 2022 houve mais uma tentativa de golpe de estado, onde o presidente e o chefe de governo tiveram de fugir para não serem mortos.

Da religião, "Religião: Étnicas (animistas) – 44,9%, Islâmica (sunitas) – 41,9%, cristãos – 11,9% e outras (incluindo ateus) – 1,3%" (ANIME, 2018, p.10).

Da população, conforme ANEME (2018), a população da Guiné-Bissau é composta por cerca de 30 etnias, que se localizam em regiões e setores específicos. No que diz respeito a faixa etária, o país possui uma população jovem em idade de trabalhar, como observa:

Relativamente à estrutura etária da população, esta mostra diferenças acentuadas entre os grupos etários, caracterizada por uma população jovem: a população com 0-14 anos é de cerca de 680,3 mil pessoas, representando 43,44% da população residente total.

A população em idade de trabalhar (população entre os 15 e os 64 anos) é de 853,28 mil pessoas, representando aproximadamente 54,50% da população do País, enquanto que a população com 65 ou mais anos é de apenas 32,22 mil pessoas (2,06% da população). (ANEME, 2018, p.15).

Do sistema educativo, conforme a Lei de Base do Sistema educativo guineense (LBSE), o sistema educativo da Guiné-Bissau é gerido pelo governo através do Ministério da Educação Nacional. Abrange educação formal e educação não formal. No seu artigo 8º afirma que:

- 1- A educação formal integra, sequencialmente, os ensinamentos pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, superior, outrossim, modalidades especiais e atividades para a ocupação de tempos livres.
- 2- A transição do aluno para qualquer ano de escolaridade na educação escolar está sempre dependente da avaliação positiva das suas capacidades e do seu desempenho. (LBSE, 2010, p.4).

Segunda a mesma lei, " a educação não formal [...] abrange todas as dimensões da ação educativa e tem por escopo expandir os conhecimentos ou potencialidades dos seus destinatários, em complemento da formação formal ou em suprimento da que não poderem

obter" (p.3). Assim, entendemos que a educação não formal na Guiné-Bissau é toda e qualquer outra forma de educação que não seja a educação formal descrita na lei, podendo esta substituir a educação formal onde ela não consegue fazer presente. Lembrando que o governo não consegue oferecer educação formal para toda população guineenses, há tabancas que não tem escolas até hoje.

2.1.1. Línguas na Guiné-Bissau

No que concerne às línguas, o país possui várias línguas dentro do território nacional. Essas línguas são línguas de diferentes grupos étnicos que compõe a população guineense. A ANEME (2020) relata que:

Embora a língua oficial seja o português, apenas cerca de 27.1% da população fala a língua (primeira ou segunda língua). A grande maioria da população (90.4%) fala KRIOL, uma língua crioula baseada no português, enquanto os restantes habitantes falam uma variedade de línguas africanas nativas. (p.17).

Mesmo sendo o crioulo a língua mais falada no país, a única língua do ensino é o português. Assim, Scatamburlo (2013, p.1) afirma que "apesar da importância do Crioulo Guineense como língua de comunicação, o ensino oficial continua a manter a língua portuguesa como única língua de ensino-aprendizagem". Na mesma linha, Cá (2019, p.15) relata que: "[...] o português de extração europeia sobrepõe-se a ambas categorias até aqui registradas [...]".

A LP tem um enorme prestígio no país, pois as pessoas que a dominam são capazes de conseguir um bom emprego e acessar lugares importantes em relação às pessoas que não conseguem comunicar em português. Porém, são poucas pessoas que sabem falar português como acima constatado.

Para estudantes guineenses do Ensino Secundário (equivalente ao Ensino Médio do Brasil), com interesse de conseguir uma vaga na UNILAB, domínio e conhecimento de estrutura de Língua Portuguesa é de muita importância. Estudante que tiver habilidade de comunicar e escrever fica mais fácil prosseguir nos seus estudos em nível superior nesta universidade, pois a principal prova de admissão é a redação. Apesar de toda essa relevância de LP para estudantes guineenses de ensino secundário, o ensino-aprendizagem de LP no país continua a desejar.

2.1.2. Ensino de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau

Assunto sobre ensino de LP na Guiné-Bissau é alvo de debate por parte de muitos teóricos e pesquisadores guineenses. Apesar disso, pelo que se percebe, até nos dias de hoje, a forma de ensino de LP continua da mesma maneira e na mesma situação, desde anos 90. Por exemplo, uma pesquisa feita em 1996, para construção de dissertação de mestrado de pesquisador guineense, revelou-se a inexistência de um método apropriado que possa facilitar o aluno a dominar LP. Assim, pesquisador afirma que:

Efetivamente não existe uma proposta concreta para o desenvolvimento da escrita e oralidade do Português, que mostre como a pessoa pode aprender a usar o Português com habilidade. Assim, se o aluno vai à escola, por melhor que seja o professor de Português, por melhores que sejam os programas e os livros, mesmo Imaginando que tivéssemos métodos e recursos mais sofisticados do ensino do Português no mundo, ele volta para casa, fala a sua língua, fala o Crioulo, não servindo o ensino para consolidar uma fluência comunicativa plena dentro do cotidiano do cidadão guineense. (SANI, 1996, p. 70).

Na mesma direção, uma outra pesquisa realizada em 2017 retrata o que o outro pesquisador já observou há 20 anos, observando que "[...] essa situação pode ser justificada em função dos métodos que são usados no processo de ensino e aprendizagem nesses países – lembrando que a Guiné-Bissau herdou o sistema educacional colonial em que o português é ensinado só levando em conta a sua base gramatical." (SILVA; SAMPA, 2017, p. 235). Ainda nessa mesma linha de pensamento é entendido que "por outro lado, os professores guineenses continuam a fazer da frase a unidade a analisar, por excelência, na aula de LP, isto é, a única parte da gramática a levar em consideração no que concerne ao ensino do Português." (BALDÉ, 2013, p. 76).

Até aqui, entendemos que a preocupação dos pesquisadores, acima citados, é a mesma. A cerne da questão é sobre como ensinar a LP nas escolas guineenses para que os alunos possam falar e escrever nessa língua com fluência.

Sobre a concentração de ensino de LP em gramática normativa, esse assunto nos parece que é de conhecimento de muitos estudantes e pesquisadores guineenses. A expectativa de que ao ensinar a gramática os alunos vão dominar a falar e escrever em LP não está sendo verificada. O ensino é de base gramatical, mas os alunos não conseguem dominar a gramática e ainda continuam a ter dificuldades em expressar suas ideias de forma oral e escrita em LP. Neste caso, entendemos que todos (governo, gestores de escolas, professores, pais) devem estar envolvidos na ressignificação do processo de ensino-aprendizagem de LP na Guiné-Bissau. Desta forma, corroboramos com a ideia de que:

Para alterar esse quadro negro do rendimento dos alunos em LP, a vontade, o empenho e querer mudar, por parte do corpo docente e das instâncias políticas, são de extrema necessidade. Quer dizer, é urgente que haja uma vontade política para um investimento sério na formação de professores com vontade de trabalhar e inverter essa tendência desanimadora na qual estamos mergulhados. A escola deve assumir compromisso de procurar garantir que a sala de aula seja um espaço onde cada aluno tenha direito à palavra, reconhecido como legítimo e essa palavra seja valorizada no discurso do outro (BALDÉ, 2013, p. 76).

Assim, entendemos que uma nova proposta de ensino de LP no país, que leve em consideração a produção escrita, possa fazer diferença, já que a proposta herdada, ensino de LP baseado em gramática escolar, nos parece que não está funcionando. Neste caso, acreditamos que o uso de gêneros textuais pode ser uma alternativa plausível, pois "[...] o trabalho escolar, no domínio da produção de linguagem, faz-se sobre os gêneros, quer se queira ou não. Esses constituem o instrumento de mediação de toda estratégia de ensino e o material de trabalho, necessário e inesgotável, para o ensino da textualidade" (SCHNEUWLY, et al. 2004, p. 44). Nesse mesmo âmbito, "em outros termos, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual no trato sociointerativo da produção linguística" (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

São essas e mais outras teorias que vem demonstrando, esta questão, de que é preciso considerar os textos no processo de ensino de língua. E nós acreditamos que o ensino de LP baseado somente na gramática pode ser um dos problemas que impede o avanço de ensino-aprendizagem em LP na Guiné-Bissau, pois, mesmo sendo considerado o ensino de base gramatical, até agora, continua a existir problema de comunicação por parte dos alunos. Ademais,

A falta de domínio do português assume assim uma relevância crítica e estrutural no funcionamento do sistema, com incidência negativa na qualidade dos serviços prestados e no relacionamento entre a escola e os alunos. O domínio deficiente do português, tanto pelo professor como pelos alunos, gera uma situação de falta de comunicação nas escolas, que se alia à inibição e ao alheamento que resultam, sem dúvida, nos elevados níveis de insucesso escolar que tanto marcam o ensino guineense (BALDÉ, 2013, p. 38).

Desta forma, percebemos que os professores têm um papel fundamental nesse processo. Devem evitar de posicionar como donos de salas de aulas, como acontece em alguns casos:

O professor do ensino primário e secundário da Guiné-Bissau mostra-se tradicionalmente como o único conhecedor da matéria que ele ensina. Ele é tido como o responsável pela aprendizagem do aluno, dono do conhecimento, não abrindo oportunidades ao aprendente de aproveitar ao máximo que puder a sua aprendizagem. Essa postura e perfil tradicional contrasta com o que tomamos contemporaneamente como válido e desejável, a saber, que o aluno

tenha condições para ser em parte co-responsável por seus estudos (SANI, 1996, p. 70).

Neste caso, entendemos que o professor guineense deve ter em mente que o conhecimento é construído em conjunto com os alunos. Não se deve posicionar como dono de todo conhecimento, pois "[...] os princípios são o fundamento em que o professor vai apoiar-se para criar suas opções de trabalho. O novo perfil do professor é aquele do pesquisador, que, com seus alunos (e não, "para" eles), produz conhecimento, o descobre e o redescobre. Sempre." (ANTUNES, 2003, p. 36).

Concluimos que o ensino de LP na Guiné-Bissau continua a ser de base gramatical. Ou seja, a gramática normativa é usada como o principal material para desenvolvimento de aulas. Por outro lado, percebemos que os professores, enquanto educadores, precisam de formação contínua que possa lhes ajudar a reformular, sempre que possível, as suas metodologias de ensino. Concordamos que, até certo ponto, a gramática deve ser ensinada. Porém, é preciso adotar outras visões de ensino que não fique preso somente na forma. Desta forma, corroboramos com a ideia de que:

A gramática como algo estanque cujo ensino justificava-se por si só (ensino baseado na forma) passou a conviver com outras visões de ensino, nas quais saber a forma (sintaxe, morfologia, fonologia) não era suficiente, mas que tal conhecimento deveria ser acompanhado de compreensão relativa ao significado das formas aprendidas (semântica) e ao uso dessas formas em contextos comunicativos (pragmática) (GONZALEZ; QUEVEDO-CAMARGO, 2017, p.214).

Entendemos que esta perspectiva de ensino deve ser levada em consideração na Guiné-Bissau para que possa haver o resultado esperado por parte de estudantes. Para esse cumprimento, acreditamos que é preciso usar os gêneros textuais para ensinar diferentes assuntos, envolvendo até assuntos gramaticais. Não é a nossa intenção abolir a gramática normativa no ensino de LP na Guiné-Bissau, mas entendemos que já é hora de considerar essas três dimensões (forma, significado e uso), frisadas pelas autoras, no ensino de LP na GB e dar um espaço significativo ao ensino de gêneros textuais para que os alunos possam perceber o funcionamento de LP de forma mais próxima às suas realidades, a partir de escolha de textos que retratem da realidade local. Dito isto porque, muitas vezes, as gramáticas escolares que são usadas em salas de aulas da Guiné-Bissau são produzidas no exterior e por internacionais, principalmente por portugueses e brasileiros que vivem em seus respectivos países sem basear no contexto guineense. Não é que não devem ser usados, em salas de aulas, as gramáticas e outros materiais didáticos produzidos por internacionais no exterior. A questão é que, em

maioria dos casos, essas gramáticas e outros materiais didáticos não refletem a realidade do país.

2.2. CONTEXTO DA UNILAB

A pesquisa foi realizada com estudantes da República da Guiné-Bissau que estão cursando graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/CE. Conforme consta no sítio eletrônico da universidade, a UNILAB é uma instituição de ensino superior federal vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com a sede principal na cidade de Redenção, estado do Ceará. A UNILAB possui duas sedes, uma no estado do Ceará e a outra no estado da Bahia. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional entre esses países.



Figura 2. UNILAB – Campus da Liberdade/CE. Acesso em << <https://unilab.edu.br/nossos-campi/> >> às 9:00 do dia 10 de fevereiro de 2022.

A UNILAB é a universidade federal brasileira que mais acolhe estudantes guineenses nos últimos 5 anos, pois em cada ano ingressam mais de 50 estudantes guineenses distribuídos em diferentes cursos de graduação presencial desta universidade nos campi do Ceará e da Bahia.

Conforme Dados Quantitativos (DRCA) da UNILAB, no seu quadro geral de discentes ativos dos cursos de graduação presencial da UNILAB, atualizado em dezembro de 2020, consta que a Guiné-Bissau é o segundo país com mais estudantes ativos estando atrás apenas do Brasil. Num total de 5.004 estudantes dos cursos de graduação presencial, temos seguintes números por cada nacionalidade:

PAÍS	NÚMERO DE ESTUDANTES
Brasil	3.818 estudantes
Guiné-Bissau	660 estudantes
Angola	377 estudantes
São Tomé e Príncipe	52 estudantes
Cabo Verde	45 estudantes
Moçambique	45 estudantes

Quadro 01. Dados quantitativos dos discentes ativos por países. Fonte: elaborado pelo autor, conforme Dados Quantitativos de estudantes, Unilab 2020 (DRCA).

Segundo o projeto da universidade, deveria haver metade de número de alunos brasileiros e a outra metade alunos internacionais, mas, pelos dados que vimos aqui, falta ainda número de alunos internacionais.



Figura 3. UNILAB da Bahia - Campus dos Malês. Fonte: acesso em << <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/universidades/universidade-integracao-lusoafrobrasileira-unilab.htm> >> às 08 horas do dia 10 de fevereiro de 2022.

O maior número de estudantes guineenses se deve ao fato de a Guiné-Bissau não possuir universidades suficientes para acolher jovens guineenses que procuram cursar uma graduação. Para além das escolas superiores de educação, a Guiné-Bissau possui apenas uma universidade pública que funciona com poucos cursos e num sistema em que os alunos pagam mensalidades. Por conta dessa situação, muitos estudantes guineenses ao terminarem o ensino secundário fazem de tudo para deixar o país afim de prosseguirem seus estudos no exterior. E a UNILAB que realiza anualmente a seleção de estudantes estrangeiros tornou-se uma instituição de referência para satisfazer os anseios desses estudantes, recém finalistas do ensino secundário (ensino médio).

2.2.1. Processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB

Em todo ano, em princípio, a partir do mês de julho ao mês de outubro, a UNILAB lança o edital denominado "Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros Para Ingressos nos Cursos de Graduação da Unilab – (PSEE)". Assim, conforme consta no edital 1/2020 do processo seletivo de estudantes estrangeiros, a Unilab define o público-alvo nos seguintes termos:

- 1) Poderão concorrer a uma vaga no processo seletivo de estrangeiros da Unilab os candidatos que:
 - a) Tiveram nacionalidade e forem residentes em seus países de seleção: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste;
 - b) Tenham, no mínimo, 18 anos de idade completos até a data de publicação do resultado final;
 - c) Que concluíram o Ensino Secundário (equivalente ao Ensino Médio do Brasil) até o último dia de inscrição;
 - d) Que possuam Bilhete de Identidade (equivalente ao RG do Brasil) válido, no mínimo, até a data de publicação do resultado final do PSEE;
 - e) Não tenham sido beneficiados com qualquer bolsa ou programa da República Federativa do Brasil;
 - f) Não tenham concluído qualquer curso superior (Bacharelato, Licenciatura e Tecnólogo) em instituição pública no Brasil.

As inscrições do PSEE são realizadas mediante preenchimento de um formulário eletrônico, disponível sempre no sistema de seleção de estrangeiros (Selest) no endereço eletrônico indicado no edital.

Para efetivar a inscrição, o candidato escaneia seu Bilhete de Identidade (B.I.) frente e verso e anexar (faz o *upload*) conforme as recomendações na página eletrônica do Selest.

Os dados que os estudantes preenchem no formulário eletrônico são os mesmos do B.I.: nome completo do candidato, número de B.I., data de nascimento e a data de validade do B.I., com data de validade igual ou superior a data de publicação do resultado final, conforme consta no cronograma de edital.

Depois de candidato cadastrar os dados pessoais, deve-se anexar (fazer o *upload*) no formulário eletrônico de inscrição os seguintes documentos escaneados e gerados em formato PDF:

- a) Certificado de conclusão do ensino secundário cursado no país de inscrição. É permitido também a declaração de conclusão de ensino secundário emitida pelo candidato onde o candidato estudou.
- b) Histórico escolar completo do ensino secundário com a relação das disciplinas cursadas e notas obtidas durante todas as séries do ensino secundário.

Após a inscrição, o candidato aguarda a publicação de lista de deferimento e indeferimento de inscrições, que normalmente acontece em um período de 30 dias.

A segunda fase do PSEE consiste na realização de 3 provas a saber:

- a) Prova de redação;
- b) Prova de Língua Portuguesa e
- c) Prova de Matemática.

É de salientar que a prova de Língua Portuguesa e prova de Matemática foram introduzidas a partir do ano 2019. A tradicional prova de admissão do PSEE, desde 2012 a 2019, sempre foi a redação de artigo de opinião. Até hoje, é a prova que possui maior peso avaliativo nas áreas que os estudantes guineenses mais concorrem, como podemos constatar no quadro de pesos das provas por curso do último edital da Unilab, Edital N. 01/2020/SEE/PROINS.

Pesos das provas por curso:

Local de Oferta	Curso / País	PHE (%)	PR (%)	PLP (%)	PM (%)
	Administração Pública	30	21	21	28

Ceará Campus da Liberdade (Redenção) Unidade Acadêmica dos Palmares (Acarape)	Agronomia	30	28	21	21
	Ciências Biológicas	30	35	17,5	17,5
	Enfermagem	30	28	21	21
	Engenharia da Computação	30	17,5	17,5	35
	Engenharia de Energias	30	17,5	17,5	35
	Farmácia	30	28	21	21
	Física	30	21	21	28
	Humanidades	30	70	00	00
	Letras – Língua Portuguesa	30	50	20	00
	Letras – Língua Inglesa	30	50	20	00
	Matemática	30	17,5	17,5	35,00
	Química	30	70	00	00
Bahia Campus dos Malês (São Francisco Conde)	Humanidades	30	35	21	14
	Letras – Língua Portuguesa	30	35	21	14

Quadro 02 – Peso das provas por curso. Fonte: (Edital N. 01/2020/SEE/PROINS, pp. 24 – 25).

PHE- peso do histórico escolar

PR- peso da prova de redação

PLP- peso da prova de língua portuguesa

PM- peso da prova de matemática

Levando em consideração a este quadro, apesar de variação de peso que a redação tem nos cursos, no curso de humanidade que os estudantes guineenses ingressam mais, a redação tem maior peso – eis a razão de falarmos da redação de artigo de opinião na pesquisa.

Na redação são avaliados os quatro seguintes critérios:

CRITÉRIO 01	ADEQUAÇÃO AO TEMA	Texto que desenvolve o tema em sua integralidade por meio de argumentação consistente. É o texto que enfatiza todos os aspectos da temática, relacionando-os coerentemente a serviço da argumentação, cuja a informação está além do previsível e do previsto nos textos motivadores.
CRITÉRIO 02	ADEQUAÇÃO À SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA	Apresentação de domínio da sequência dissertativo-argumentativa, atendendo à estrutura proposição-argumentação-conclusão, com essas três partes adequadamente ordenadas, de modo que se perceba facilmente o sentido do raciocínio delineado.
CRITÉRIO 03	ADEQUAÇÃO À NORMA PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	O texto deve denotar excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, em seus diferentes aspectos: seleção vocabular, convenções da escrita, concordância, regência,

		emprego de pronomes e de conectores, estrutura do período, entre outros.
CRITÉRIO 04	ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS PARA A COESÃO E A COERÊNCIA TEXTUAIS	Texto que se apresenta adequado quanto ao critério de coesão/coerência. Há continuidade temática, progressão das ideias, não-contradição (interna e externa) entre as informações e relação devidamente estabelecida entre as sentenças.

Quadro 03 – Critérios de avaliação. Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Edital N. 01/2020.

No processo seletivo que aconteceu em 2020, foram homologas, após recurso, 1.768 (mil e setecentos e sessenta e oito) inscrições dos candidatos guineenses. Na fase final, aprovaram 114 (cento e catorze) estudantes para o ingresso no semestre 2020.2 e 2021.1, distribuídos para os dois campus da UNILAB (Ceará e Bahia) da seguinte maneira:

ENTRADA 2020.2		ENTRADA 2021.1	
Curso de Humanidades (Bahia)	13 estudantes	Humanidades (Bahia)	14 estudantes
Letras – Língua Portuguesa (Bahia)	03 estudantes	Administração Pública (BA)	5 estudantes
Administração Pública (Ceará)	04 estudantes	Agronomia (CE)	5 estudantes
Agronomia (Ceará)	04 estudantes	Ciências Biológicas (CE)	5 estudantes
Enfermagem (Ceará)	03 estudantes	Enfermagem (CE)	4 estudantes
Engenharia de energias (Ceará)	03 estudantes	Eng. da Computação (CE)	4 estudantes
Humanidades (Ceará)	13 estudantes	Eng. de Energias (CE)	3 estudantes
Letras – Língua Inglesa (Ceará)	03 estudantes	Farmácia (CE)	4 estudantes
Letras – Língua Portuguesa (Ceará)	03 estudantes	Física (CE)	5 estudantes
		Humanidades (CE)	14 estudantes
		Letras – Língua Inglesa (CE)	4 estudantes
		Letras – L. Portuguesa (CE)	4 estudantes
		Matemática (CE)	5 estudantes
		Química (CE)	5 estudantes

Quadro 04 – Distribuição de alunos guineenses por curso. Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos resultados do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros 2020, de 17 de Janeiro de 2020.

Baseando-me nessas informações, percebemos que os candidatos ingressam mais nos cursos de humanidades. Comparando com o quadro 03 sobre os pesos das provas, vimos que a redação do artigo de opinião tem o peso de 70% numa escala de 100% no curso de humanidades. Vale ressaltar que os alunos que terminam o curso de humanidades, caso queiram, podem continuar seus estudos nos cursos de Licenciatura em História, Sociologia, Pedagogia e Bacharelato em Antropologia. O curso de Bacharelato em Humanidades tem a duração de 6 semestres.

2.2.2. Alunos participantes da pesquisa

Conforme Leffa (2001) a Linguística Aplicada não trabalha com informantes apenas, ela trabalha com colaboradores e no mínimo com participantes. Desta forma, a pesquisa que se

resultou nesta dissertação respaldou nessa visão de Leffa. Assim, os alunos participantes da pesquisa são seis (6) estudantes de entre 3º a 6º semestres de diferentes cursos de graduação da UNILAB.

A ideia inicial era de trabalhar com os alunos guineenses que estão no país com interesse de ingressar na UNILAB, mas devido a pandemia provocada pela COVID-19 decidimos realizar a pesquisa com estudantes guineenses que estão já cursando suas graduações nesta universidade, aqui no Brasil. Também a intenção era de ter como público-alvo os estudantes de semestres iniciais, primeiro e segundo semestre, mas desde 2020, devido à restrição de viagem da Guiné-Bissau ao Brasil, não chegaram novos estudantes na UNILAB.

Assim, decidimos trabalhar com esses estudantes de terceiro a sexto semestre, tratando-os como participantes normais no sentido de que eles fazem parte da pesquisa tendo voz e dando suas opiniões.

2.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO DOS CONTEXTOS

Neste capítulo, debruçamos sobre os dois contextos da nossa pesquisa: contexto da Guiné-Bissau – país de origem do público-alvo, e o contexto da UNILAB – universidade onde estudam os participantes da pesquisa.

No contexto da Guiné-Bissau, vimos que o país enfrenta vários problemas institucionais e entre eles: o problema do sistema educativo que é considerado um dos mais fracos da África. A Guiné-Bissau é um país africano que fica na costa ocidental da África com uma dimensão territorial muito pequena, se comparado com o Brasil. O país está em constante instabilidade política, mergulhado sempre em tentativas de golpe de estado e perseguições políticas de várias ordens. O país tem mais de 20 línguas locais regionais. A língua mais falada é o Kriol, falada por mais de 90% da população. O português, falado por 27.1% da população é a Língua oficial do país e a única do ensino. Também neste contexto vimos que o ensino de LP, que é da base gramatical, enfrenta grandes desafios, o que entendemos que é preciso levar em consideração outra perspectiva de ensino onde não só será mais somente a forma e passa-se a considerar que a língua é forma, significado e uso, como exortam Gonçalves e Quevedo-Gamargo (2017), usando gêneros textuais contextualizados para que o objetivo seja alcançado.

Já no contexto da UNILAB, apresentamos a universidade, que é uma universidade de carácter internacional para acolher, principalmente, estudantes africanos de expressão

portuguesa. Vimos que o processo seletivo acontece anualmente e os estudantes guineenses são os que mais procuram a UNILAB para colmatar os seus anseios de cursar uma graduação no exterior. Assim, com mais de 600 (seiscentos) estudantes, a Guiné-Bissau tornou-se o país com mais estudantes internacionais na UNILAB. Ainda neste capítulo, vimos que uma das principais provas de admissão é a redação de um artigo de opinião – motivo de falarmos deste assunto. Por fim, falamos de participantes da pesquisa: 6 (seis) estudantes guineenses de diferentes cursos de graduação da UNILAB.

3. CAPÍTULO 3

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste segundo capítulo, apresentamos a fundamentação teórica da pesquisa onde trazemos alguns subcapítulos ligados à nossa pesquisa que entendemos pertinentes. Assim, temos como subcapítulos deste capítulo literaturas sobre: gêneros textuais; professor e ensino de produção escrita; letramento; artigo de opinião; argumentação; operadores argumentativos – este último é o objeto de análise da redação que os participantes produziram, e, por fim, síntese do capítulo.

3.1. GÊNEROS TEXTUAIS

Gênero textual refere aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instrução de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.

Luiz Antônio Marcuschi. Produção Textual: análise de gêneros e compreensão. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 155.

Partindo desse conceito, é possível perceber que os gêneros textuais fazem parte da nossa vida cotidiana e das nossas atividades do dia a dia em diferentes situações, visto que, pela nossa natureza humana e social que nos condiciona a relacionar-se socialmente com os outros, não podemos nos afastar dessas atividades interativas elencadas por autor. Daí a importância de conhecimento e de domínio de gêneros textuais para que as nossas atividades cotidianas possam ser realizadas com mais facilidade e eficácia possível. E entendemos também que o assunto sobre gêneros textuais, pela sua importância em nossas vidas, transcende o ambiente escolar. Contudo, o nosso foco neste trabalho é sobre os gêneros textuais no âmbito acadêmico ou escolar.

Reconhecemos que falar de gêneros textuais envolve muitas perspectivas, mas, ao iniciarmos este capítulo teórico, gostaríamos de deixar claro que, neste trabalho, não temos a intenção de discutir ou debater sobre diferentes perspectivas de gêneros textuais, até porque não somos capazes de desenvolver tudo sobre estas perspectivas neste trabalho. Assim, o nosso propósito neste subcapítulo é de tratar de gêneros textuais fundamentado apenas nos autores desse nosso aporte teórico, sem interesse em debater as diferentes perspectivas existentes.

Conforme Koch e Elias (2016), a comunicação sempre acontece em forma de textos e os textos são constituídos por interlocutores para interagirem em uma determinada situação comunicativa. Assim, as autoras afirmam que:

Falar de texto é falar de sentido, ou melhor, de sentidos. Ainda mais quando levamos em conta que esse sentido é construído na relação que se estabelece entre autor, o texto e o leitor. Isso significa dizer que, para essa atividade, concorre uma série de conhecimentos provenientes de uma intrincada relação envolvendo aqueles três elementos (KOCH; ELIAS, 2016, p. 18).

Quase tudo que os homens fazem quotidianamente está estreitamente ligado ao ato de se comunicar e a comunicação concretiza-se em enunciados que podem ser "orais" ou "escritos" (BAKHTIN, 2003). E sobre enunciado, segundo autor ainda "Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados[...]" (BAKHTIN, 2003, p. 262). Para Bronckart "numa primeira acepção, muito geral, a noção de texto pode ser aplicada a toda e qualquer produção de linguagem situada, oral ou escrita. Um diálogo familiar, uma exposição pedagógica, um pedido de emprego, um artigo de jornal, um romance, etc." (BRONCKART, 1999, p. 71). Esta afirmação demonstra a dimensão imensurável de gêneros textuais.

Por Schneuwly (2004) gênero textual é um "instrumento complexo" que facilita o desenvolvimento de atividades das pessoas em diferentes níveis e o seu bom uso pode contribuir para moldar comportamentos de pessoas em diferentes momentos e circunstâncias de vida. Neste caso, autor considera que:

Um instrumento medeia uma atividade, dá-lhe uma certa forma, mas esse mesmo instrumento representa também essa atividade, materializa-a. O instrumento torna-se, assim, o lugar privilegiado da transformação dos comportamentos: explorar suas possibilidades, enriquecê-las, transformá-las são também maneiras de transformar a atividade que está ligada à sua utilização (SCHNEUWLY, 2004, p. 21).

Ainda segundo Marcuschi (2008), os gêneros textuais tendem a organizar as atividades básicas das pessoas tornando-as em "fatos sociais" e os fatos sociais são vistos pelas pessoas como as verdades ou os princípios corretos que devem ser seguidos na e para a realização de umas certas atividades do dia a dia, e tudo isso pode-se consolidar em um discurso que molda à nossa maneira de realizar certas coisas.

[...] Por exemplo, por que todos os que escrevem uma monografia de final de curso fazem mais ou menos a mesma coisa? E assim também ao pronunciarmos uma conferência, darmos uma aula expositiva, escrevermos uma tese de doutorado, fazemos um resumo, uma resenha, produzimos textos similares na estrutura, e eles circulam em ambientes recorrentes e próprios. Isso ocorre também numa empresa com os memorandos, os pedidos de venda, as promissórias, os contratos e assim por diante. Vai ocorrer na esfera jurídica, na esfera jornalística, religiosa e em todos os demais domínios (MARCUSCHI, 2008, p. 150).

Assim, concordamos que "os textos são produtos da atividade humana e, como tais, como sublinhamos no capítulo anterior, estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos" (BRONCKART, 1999, p. 72).

A partir dos autores citados ao longo deste subcapítulo, compreendemos que os gêneros textuais fazem parte de vida cotidiano dos homens, mesmo inconscientemente, sem nunca conhecer algum gênero textual formalmente, produz-se os gêneros textuais para satisfação das atividades básicas e necessárias do dia a dia. No âmbito de ensino ainda, tem muito mais relevância na medida em que, quase em todas as aulas e em suas extensões, lidamos com algum gênero textual – daí a necessidade de estudantes conhecerem diferentes gêneros textuais que circulam em seus meios.

3.2. PROFESSORES E ENSINO DE LÍNGUA

Assunto sobre ensino de escrita nas escolas, nas aulas de LP na Guiné-Bissau sobretudo, é um assunto já discutido por outros autores. Mas já que o nosso trabalho tem a ver com a produção escrita, em parte, por parte de público-alvo, entendemos pertinente trazer este subcapítulo.

Ao longo deste subcapítulo teórico ficamos mais focados em demonstrar a importância de produção escrita e uso de gêneros textuais em salas de aulas de LP.

Muitas vezes, quando se fala de processo de escrita o que vem em mente é que os alunos devem saber escrever para poder responder corretamente sobre produções escritas, provas e outras atividades na escola. Isso é bom, mas é importante também levar em consideração que o ato de escrever transcende o meio escolar. Assim, concordamos que "ler e escrever são atividades que desempenhamos constantemente, nas diversas situações do cotidiano, como na leitura e na escrita de e-mails, bilhete, listas de compras, embalagens, placas, avisos etc. São as práticas de linguagem em situação de uso" (SANTO et al., 2012, p.97). E concordamos ainda que "quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares" (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Acreditamos ainda que:

Do ponto de vista social, a escrita permite o acesso às formas de socialização mais complexas da vida cidadã. Mesmo que os alunos não almejem ou não se tornem, no futuro, jornalistas, políticos, advogados, professores ou publicitários, é muito importante que saibam escrever diferentes gêneros textuais, adaptando-se às exigências de cada esfera de trabalho. O indivíduo que não sabe escrever será um cidadão que vai sempre depender dos outros e terá muitas limitações em sua vida profissional (CENPEC, 2021, p. 10).

É claro que o nosso trabalho está mais focado na produção escrita nas aulas de LP para facilitar aos estudantes a conhecerem melhor a estrutura de língua e poder se comunicar de forma escrita, mas compreendemos que esses estudantes não estão e nem estarão ausentes na interação social do dia a dia. Por isso concordamos que nessa esfera social, quem não tiver domínio de escrita não terá como enquadrar melhor em sociedade de grandes cidades e será sujeito a perder chances de bom emprego ou melhores condições de vida, uma vez que, na maioria das vezes, trato social nas grandes cidades é desenvolvido a partir de escrita que pode ser por exemplo: construção de um currículo para pedido de emprego, e-mail para pedido de informação formal em uma instituição etc.. Neste caso, entendemos que "o texto, a interação verbal, comumente acrescida de outras sinalizações visuais ou sonoras, é que deve centralizar nosso empenho de ensino e aprendizagem" (ANTUNES 2014, p. 96). Desta forma, como afirmam autores a seguir, acreditamos que:

Na ótica do ensino, os gêneros constituem um ponto de referência concreto para os alunos. Em relação à extrema variedade das práticas de linguagem, os gêneros podem ser considerados entidades intermediárias, permitindo estabilizar os elementos formais e rituais das práticas. Assim, o trabalho sobre gêneros dota os alunos de meios de análises das condições sociais efetivas de produção e de recepção dos textos. [...] Portanto, se os textos constituem, em nosso procedimento, os objetos concretos, empíricos, sobre os quais os alunos trabalham em sala de aula, o gênero de texto define a unidade de trabalho que articula esses objetos em um todo coerente (DOLZ, et al., 2004, p. 144).

Partindo deste pressuposto, entendemos que ensino dos gêneros nas escolas, *sendo elas entidades intermediárias*, o seu ensino é pertinente em todas outras disciplinas curriculares. Ou seja, o ensino baseado em escrita não deve ficar somente limitado a uma só disciplina. Por exemplo: a disciplina de Língua Portuguesa ou outra similar. Deve fazer parte de todas outras disciplinas onde se pode fazer presente.

Conforme Antunes (2003), com aparição de várias literaturas, em toda parte do mundo, que exortam sobre trabalho com a escrita, os profissionais docentes não devem continuar a persistir em deixar de lado o ensino de escrita e promover o ensino baseado somente em gramática normativa que muitas vezes é "inflexível" e que preocupa em constatar o errado e o certo, conforme recomenda a gramática normativa, o que pode inibir os alunos e dificultar o processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, quando realmente o profissional docente decidir trabalhar a escrita deve evitar de promover:

[...] a prática de uma escrita artificial e inexpressiva, realizada em "exercícios" de criar lista de palavras soltas ou, ainda, de formar frases. Tais palavras e frases isoladas, desvinculadas de qualquer contexto comunicativo, são vazias do sentido e das intenções com que as pessoas dizem as coisas que têm a dizer. Além do mais, esses exercícios de formar frases soltas afastam os alunos daquilo que eles fazem, naturalmente, quando interagem com os outros, que é "construir peças inteiras", ou seja, textos, com unidade, como começo, meio e fim, para expressar sentidos e intenções. Parece incrível, mas é na escola que as pessoas "exercitam" a linguagem ao contrário, ou seja, a linguagem que não diz nada. Nessa linguagem vazia, os princípios básicos da textualidade são violados, porque o que se diz é reduzido a uma sequência de frases desligadas umas das outras, sem qualquer perspectiva de ordem ou de progressão e sem responder a qualquer tipo particular de contexto social [...] (ANTUNES, 2003, p. 26).

Mesmo ensinando sob a base de texto e produção escrita, será preciso contextualizar os gêneros e não ter um único propósito de avaliar e atribuir notas. Indo nessa direção corroboramos com a ideia de que "[...] o professor deve abandonar a visão tradicional que condiciona o ato exclusivo de produzir o trabalho chamado propriamente de "redação" como sendo a única prática de escrita da vida escolar, e reconsiderar todas as atividades de escrita" (FERRAREZI JÚNIOR; CARVALHO, 2015, p. 19).

Baseando nos autores, chegamos à conclusão de que os professores têm uma enorme responsabilidade em termos de tomadas de decisões em sala de aulas para promover o processo de ensino de escrita. Chega à altura de professores serem autônomos e ensinar o que eles

compreendem pode trazer mudanças significativas no processo de ensino aprendizagem de Língua Portuguesa sobretudo, a partir de produção escrita, e não ficando presos às recomendações de ensino de língua somente da base gramatical. Isto porque conforme Gonzáles e Quevedo-Camargo (2017), ensino de gramática pela gramática, foco somente nas formas, não contribui na progressão do aluno porque o professor não leva em consideração a aprendizagem do aluno, está mais preocupado em cumprir com o seu programa já pré-estabelecido. Desta forma, estendemos que, mesmo que ela venha a ser ensinada, "contextualizar a gramática é apenas uma estratégia metodológica de análise das funções que cada uma de suas categorias cumpre na construção dos sentidos do texto. É, portanto, parte de uma perspectiva que pretenda fazer do texto objeto de ensino-aprendizagem." (ANTUNES 2014, p. 110). Mas, apesar da responsabilidade que professes têm para promover um ensino que dê mais espaço aos gêneros textuais, pela nossa experiência, temos que admitir que muitas vezes, os professores também são vítimas de determinados tipos de ensinamentos nas escolas. Proprietários de escolas (em caso de escolas particulares) e entidades governamentais ligados ao ensino (em caso de escolas públicas) podem contribuir para dificultar uma nova postura de ensino, a partir de parâmetros curriculares que condicionam os professores a cumprir. E nós entendemos que, como já vimos atrás, o ensino baseado em gramática, foco nas formas, não facilita o aluno a ter domínio de produção escrita, que, hoje em dia, faz parte de vida de alunos, quer na escola e assim como fora dela.

3.3. LETRAMENTOS

Considerando que o domínio das práticas de letramentos na escola e assim como fora dela é importante para formação de alunos escritores assim como para outras práticas sociais locais, em geral, o que pode contribuir positivamente para estudantes guineenses que buscam ingressar na Unilab. Sendo assim, neste subcapítulo, fizemos a questão de trazer diferentes concepções do termo letramentos. Reconhecemos a existência de diferentes categorias de letramentos, mas o nosso objetivo aqui não é de tratar dessas categorias. A nossa intenção é tão somente de trazer conceitos de letramento defendidos por diferentes autores com destaque a Angela B. Kleiman; Magda Soares; Roxane Rojo e entre outros.

O entendimento de alguns profissionais docentes guineenses sobre letramento não é o mesmo que tem sido defendido por autores aqui destacados. Para muitos dos profissionais docentes guineenses, o letramento é um processo de ensino que se aplica na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino básico para ensinar aluno a ler e a escrever apenas, limitando

assim o conceito de letramento – o que se pode entender de alfabetização. Sendo assim, importa salientar que o termo letramento é muito novo no contexto de ensino guineense, sobretudo do ensino de Língua Portuguesa. Não podemos precisar exatamente quando foi referido pela primeira vez no contexto de insumo didático escolar, pois não encontramos a referência dele em material didático do país e nem em documentos oficiais que regem o sistema do ensino guineense. Mas ao que tudo indica o termo é conhecido, por alto, mais como um ato de ensino de ler e escrever dos alunos do 1º ciclo de ensino básico. Logo, da área de Educação não de ensino de línguas.

Já no contexto brasileiro, Grado (2012) nos exorta que com relação à origem de letramento, o termo surgiu no Brasil na década de 80 e se originou do *inglês literacy*. Surgiu assim com o intuito de demonstrar condições de grupo de indivíduos escolarizados e não escolarizados, o que vem tornando esse termo a ter maior aderência em relação ao termo alfabetismo e analfabetismo que outrora predominava para fazer distinção desses dois grupos de indivíduos numa determinada sociedade. Nesta mesma linha de pensamento, é possível perceber que:

É curioso que tenha ocorrido em um mesmo momento histórico, em sociedades distanciadas tanto geograficamente quanto socioeconomicamente e culturalmente, a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita. Assim, é em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil, do *illettrisme*, na França, da literacia, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquele denominado alfabetização, *alphabétisation*. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora a palavra *literacy* já estivesse dicionarizada desde o final do século XIX, foi também nos anos de 1980 que o fenômeno que ela nomeia, distinto daquele que em língua inglesa se conhece como *reading instruction, beginning literacy*. (SOARES, 2004, pp. 5 – 6).

Sendo assim, compreendemos que o termo letramento surgiu mais no sentido de ampliar aquela que já existia denominada de alfabetização. Visando assim ao aluno não ficar só no ato de aprender a ler e escrever, mas de ir além dominando outras práticas sociais. Aliás, "um dos objetivos principais da escola é justamente possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática" (ROJO, 2010, p. 437). Nesta mesma ótica é entendida que "letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita" (SOARES, 2009, p. 18). Na mesma direção, Kleiman exorta que:

Uma perspectiva escolar de letramento – que, afirmo, não é contraditória a uma perspectiva social da escrita na esfera de atividades escolares – tem por foco atividades vinculadas a práticas em que a leitura e a escrita são ferramentas para agir socialmente. Aliás, as práticas escolares de aprendizagem e uso da língua escrita, ainda que “estritamente escolares”, são também práticas sociais, sendo que muitas delas tomam por base práticas sociais e, portanto, recontextualizam as práticas com as quais os alunos convivem fora da escola, tornando-as mais significativas para eles (KLEIMAN, 2010, p. 80).

Em suma, no contexto escolar, podemos inferir que é o processo de letramentos que ajuda os alunos a adquirir o domínio de produção escrita e, assim, lidar com diferentes textos no que diz respeito à produção, à leitura e à compreensão leitora. Fora da escola, letramentos enquanto uma *prática social*, oportuniza os estudantes a estarem informados, saber comportar-se e relacionar-se com os outros na sociedade. Assim sendo, letramento é muito mais que um simples ato de ler e escrever.

3.4. ARTIGO DE OPINIÃO

A escolha do gênero artigo de opinião como objeto de produção escrita por parte de estudantes participantes justifica-se por tratar de gênero que estudantes guineenses produzem na prova de admissão do processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB. Por este motivo, trazemos este subcapítulo teórico para falar, em síntese, sobre artigo de opinião.

Silva e Pinton (2019) nos exortam que o artigo de opinião é mais da esfera jornalística onde articulista busca emitir sua opinião relativamente a um determinado fato e está presente em veículos como jornais, revistas e periódicos, em suas versões online ou impressa. Nesses espaços, os produtores dos textos mobilizam as estratégias argumentativas e dialógica para dialogar e persuadir os seus leitores, de modo a impactar de forma positiva sua audiência. As respostas a esses textos geralmente ocorrem por meio de cartas de leitores, textos também argumentativos ou por meio de respostas escritas diretamente na plataforma onde é divulgado esse artigo.

Quanto à organização, a estrutura organizacional de um artigo de opinião deve, no mínimo, conter a Introdução - os parágrafos iniciais reservados para apresentar o assunto abordado e o ponto de vista defendido pelo autor; Desenvolvimento – este devendo ser o momento de apresentar argumentos que comprovem o ponto de vista defendido e, por fim, a Conclusão – que deve apresentar uma síntese do desenvolvimento do texto e, em seguida, reiterar a tese comprovada pelos argumentos (CENPEC, 2021).

Nesta mesma linha de raciocínio, entende-se que:

Resumidamente, artigo de opinião é um gênero escrito da esfera jornalística. Pertence ao mundo do expor, autônomo. Escrito por um cidadão comum que assume o papel social de articulista, defensor de uma posição a respeito de um assunto polêmico, pela qual se responsabiliza, assinando o texto e tentando convencer seu leitor. O texto, claro e conciso, geralmente de uma lauda, é composto, predominantemente, por sequências argumentativas e explicativas. (GONÇALVES; FERRAZ, 2016, p. 124).

Apesar de o gênero artigo de opinião ser mais propriamente da esfera jornalística, hoje em dia, faz parte de produção escrita nas provas de admissão para ingressar em universidades, como é o caso da UNILAB. Assim:

Aprender a ler e a escrever esse gênero na escola favorece o desenvolvimento da prática de argumentar, ou seja, anima a buscar razões que sustentem uma opinião ou tese. O tema do concurso – “O lugar onde vivo” – estimula a participação nos debates da comunidade, ajuda a formar opinião sobre questões relevantes e a pensar em como resolvê-las. Portanto, escrever artigos de opinião pode ser um importante instrumento para a formação do cidadão (CENPEC, 2021, p. 29).

Deste modo, o ato de saber escrever e omitir opinião de forma coesa e coerente é um exercício fundamental para os alunos. No caso de estudantes guineenses com relação a produção de artigo de opinião é extremamente importante, pois, levando em consideração que a redação de artigo de opinião é uma das principais partes de prova para o acesso aos cursos de graduação da UNILAB, é a partir de saber produzir um artigo de opinião conciso que o estudante guineense vai poder realizar o seu sonho de ingressar na UNILAB e poder opinar também textualmente em diferentes momentos, quando for necessário.

3.5. ARGUMENTAÇÃO

Como, em parte, gênero artigo de opinião faz parte desta nossa pesquisa, pois, afinal, é o gênero que os estudantes participantes produziram na redação que solicitamos. E porque também é o gênero artigo de opinião que a UNILAB pede na prova de admissão do processo seletivo. Como gênero artigo de opinião, por sua vez, é um gênero de natureza argumentativa, neste subcapítulo debruçamos um pouco sobre argumentação.

Reconhecemos que existem várias tendências argumentativas, mas não tratamos dessas tendências argumentativas neste subcapítulo. Assim, limitamos apenas a falar de concepções de argumentação em si a partir de autores do nosso aporte teórico.

O ato de argumentar começa desde cedo em nossas vidas, antes mesmo de iniciarmos estudos no ensino básico. É por meio de argumentação que procuramos convencer os nossos pais sobre um determinado assunto. É a partir de argumentação que, muitas vezes, conseguimos algo com os nossos irmãos em casa e com os colegas e amigos na rua. Assim, a argumentação nos acompanha desde criança à vida adulta. São os argumentos que utilizamos em uma prova para convencer o professor de que estamos certos em relação a resposta de prova. Usamos argumentos também para justificar as nossas faltas na escola e em outros encontros, na entrevista do emprego, na entrevista para ingressar em uma universidade e assim por diante (KOCH; ELIAS, 2016).

Assim, acreditamos de que "[...] dessa forma, argumentação é um termo que se refere tanto a esse ato de convencimento quanto ao conjunto de recursos utilizados para realizá-lo" (CENPEC, 2021, p. 45). Ademais, "Se o uso da linguagem se dá na forma de textos e se os textos são constituídos por sujeitos em interação, seus quereres e saberes, então, argumentar é humano" (KOCH; ELIAS, 2016, p. 23). Partindo desse pressuposto, concordamos com as autoras quando dizem que: "argumentar é a atividade discursiva de influenciar o nosso interlocutor por meio de argumentos. A constituição desses argumentos demanda apresentação e organização de ideias, bem como estruturação de raciocínio que será ordenado em defesa da tese ou ponto de vista" (KOCH; ELIAS, 2016, p. 24).

Assim, em um contexto mais amplo, compreendemos que argumentação é algo natural dos seres humanos. Utilizamos argumentos para defender o nosso ponto de vista em diferentes momentos e circunstâncias de vida. No caso de escrita, é no gênero artigo de opinião que, muitas vezes, podemos observar essa manifestação na sua forma mais nítida para convencer o nosso interlocutor. Desta forma, no plano da escrita acreditamos que:

Quando o agente produtor considera que um aspecto do tema que expõe é contestável (a seu ver e/ou ao do destinatário), tende a organizar esse objeto de discurso em uma sequência argumentativa. Podemos admitir ainda que o agente-produtor pode considerar, às vezes, que o objeto de discurso arrisca-se a ser, ao mesmo tempo, problemático e contestável para o destinatário e, nesse caso, produz um segmento que combina sequências explicativas e argumentativas (BRONKART, 1999, pp. 234 – 235).

A partir do exposto, podemos inferir que na escrita do artigo de opinião autor utiliza os argumentos não só para convencer, mas porque parte de ideia que o que escreve é algo polêmico que pode ser negado por interlocutores. Assim, chegamos à conclusão de que a argumentação é algo natural que aprendemos a proferir desde casa, quando ainda pequenos, mais tarde

passamos a utilizá-la nas produções escritas e em outros momentos formais para convencer as pessoas.

3.6. OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Como já vimos nos subcapítulos anteriores (Artigo de opinião e Argumentação), artigo de opinião tem como a finalidade de convencer o interlocutor a partir dos argumentos apresentados pelo autor. Desta forma, o reconhecimento e a utilização adequada, ao longo de texto, de operadores argumentativos são essenciais para que o autor de texto consiga expor suas ideias de maneira que facilitará a compreensão do leitor. Assim, na produção escrita de redação da prova de admissão da UNILAB, que estudantes guineenses participam, o estudante-candidato é cobrado a utilizar os recursos linguísticos de forma adequada que possa facilitar a compreensão do corretor. Dentre esses recursos, temos os operadores argumentativos – objeto da nossa análise nos textos que os participantes produziram.

Quanto a esse assunto de operadores ou marcadores argumentativos, o nosso estudo baseou-se nos estudos de Koch e Elias (2016).

Conforme Koch e Elias (2016), os operadores argumentativos são responsáveis em ordenar sequencialmente os argumentos. São eles que ajudam fazer conexão, concatenação, de ideias expressas, fazendo com que a ideia expressa fique mais clara e concisa. Portanto:

Os operadores ou marcadores argumentativos são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para determinadas conclusões. São, por isso mesmo, responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a argumentatividade está escrita na própria língua (KOCH; ELIAS, 2016, p. 64).

Neste âmbito, segundo autoras ainda, podemos contar com dez tipos de operadores argumentativos a saber:

1. Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.	e, também, ainda, nem (e não), não só... mas também, tanto... como, além de, além disso etc.
2. Operadores que indicam o argumento mais forte de uma escala a favor de uma determinada conclusão.	até, até mesmo, inclusive.
3. Operadores que deixam subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes.	ao menos, pelo menos, no mínimo.
4. Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias.	mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora,

	ainda que, posto que, apesar de (que).
5. Operadores que introduzem uma conclusão com relação a argumentos apresentados em enunciados anteriores.	logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência etc.
6. Operadores que traduzem uma justificativa ou explicação relativamente ao enunciado anterior.	porque, porquanto, já que, pois, que, visto que, como etc.
7. Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando a uma determinada conclusão.	Mais... (do) que, menos... (do) que, tão...quanto.
8. Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas.	Ou ... ou, quer ... quer, seja ... seja.
9. Operadores que introduzem no enunciado conteúdos pressupostos.	Já, ainda, agora etc.
10. Operadores que funcionam numa escala orientada para afirmação da totalidade e da negação da totalidade.	Da totalidade: um pouco, quase; Da negação da totalidade: pouco, apenas.

Quadro 05 – Operadores argumentativos. Fonte: elaborado pelo autor, com base em Koch e Elias (2016).

Assim, chegamos à conclusão de que os operadores argumentativos servem para estruturar os argumentos de forma coordenada e coesa, a partir de diferentes argumentos apresentados. Como podemos ver, existem vários tipos de marcadores argumentativos desempenhando funções diferentes em um determinado texto e é por isso que cada operador deve ser posto no seu devido lugar, ao longo do texto, para não criar ambiguidade no texto, pois ao ser inserido no lugar inadequado pode distorcer o sentido do texto. Devido a essa relevância, por isso que procuramos investigar como que os alunos guineenses usam esses operadores nos seus textos escritos.

3.7. SÍNTESE DO CAPÍTULO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo da fundamentação teórica está estruturado por seis subcapítulos a saber: subcapítulo gêneros textuais; professor e ensino de produção escrita; letramento; artigo de opinião; argumentação e operadores argumentativos, sequencialmente.

No subcapítulo gêneros textuais – debruçamos sobre diferentes concepções de gêneros textuais, reconhecendo, assim, que os gêneros textuais fazem parte da nossa vida do dia a dia, pois ao comunicarmos sempre utilizamos algum gênero textual.

Professor e ensino de produção escrita – neste subcapítulo debatemos a importância de ensino de produção escrita, com destaque no nível de ensino secundário, visto que é nessa fase que estudantes começam a se sentir mais necessidade de saber escrever algum gênero que possivelmente pode ser cobrado em exames de admissão em universidade que estudante,

eventualmente, vai querer ingressar. Neste caso, para estudantes guineenses com interesse em ingressar na Unilab é o artigo de opinião que precisam dominar escrever.

Letramentos – Trazemos discussão sobre prática de letramento a partir das autoras das áreas de Linguística Aplicada, pois entendemos que o ensino de produção escrita, mencionado no subcapítulo anterior, faz parte de letramento. Portanto, foi importante falar de letramento que é resultado e ação de ensinar a escrever para que os estudantes possam participar de diferentes atividades sociais.

Artigo de opinião – como a produção de artigo de opinião faz parte da nossa pesquisa, pois, afinal, é o artigo de opinião que os estudantes-participantes produziram, discorreremos sobre artigo de opinião trazendo diferentes autores. Nisso vimos que é um gênero textual de âmbito jornalístico em que autor busca imitar a sua opinião a respeito de um determinado assunto polêmico, apoiando em fatos. Por outro lado, percebemos que, apesar de ser um gênero de âmbito jornalístico, é cobrado em alguns exames de admissão em instituições universitárias, caso da UNILAB. Logo, os estudantes guineenses com interesse em ingressar na UNILAB precisam conhecer e saber escrever esse gênero.

Argumentação – como tratamos de gênero artigo de opinião no subcapítulo anterior, entendemos que não poderíamos falar do artigo de opinião sem se falar de argumentação, uma vez que a argumentação é uma das principais características de artigo de opinião. Vimos que iniciamos o ato de argumentar desde muito cedo, antes de iniciarmos a escola. É a partir de argumentação que buscamos convencer os nossos pais, quando meninos ainda, para não nos culpabilizar de um determinado ocorrido ou para nos deixar fazer algo, para nos comprar algo e assim por diante. Na vida adulta usamos argumentação em diferentes momentos: na escola para convencer os nossos professores e colegas sobre determinado algo, na entrevista de emprego, na entrevista para o ingresso a uma instituição de ensino superior etc.

Por fim, no subcapítulo de operadores argumentativos – discorreremos sobre operadores argumentativos a partir das abordagens de Koch e Elias (2016), em que constatamos, segundo autoras, que operadores ou marcadores argumentativos são os que orientam nossas ideias de forma concisa na produção de um artigo de opinião que é uma das partes da nossa pesquisa com o público-alvo.

4. CAPÍTULO 4

METODOLOGIA DE PESQUISA

No presente capítulo apresentamos os principais princípios orientadores relativamente à metodologia a ser desenvolvida na pesquisa. Porém, primeiramente, abordamos sobre pesquisa na área de Linguística Aplicada (LA). Depois, debruçamos sobre a natureza da pesquisa. Ou seja, os princípios epistemológicos que guiaram nosso agir – abordagem qualitativa e sócio historicamente situada e as escolhas relativamente ao desenrolar da investigação – estudo de caso. Posteriormente, apresentamos o método de coleta de dados que foi por meio de dois instrumentos: entrevista e redação. Depois, seguimos apresentando a forma de análise de dados – baseado em Minayo (2007); procedimento ético e êmico e, por fim, síntese do capítulo.

Gostaríamos de frisar que trazemos o subcapítulo sobre LA porque entendemos que possivelmente, posteriormente, a maioria dos leitores desta dissertação seja estudantes guineenses que vêm sempre perguntando sobre interesse de pesquisa da área de LA. Ou seja, pela nossa experiência, compreendemos que a LA é uma área nova para muitos guineenses, por isso entendemos pertinente falarmos um pouco sobre ela.

4.1. PESQUISA NA ÁREA DE LINGÜÍSTICA APLICADA

Em termos de problema pesquisado, podemos dizer que em Lingüística Aplicada, não criamos problema para pesquisar, mas pesquisamos os problemas que já existem. Não trazemos o problema para o laboratório, limpo e desinfetado, cuidadosamente desembaraçado de todas as variáveis que possam atrapalhar ou sujar nossas hipóteses. Fazemos o caminho inverso. Saímos do laboratório e vamos pesquisar o problema onde ele estiver: na sala de aula, na empresa ou na rua. (LEFFA, 2021, p.6)³.

Neste subcapítulo trazemos um breve olhar sobre Linguística Aplicada, ou melhor dizendo, interesse de linguistas aplicados na pesquisa. Assim, não entraremos na discussão da separação de campo da Linguística Aplicada com relação ao campo da Linguística Teórica e nem falaremos da origem ou surgimento da Linguística Aplicada. A nossa intenção é tão somente falar do interesse da pesquisa da área de Linguística Aplicada.

³LEFFA, Wilson J. A lingüística aplicada e seu compromisso com a sociedade. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Lingüística Aplíca. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 6.

Voltando a citação inicial, fica claro para nós que na área de Linguística Aplicada não há margens para inventar pesquisa. A pesquisa é feita quando, realmente, há necessidade e algo a pesquisar, por isso é comum ir ao campo, junto de participantes, para realizar a pesquisa.

Conforme Rocha e Daher (2015) a Linguística Aplicada é um campo de pesquisa e da prática ao mesmo tempo. Ou seja, a Linguística Aplicada interessa fazer pesquisa assim como possui interesse em aplicar o que foi pesquisado definindo a metodologia e as formas de como aplicar os conhecimentos obtidos depois de uma pesquisa empírica bem elaborada e que obedece, sobretudo, os preceitos científicos na sua execução.

Para Schmitz (1992) um dos principais interesses da Linguística Aplicada, geralmente, é sobre estudos de linguagem no que concerne na forma de como essa língua é ensinada, quer seja a Língua Primeira, Língua Segunda ou Língua Terceira (L1, L2, L3 respectivamente), assim como procura descobrir o comportamento ou problema que dificulte a aprendizagem com intuito de encontrar formas mais seguras de resolver esses problemas encontrados. Nesta mesma linha de pensamento,

Entendo que a Linguística Aplicada é a área de conhecimento que parece mais bem preparada para dar um retorno à sociedade. Isso faz com que a área não só esteja vivendo um grande momento, mas faz também gerar uma grande responsabilidade. Nosso grande compromisso no momento é assumir essa responsabilidade (LEFFA, 2001, p. 14 – 15).

Leffa (2001) afirma ainda que a Linguística Aplicada dá retorno das duas principais maneiras a saber: a) uma seria através de prestação de serviço que pode ser: assumir profissão do professor, elaboração de materiais didáticos, planificação de cursos de línguas etc. e a b) segunda maneira seria de pesquisar assunto onde a língua em uso se faz presente, podendo-se assim valer de diferentes áreas sociais. Nesse sentido, é entendido que "o desenvolvimento de teorias e métodos no campo da linguística aplicada pode contribuir para o encaminhamento de problemas em outros campos e, sobretudo, no próprio campo aplicado" (SILVA, 2015, p. 31).

Em suma, compreendemos que a Linguística Aplicada é uma área de ciência que estuda sobre diferentes assuntos sociais, com destaque às línguas. Desta forma, no que diz respeito à pesquisa sobre ensino, entendemos que um linguista aplicado pode dar retorno para a sociedade ou comunidade onde a pesquisa foi realizada, podendo contribuir nas elaborações dos materiais de um curso de língua, tanto língua primeira, língua segunda ou língua terceira e assim como um linguista aplicado pode assumir função de docente de uma determinada língua, essa última talvez seja uma função por excelência de um linguista aplicado.

4.2.NATUREZA DA PESQUISA

Reconhecemos a existência de vários procedimentos em uma determinada pesquisa. Entretanto, nessa nossa pesquisa baseamos em estudo de caso e de abordagem qualitativa, levando em consideração que adotamos dois principais instrumentos na coleta de dados, entrevista com os participantes e redação de artigo de opinião. Neste caso, entendemos que estudo de caso e abordagem qualitativa se adequam mais à nossa pesquisa. Para isso, trazemos algumas concepções dos dois.

4.2.1. Estudo de caso

Para Laville e Dionne (1999) estudo de caso trata-se de um tipo de estudo científico que procura estudar pessoas, grupo de indivíduos, uma comunidade, uma sociedade, questões políticas, um conflito, em geral, tudo que trata de um caso social isolado ou grupal. Assim, o estudo de caso "[...] objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores" (CHIZZOTTI, 2006, p. 135). Nesta mesma linha de pensamento, pode-se perceber que:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDENBERG, 2004, p. 34).

Desta maneira, pode-se perceber que estudo de caso é um método de pesquisa abrangente, que exige conhecimento de diferentes técnicas, sobre um assunto social específico em pesquisa. Assim, por sua natureza ampla e uso de técnicas diversas, faz com que a pesquisa fique mais flexível possível, possibilitando a obtenção de dados da melhor forma possível.

4.2.2. Abordagem qualitativa

Segundo Paiva (2019) a pesquisa de carácter qualitativo é geralmente realizada num contexto em que o propósito é procurar compreender um fenómeno social ou fenómenos sociais, descrevê-lo(s) de forma que realmente é(são) ou acontece(m), buscando no máximo a

interação no campo da pesquisa com os participantes para melhor obter os resultados junto dos participantes.

A pesquisa do tipo qualitativo não se preocupa com questão de números, mas da compreensão e explicação aprofundada do fenômeno pesquisado dentro de um grupo social, podendo ser flexível em determinado momento caso seja necessário, o que implica que nesse tipo de pesquisa mesmo estabelecendo critérios a priori eles são capazes de alterar a qualquer momento opondo, assim, a perspectiva quantitativa que busca defender um modelo único da pesquisa previamente estabelecido. No entanto, tanto a pesquisa qualitativa e quantitativa todas elas têm os seus problemas o que quer dizer que nenhuma das pesquisas é perfeita (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa é uma pesquisa flexível que produz e analisa os dados a partir das percepções dos envolvidos (pesquisador e participantes). Assim, é de perceber que a pesquisa qualitativa, por conta da sua natureza flexível, é difícil de estabelecer critérios a priori, pois é preciso levar em consideração que é possível haver alteração ao longo de pesquisa. Contudo, há sempre um roteiro base traçado pelo pesquisador. O uso, portanto, de critérios para análise qualitativa, embora não se estabeleça critério inflexíveis previamente na pesquisa qualitativa, é preciso pensar na clareza do problema de pesquisa; adequação de questionamentos de entrevista, como a nossa; clareza de coleta de dados conforme o problema de pesquisa; afirmações feitas apoiadas nas evidências; interpretação de dados coletados e conclusão claras conforme coletados. Para isso, é preciso usar da flexibilidade e autorreflexão. Ou seja, estar atento aos vieses que podem interferir no entendimento e interpretação dos dados ou resultados da pesquisa (PATIAS; HOHENDORFF, 2019).

4.3.MÉTODO DE COLETA DE DADOS

A maior parte dos pesquisadores em ciências sociais admite, atualmente, que não há uma única técnica, um único meio válido de coletar os dados em todas as pesquisas. Acreditam que há uma interdependência entre os aspectos quantificáveis e a vivência da realidade objetiva no cotidiano. A escolha de trabalhar com dados estatísticos ou com um único grupo ou indivíduo, ou com ambos, depende das questões levantadas e dos problemas que se quer responder. É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar. Cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para o seu objeto particular. O importante é ser criativo e flexível para explorar todos os possíveis caminhos e não reificar a ideia positivista de que os dados qualitativos comprometem a objetividade, a neutralidade e o rigor científico.

Mirian Goldenberg, Mirian, A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 62.

Partindo desse princípio de liberdade de escolha de determinado método que adeque a pesquisa, nesta pesquisa, a coleta de dados foi procedida em dois momentos distintos. Sendo, portanto, que o primeiro momento foi aplicação de entrevista semiestruturada e o segundo momento a produção de redação por parte de estudantes-participantes.

A preferência de termos uma entrevista com os participantes foi mais no sentido de poder observar a mais sutil manifestação deles, enxergar de perto a parte emotiva deles, para podermos conhecer melhor a situação, visto que "a observação revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: e é de observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas" (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 176).

Neste sentido, buscamos coletar os dados necessários de forma sistemática e ordenada e de modo profundo com o intuito de observarmos o resultado mais próximo possível da real situação da pesquisa, a partir dos nossos instrumentos.

4.3.1. Entrevista

No âmbito de pesquisa que contém a produção escrita na coleta de dados, quer seja em pesquisas da área de Psicolinguística assim como da área de Linguística Aplicada, é sempre fundamental procurar uma aproximação mais calorosa e interativa com os participantes. Neste sentido, a entrevista é uma das opções para obter mais informações a respeito de pesquisa (DÍAZ, 2019).

Deste modo, para entrevista desta pesquisa, adotamos a entrevista semiestruturada que:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, 146).

Desta forma, construímos um roteiro previamente que tem como a finalidade de orientar a entrevista. Os questionamentos básicos de entrevista foram formulados com intuito de fazer com que o estudante entrevistado se sinta mais à vontade de expor suas ideias sobre o assunto

pesquisado. Ao longo de suas exposições, conseguimos interrogá-los para esclarecerem mais sobre o assunto. Assim, apesar de roteiro de entrevista previamente elaborado, foi uma entrevista flexível. Isto porque acreditamos que:

Em compensação, sua flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores... em suma, tudo o que reconhecemos, desde o início, como o objeto das investigações baseadas no testemunho. Não há, pois, traição ao objeto de pesquisa, mas apenas evolução da intenção do pesquisador na perseguição deste objeto [...] para colher suas opiniões, mas também para lhes conhecer as motivações a fim de obter uma melhor compreensão da realidade social (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.189).

Por fim, a escolha de pesquisa semiestruturada é mais no sentido de que ela se adequa mais a esta nossa pesquisa, pois nos facilitou obter mais informações com o público-alvo. Isto porque ao longo de entrevista foi possível desenvolvermos a pesquisa mediante as respostas dos participantes.

Roteiro da entrevista:

Nº.	QUESTIONAMENTOS BÁSICOS DE ENTREVISTA
01	Fale sobre sua participação no processo seletivo da UNILAB.
02	Quais são os gêneros que você já conhecia e dominava escrever antes da sua chegada à UNILAB?
03	De que maneira você avalia o ensino de produção escrita ao longo do seu Ensino Secundário (Médio) na Guiné-Bissau?
04	Em se tratando da aula de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau, quais são os conteúdos que predominam durante às suas aulas no Ensino Secundário (10º, 11º e 12º ano de escolaridade)? Por exemplo: conteúdos gramaticais, produção escrita, leitura etc. (liste-os por ordem de predominância, caso lembrar).
05	O que é mais cobrado nas tarefas escritas que se fazem em salas de aulas de Língua Portuguesa do Ensino Secundário? E por que entende que é mais cobrado?
06	Sabemos que para conseguir vaga no curso de graduação da UNILAB é preciso passar na prova de redação de um artigo de opinião, o conhecimento de produção escrita que você adquiriu ao longo do seu percurso no ensino secundário foi suficiente para passar nessa prova de redação ou participou em uma aula particular para poder participar no processo seletivo?
07	Lembrando da prova do Processo Seletivo dos Estudantes Estrangeiros da UNILAB que você participou, o que você aconselharia para ser levado mais em consideração nas aulas de Língua Portuguesa do ensino secundário na Guiné-Bissau para permitir que os estudantes guineenses ingressem mais, com menos dificuldades, nos cursos de graduação da UNILAB?

08	Por que você escolheu a UNILAB para estudar? E por que acha que os guineenses são estudantes internacionais mais números na UNILAB.
09	Fale das dificuldades que passou ao longo do processo seletivo.

Quadro 06 – Roteiro da entrevista. Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se pode ver, o roteiro da pesquisa levou em consideração o percurso prévio de estudantes, seus percursos no Ensino Secundário, antes de ingressarem na UNILAB, no que diz respeito aos seus conhecimentos com relação a produção escrita, com destaque a produção do artigo de opinião e, depois, sobre suas participações no processo seletivo da UNILAB.

4.3.2. Redação

A proposta de redação de artigo de opinião para estudantes redigirem foi mais no sentido de constatar seus domínios com relação ao uso de operadores argumentativos, levando em consideração que o uso adequado desses operadores faz parte de uns dos critérios de avaliação de artigo de opinião produzidos no exame de processo seletivo de estudantes estrangeiros que os guineenses participam.

Assim, a proposta de redação foi sobre greve no ensino básico e ensino secundário guineense, nos últimos anos. A escolha desse tema é uma escolha estratégia que levou os participantes a exporem suas ideias mais à vontade, pois é um assunto que, geralmente, os estudantes guineenses que estudam na diáspora gostam de debater.

Proposta de redação:

Levando em consideração a atual situação do sistema educativo na Guiné-Bissau, redija texto dissertativo-argumentativo, artigo de opinião, em modalidade da escrita formal em Língua Portuguesa, no mínimo de 30 linhas, sobre o tema: "*Consequências das sucessivas greves dos professores guineenses do Ensino Básico e Ensino Secundário da Guiné-Bissau, nos últimos dois anos letivos*", apresentando seu ponto de vista, de forma coesa e coerente, do que deveria ser a decisão e a intervenção do governo, pais/encarregados de educação, professores e todos os envolvidos.

Quadro 07 – Proposta de redação. Fonte: Elaborado pelo autor.

A proposta de redação é fictícia, baseada na nossa experiência quando da nossa participação no processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB, pois não conseguimos a prova passada da universidade. Enviamos a proposta, por meio de e-mail, ao público-alvo para redigir o texto em casa. O prazo máximo de entrega de redação foi de sete

(7) dias, a partir do dia de recebimento da proposta. Completado o prazo máximo, participantes nos encaminharam as suas redações no nosso e-mail.

4.4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste trabalho, foram analisados dois instrumentos utilizados, entrevista e redação. Uma análise foi sobre as respostas de estudantes entrevistados e a outra foi sobre uso de operadores argumentativos nas redações de artigo de opinião que o público-alvo produziu.

A análise de entrevista baseou-se a partir do que foi abordado no nosso capítulo da fundamentação teórica. São desses e mais outros autores que utilizamos para embasar na análise das respostas de cada questionamento de entrevista.

Sobre redação, o foco de análise foi de constatar como que os participantes usam os operadores argumentativos nos seus textos. Ou seja, a ideia foi de saber se usam esses marcadores argumentativos devidamente ou não, baseando em Koch e Elias (2016).

Desta forma, a técnica de análise dos materiais coletados está baseada na teoria de análise temática, entendida como aquela que visa descobrir os principais sentidos que compõem uma comunicação, seja ela oral ou escrita, cujo a frequência de um determinado termo pode ter significado relevante acerca do que se pretende analisar, permitindo, assim, organizar os resultados de uma forma sintética e precisa (MINAYO, 2007).

Apesar de Análise Temática é apontada como um método de análise muito limitado e pouco reconhecido (ROSA E MACKEDANZ, 2021) autoras exortam que: "AT [Análise Temática] consiste no primeiro método qualitativo de análise que os pesquisadores precisam aprender, pois contém habilidades centrais que são essenciais para a realização de muitas outras formas de análise qualitativa" (ROSA; MACKEDANZ, 2021, p.10). A este respeito, nós enquanto pesquisadores iniciantes e por também a nossa pesquisa ser de análise qualitativa, entendemos que o método de AT se adequa mais a este nosso trabalho.

4.5. PROCEDIMENTO ÉTICO E ÊMICO NA PESQUISA

Conforme Celani (2005), ética é um conjunto de princípios fundamentais que orientam o comportamento de indivíduos em uma determinada sociedade no que diz respeito a essência de normas, respeito aos valores morais e individuais. Desta forma, na pesquisa "é preciso ter claro que pessoas não são objetos e, portanto, não devem ser tratadas como tal; não devem ser

expostas indevidamente. Devem sentir-se seguras quanto às garantias de preservação da dignidade humana" (CELANI, 2005, p. 107).

Para isso é indispensável o consentimento informado, esclarecido, na forma de diálogo contínuo e reafirmação de consentimento ao longo da pesquisa. Esse diálogo possibilitará ao pesquisador certificar-se de que os participantes entenderam os objetivos da pesquisa, seu papel como participantes, ao mesmo tempo que deixa clara a esses a liberdade que têm de desistir de sua participação a qualquer momento. A preocupação do pesquisador deve ser sempre a de evitar danos e prejuízos a todos os participantes a todo custo, salvaguardando direitos, interesses e suscetibilidades. Já que não poderá nunca eliminar a relação assimétrica de poder, porque, afinal de contas, quem toma decisões do ponto de vista epistemológico, e também do ponto de vista dos procedimentos a serem adotados é o pesquisador (CELANI, 2005, p. 110).

Na mesma direção, Rosa e Orey (2012), por sua vez, reconhecem a importância de princípios éticos na pesquisa. Contudo, entendem que a ética na pesquisa deve ser levada em consideração como uma abordagem limitada, que tende a observar os valores externos apenas. Daí a necessidade de adicionar o princípio êmico, uma vez que este é responsável por tratar dos valores internos de participantes de uma determinada pesquisa. As autoras exortam ainda que:

Em nosso ponto de vista, a abordagem ética é inevitável e necessária. Contudo, é de extrema importância que determinada cultura seja primeiramente observada a partir da abordagem êmica, que procura compreender como os membros desse grupo cultural entendem as próprias manifestações culturais. Entretanto, ao contrário da abordagem ética, a êmica não é automática, inevitável e implícita. Pelo contrário, precisamos esforçar-nos para utilizá-la, pois isso equivale a ver o mundo com os olhos do outro (ROSA; OREY, 2012, p. 867).

Até aqui compreendemos que numa pesquisa, como a nossa, é preciso adotar os dois princípios, ético e êmico, na pesquisa. Primeiro, para tratar participantes de pesquisa com o máximo respeito, cuidando para não lhes expor indevidamente e o segundo devemos colocar no lugar do público-alvo para que possamos interpretar os dados da melhor forma, sem fazer juízes de valores a partir do nosso ponto de vista apenas – foi desta maneira que procedemos ao longo da pesquisa.

Nesse cuidado com os participantes e na busca de dar todo o conhecimento sobre a pesquisa previamente, nesta nossa pesquisa, trabalhamos com as recomendações de ***Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE*** elaborado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ceilândia (CEP/FCE) da Universidade de Brasília – UnB. Assim, temos o seguinte TCLE assinados por nós e pelos participantes:

Programa de
Pós-Graduação em
Linguística Aplicada



Universidade de Brasília
Instituto de Letras (IL)
Departamento de Línguas
Estrangeiras e Tradução (LET)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar do projeto de pesquisa "Participação de Estudantes Guineenses no Processo Seletivo da UNILAB: a importância de redação de artigo de opinião", sob a responsabilidade do pesquisador Laurindo Leite Infau. O projeto é do curso de Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem, práticas sociais e educação. Linha de pesquisa: Linguística textual.

O objetivo desta pesquisa consiste em investigar os problemas que estudantes guineenses enfrentam ao longo do processo seletivo da Unilab.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação se dará em dois momentos: o primeiro momento será a sua participação em uma entrevista a ser realizada na plataforma Google Meet com duração máxima de 45 minutos. Os questionamentos da entrevista serão sobre o seu percurso no ensino secundário e sobre sua participação no processo seletivo de estudantes estrangeiros da Unilab. O segundo momento será a produção de redação de um artigo de opinião, mínimo de 30 linhas. A proposta de redação de artigo de opinião será enviada pelo seu e-mail e terá uma semana para entregar a sua produção escrita.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são de perder seu tempo de estudos para produzir um artigo de opinião e de participar na entrevista, expondo tudo que sabe sobre os questionamentos. Por isso daremos uma semana para produzir a redação e escolher um dia que lhe favoreça para entrevista dentro dos dias de entrevista propostos, assim como manteremos o seu nome em anonimato no corpo do texto que construiremos depois. Se você aceitar participar da pesquisa estará contribuindo para minimizar as dificuldades de futuros candidatos guineenses às vagas dos cursos de graduações da UNILAB.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

Não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação nessa pesquisa, você receberá assistência integral e gratuita, pelo tempo que for necessário, obedecendo os dispositivos legais vigentes no Brasil. Caso [você/senhor/senhora](#) sinta algum desconforto relacionado aos procedimentos adotados durante a pesquisa, o senhor(a) pode procurar o pesquisador responsável para que possamos ajudá-lo.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na página de dissertações do Programa de Linguística Aplicada – PGLA da Universidade de Brasília – UnB, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para pesquisador Laurindo Leite Infau, estudante de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, no celular: +5561986244541, ou pelo E-mail: laurindoinfau@gmail.com.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ceilândia (CEP/FCE) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidas pelo telefone (61) 3107-8434 ou do e-mail cep.fce@gmail.com, horário de atendimento das 14h:00 às 18h:00, de segunda a sexta-feira. O CEP/FCE se localiza na Faculdade de Ceilândia, Sala AT07/66 – Prédio da Unidade de Ensino e Docência (UED) – Universidade de Brasília - Centro Metropolitano, conjunto A, lote 01, Brasília - DF. CEP: 72220-900.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o(a) Senhor(a).

Participante
Nome / assinatura

Pesquisador Responsável
Laurindo Leite Infau

Brasília, ____ de _____ de _____.

Quadro 08 - TCLE. Fonte: Elaborado pelo autor. TCLE acesso em << <http://fce.unb.br/modelos-de-formularios>>> às 08:00 do dia 14/11/2021.

4.6. SÍNTESE DO CAPÍTULO DA METODOLOGIA

O capítulo inicia abordando sobre Linguística Aplicada (LA). – Vimos que a LA é um campo de pesquisa e da prática ao mesmo tempo. Ou seja, a Linguística Aplicada interessa fazer pesquisa assim como possui interesse em aplicar o que foi pesquisado. É para isso que Leffa (2001) considera que a Linguística Aplicada pode dar retorno de duas principais maneiras: a) uma primeira maneira seria através de prestação de serviço que pode ser: assumir profissão de docente, da elaboração de materiais didáticos, planificação de cursos de línguas etc. e a b) segunda maneira seria de pesquisar assunto onde a língua em uso se faz presente, podendo-se valer de diferentes áreas sociais. Concluindo que a LA é uma área transdisciplinar com interesse em pesquisa e na aplicação do que foi pesquisado.

Da natureza da pesquisa – nessa nossa pesquisa baseamos em estudo de caso e de abordagem qualitativa, levando em consideração que adotamos dois principais procedimentos na coleta de dados, entrevista com os participantes e redação de artigo de opinião. Neste caso, entendemos que estudo de caso e abordagem qualitativa se adequam mais à nossa pesquisa. Para isso, trazemos algumas concepções dos dois, onde chegamos à conclusão de que estudo de caso é um método de pesquisa abrangente, que exige conhecimento de diferentes técnicas, sobre um determinado assunto social específico em pesquisa e a pesquisa qualitativa é aquela que não se preocupa com questão de número, mas de análise detalhada e exaustiva do fenômeno pesquisado.

Do método de coleta de dados – a coleta de dados foi realizada por meio de dois instrumentos: o primeiro instrumento foi a entrevista semiestruturada, com um roteiro base previamente elaborado, que buscou saber a trajetória de público-alvo no Ensino Secundário e as dificuldades que passaram durante o processo seletivo de admissão de alunos estrangeiros da UNILAB que participaram. E o segundo é a redação de um artigo de opinião, onde procuramos analisar como o público-alvo usa operadores argumentativos no texto.

Da forma de análise – na análise de redação, o foco de análise foi de constatar como que os participantes usam os operadores argumentativos nos seus textos, baseando em Koch e Elias (2016). A análise de entrevista se baseou a partir do que foi abordado no nosso capítulo da fundamentação teórica e em outros novos autores. São desses e mais outros autores que utilizamos na análise de respostas de cada questionamento de entrevista. Desta forma, baseamos na análise temática fundamentada por Minayo (2007).

Do procedimento ético e êmico na pesquisa – durante toda a pesquisa e na análise de dados, levamos em consideração o procedimento ético que consiste em tratar participantes de pesquisa com o máximo respeito, cuidando para não lhes expor indevidamente e o procedimento êmico no sentido de que buscamos colocar no lugar do público-alvo para que possamos interpretar os dados da melhor forma, sem fazer juízos de valores a partir do nosso ponto de vista apenas. Nesse cuidado com os participantes e na busca de dar todo o conhecimento sobre a pesquisa previamente, nesta nossa pesquisa, trabalhamos com as recomendações de *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE* elaborado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ceilândia (CEP/FCE) da Universidade de Brasília – UnB.

5. CAPÍTULO 5

ANÁLISES E RESULTADOS

Como se sabe, o presente trabalho consiste em investigar os problemas que estudantes-participantes desta pesquisa conheceram ao longo do processo seletivo da UNILAB de que participaram, considerando seus percursos no ensino secundário com relação à produção de gêneros textuais.

Para mapear esses problemas com os quais os estudantes podem defrontar-se realizamos uma entrevista com eles e para saber acerca de seus domínios de produção escrita, com intuito de descobrirmos como que usam operadores argumentativos na redação, aplicamos uma prova de redação criada especificamente para efeito desta pesquisa e semelhante à que os alunos se submetem todos os anos.

São seis participantes da pesquisa no total, sendo que quatro deles participaram somente da entrevista, 1 participou somente da redação e 1 participou da entrevista e da redação. A idade dos participantes ficou restrita às idades entre 23 e 26 anos. São estudantes de graduação cursando do 3º ao 6º semestre.

Quadro do perfil dos participantes com suas respectivas participações na pesquisa.

PARTICIPANTES	IDADE	CURSO	SEMESTRE	REDAÇÃO	DATA/HORA	ENTREVISTA	DATA/HORA
PARTICIPANTE 1	25 anos	Humanidades	5º semestre	Não participou	-	Participou	21/2/2022/11:00 às 12:00
PARTICIPANTE 2	26 anos	Sociologia	4º semestre	Não participou	-	Participou	22/2/2022/14:00 às 15:00
PARTICIPANTE 3	23 anos	Administração	6º semestre	Não participou	-	Participou	23/2/2022/09:00 às 10:00
PARTICIPANTE 4	Não informou	Sociologia	Não informou	Não participou	-	Participou	25/2/2022/12:15 às 13:15
PARTICIPANTE 5	26 anos	Letras – Língua Portuguesa	5º semestre	Participou	14/2 a 28/2/2022	Participou	26/2/2022/20:00 às 21:00
PARTICIPANTE 6	Não informou	Química	3º semestre	Participou	14/2 a 28/2/2022	Não participou	-

Quadro 9. Fonte: elaborado pelo autor. Perfil dos participantes e suas respectivas participações na pesquisa.

5.1. INSTRUMENTO 1 – ENTREVISTA

Conforme já dissemos, a entrevista contou com 9 (nove) questionamentos que procuram saber das dificuldades pelas quais os estudantes passaram ao longo do processo seletivo da UNILAB com o intuito de ingressar nos cursos de graduação da referida universidade, considerando também seus percursos no ensino secundário com relação à produção de gêneros textuais.

Falando da sua participação no processo seletivo da UNILAB, como ficou sabendo do processo seletivo?

PARTICIPANTE 1: A primeira vez que eu pensei em participar do processo seletivo da UNILAB foi no final de 2016. Nessa altura, eu ainda estudava no liceu, ouvi no bairro as pessoas a falarem sobre a viagem para o Brasil de uma pessoa que morava no mesmo bairro que eu, indo concretamente para a UNILAB com o motivo de estudar. Fui procurar essa pessoa e perguntei-lhe: como é que tu conseguiste esta bolsa? Aí ele me respondeu que quando estudava no Centro Cultural do Brasil em Bissau, foi ali que recebeu a notícia desta bolsa. Então, a partir daí eu também decidi que quando terminar o ensino secundário vou estudar no Centro Cultural do Brasil, assim para ver também se irei ter a mesma oportunidade que o meu vizinho teve.

PARTICIPANTE 2: Fiquei sabendo do processo seletivo da UNILAB por meio de um primo meu que participou desse processo seletivo. Eu estava cursando o segundo ano do curso de Direito na Faculdade de Direito de Bissau, mas quando soube desse processo seletivo da UNILAB decidi abandonar esse curso de Direito para ingressar na UNILAB devido às condições e benefícios que a UNILAB proporciona aos estudantes guineenses.

PARTICIPANTE 3: É assim, consegui saber do processo seletivo através de um colega que já me informou sobre os documentos que a UNILAB pede no ato de inscrição. Esse colega também me auxiliou muito no momento de inscrição, acompanhou o meu processo até ao final.

PARTICIPANTE 4: Sim, boa tarde. Antes de tudo, gostaria de agradecer a oportunidade que você me deu para externar sobre a minha participação no processo seletivo. Eu fiquei sabendo do processo seletivo por parte da minha prima que já estava cursando graduação na UNILAB. Ela me passou todas as informações necessárias e aí comecei a preparar. Mas sobre esse processo seletivo, gostaria e muito que a UNILAB melhorasse no quesito de informação, pois há falta de informação desse processo seletivo. Muitas pessoas ficam sabendo do edital por parte de amigos, familiares e conhecidos.

PARTICIPANTE 5: Certo, falando deste momento inicial da nossa conversa vou ser breve. Eu fiquei sabendo desse processo seletivo a partir dos meus colegas e do meu irmão que já estava cursando graduação na UNILAB. Eu cursava graduação no meu país, depois de saber do processo seletivo da Unilab resolvi me inscrever e ingressei.

Neste questionamento inicial, já informamos aos participantes que não precisavam explicar tudo sobre o processo seletivo, mas que falassem, em síntese, sobre como ficaram

sabendo do trâmite. Ao longo das falas dos participantes, ficou perceptível a unanimidade de que tomaram o conhecimento do processo seletivo a partir dos familiares e conhecidos que já estavam cursando graduação na UNILAB. Por exemplo, o **participante 2 revela**: "fiquei sabendo do processo seletivo da UNILAB por meio de um primo meu que participou desse processo seletivo". O **participante 3** diz: "[...] consegui saber do processo seletivo através de um colega que já me informou sobre os documentos que a UNILAB pede no ato de inscrição" e de acordo com **Participante 4**, ele tomou conhecimento do processo seletivo a partir da sua prima que já estava na UNILAB. **A participante 5**, por sua vez, tomou conhecimento através dos amigos e do seu irmão que também estava estudando na graduação da UNILAB. Essas informações nos chamaram atenção, levando em consideração que a UNILAB mantém uma página eletrônica onde publica, com frequência, todo o assunto relativamente ao processo seletivo e mesmo assim nenhum estudante conseguiu informar que tomou conhecimento por esse meio. Apesar da fraca potência da internet que o país possui, inferimos que aos participantes não são ensinadas as *tecnologias digitais da informação e comunicação* (TDIC) nas escolas públicas onde cursaram o ensino secundário. Entendemos que letramento digital entendido como aquele que visa "[...] utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações" (FUZA; MIRANDA, 2020, p. 17) e que deve fazer parte dos conteúdos do ensino secundário da Guiné-Bissau, visto que, hoje em dia, é entendido que a aquela etapa de estudos:

[...] encontra-se diante da necessidade de repensar sua funcionalidade, reavaliar suas estratégias e (re)inventar suas práticas, com o fito de tentar responder às exigências multifacetadas da nova era digital que se reorganiza de forma cada vez mais dinâmica e redefine novos papéis institucionais cada vez mais inter-relacionados com os usos das TDIC que emergem no cenário atual do mundo globalizado (PINHEIRO, 2018, p. 8).

Partindo deste pressuposto, acreditamos que os professores têm uma enorme responsabilidade para disseminar estes conhecimentos em salas de aulas de ensino secundário sobretudo, como exorta Fuza e Miranda (2020, p. 13) que "os professores deverão ser aqueles que promovam usos das TDIC, mediando o desenvolvimento das práticas por meio de diferentes tecnologias, incluindo-se as digitais".

Uma coisa também que nos chamou atenção foi que, entre os participantes, há dois participantes que já estavam cursando graduação no país de origem, desistiram desses cursos e vieram para a Unilab. É o caso do **Participante 2**: "eu estava cursando o segundo ano do curso de Direito na Faculdade de Direito de Bissau, mas quando soube desse processo seletivo da

UNILAB decidi abandonar esse curso de Direito para ingressar na UNILAB devido às condições e benefícios que a UNILAB proporciona aos estudantes guineenses". E o **Participante 5**: "eu cursava graduação no meu país, depois de saber do processo seletivo da UNILAB resolvi me inscrever e ingressei". Depois que tomaram conhecimento da oportunidade de vir estudar numa universidade brasileira resolveram abandonar os estudos no país para aproveitar a chance de cursar a graduação na UNILAB por motivos que mais à frente saberemos explicar melhor.

Quais são os gêneros textuais que você já conhecia e dominava na escrita antes da sua chegada à UNILAB?

PARTICIPANTE 1: Antes de eu vir para cá, eu já conhecia vários gêneros textuais entre os quais: o narrativo, o descritivo, o dissertativo, o expositivo e o injuntivo. Porém, eu gostava mais do gênero textual narrativo, porque foi este o mais ensinado na escola. Lembro-me sempre dos meus professores da língua portuguesa em todos os níveis, eles gostavam mais de trazer conteúdos voltados a romances; contos; fábulas; lendas; novelas; crônicas entre outros conteúdos parecidos para nós lermos e interpretarmos na turma.

PARTICIPANTE 2: Então, essa pergunta é a mais fácil de responder. Como você sabe, o ensino da Guiné-Bissau leva-nos apenas a memorizar conteúdos. Nas escolas públicas da Guiné-Bissau, não há muita abertura para levar os alunos a escrever, praticamente não sabia muito sobre produção escrita. Nessa altura que estudava lá, conhecia pouco sobre gêneros textuais. Só iniciei a aprender a escrever alguns gêneros, ata e resumo sobretudo, quando me mudei para a escola privada São José – uma das melhores escolas privadas do país. Ali os professores trabalham mais porque são pagos na hora, têm cuidado para não serem demitidos.

PARTICIPANTE 3: Em relação a esta segunda questão, para ser sincero, não me deparei com produção de gêneros textuais ao longo do meu ensino secundário.

PARTICIPANTE 4: É o seguinte: a respeito dessa pergunta, antes de eu ingressar na Unilab já sabia escrever alguns gêneros textuais. Por exemplo: já sabia escrever diários e produzir artigo de opinião. [Onde você cursou o seu ensino secundário?] Isso sempre em escolas privadas. É por isso que costumo dizer que tive sempre privilégio de estudar nas melhores escolas privadas. Passei por várias dessas escolas, mas é na escola Betel que conclui o meu ensino secundário.

PARTICIPANTE 5: Antes da minha chegada à Unilab, confesso que não conhecia muitos gêneros textuais, salvo resumo, porque na escola em que estudava o professor nos falava para fazer resumo de alguns textos. Foi assim que aprendi a fazer resumos.

A pergunta procurava saber sobre o conhecimento e o domínio de produção escrita de gêneros textuais. Vimos que, dentre os 5 participantes, 3 deles confirmaram não ter domínio de gêneros textuais escritos. O **Participante 1** disse que antes da sua chegada à UNILAB já

conhecia alguns gêneros textuais, mas ao falar de gêneros textuais ele acabou mencionando: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo". Inferimos que, provavelmente, não havido ficado claro para ele a distinção entre gêneros textuais e tipos textuais, por ter repetido esse erro com frequência na sua fala, talvez por não ser assunto corrente trabalhado em salas de aulas onde cursou o ensino secundário, antes de vir para o Brasil. Ainda na sua fala, percebemos que ele declarou apenas que conhecia gêneros porque o professor os levava para a sala de aula, mas não tratou da outra parte da pergunta que indagava sobre o domínio de produzir esses gêneros escritos. O **participante 2** confirmou que " nas escolas públicas da Guiné-Bissau não há muita abertura para levar os alunos a escrever e que, praticamente, não sabia muito sobre produção escrita, nessa altura que lá estudava e que conhecia pouco sobre gêneros textuais". O mesmo podemos entender da sua fala que, para além de revelar conhecer pouco sobre gêneros textuais, não veio a desenvolver a capacidade de escrever gêneros textuais ao longo do seu ensino secundário. Os **participantes 3 e 5** também disseram ter tido contato com a produção de gêneros textuais ao longo dos seus percursos no ensino secundário. Já o **participante 4**, declarou conhecer e saber produzir vários gêneros textuais porque sempre tivera o privilégio de estudar nas melhores escolas privadas do país e ainda tivera a oportunidade de estudar todo o seu ensino secundário na Betel – uma das mais conhecidas escolas particulares do país pertencente à Igreja Adventista.

A conclusão a que chegamos é que a maioria dos participantes não conhecia e não dominava a escrita de gêneros textuais por não tê-los aprendido na escola. Talvez o leitor desta dissertação possa questionar: se não conhecessem e não soubessem produzir gêneros textuais, como conseguiram passar na prova de admissão da UNILAB que tem a redação como a sua principal prova? Bem, apesar de que a resposta vá ser dada com mais detalhes nos questionamentos seguintes, é relevante informar de imediato que a maioria dos estudantes participou de um programa privado de orientação e explicações antes de participar da prova de redação. Logo, é possível que o aluno participe desse curso preparatório sem saber muito sobre gêneros textuais, pois o foco do curso é no aprender a redigir modelos de textos escritos que a UNILAB pede na prova de admissão.

A respeito da produção de gêneros textuais sem muito conhecimento prévio na escolarização, entendemos que, para além dos motivos citados no nosso capítulo teórico que justificam o ensino de escrita nas aulas de LP, os estudantes guineenses deveriam ter, no mínimo, conhecimento de como construir uma redação segundo o modelo que a UNILAB privilegia na prova de admissão, já que é a universidade com mais guineenses na diáspora e é

também a universidade em que os guineenses mais participam em processo seletivo, chegando a atingir cerca de 2.000 (dois mil) inscritos de uma única vez num processo seletivo. Considerando a continuidade da vida acadêmica dos estudantes guineenses, nesse sentido, faz todo sentido trabalhar gêneros textuais, a produção escrita sobretudo, em salas de aulas do ensino secundário. A esse respeito, Ferrarezi Júnior e Carvalho (2015) nos exortam que "[...] ele [o professor] precisa saber [...] como usar a avaliação de redação para aprimorar as habilidades do aluno, para fazer com que o produto seja melhor em seu resultado, para desenvolver no aluno um senso de qualidade textual" (FERRAREZI JÚNIOR; CARVALHO, 2015, p. 40).

De que maneira você avalia o ensino de produção escrita ao longo do seu Ensino Secundário na Guiné-Bissau?

PARTICIPANTE 1: Olha, eu vou ser muito sincero, na verdade quando eu estudava por exemplo no meu ensino secundário, eu praticamente saí do liceu, no entanto, sem saber o que era produção escrita. Porque foi algo que eu não fui ensinado. Lembro-me muito bem, os conteúdos das nossas provas eram mais daquele modelo técnico que muitas vezes obriga o aluno a recorrer a fazer cópia-e-cola, ou seja, aquilo que chamamos de “cábula” no nosso contexto da Guiné.

PARTICIPANTE 2: Como falei, o ensino de produção escrita é fraco no ensino público, mas na escola privada onde estudei meus últimos anos do ensino secundário, considero de médio a alto o ensino de produção escrita. Não é alto assim, mas é bem superior ao do ensino público. Se as escolas públicas ensinassem como no São José, onde estudei, os estudantes guineenses candidatos aos ingressos aos cursos da Unilab estariam enfrentando menos dificuldades no processo seletivo da Unilab no que diz respeito à redação que fazem.

PARTICIPANTE 3: Particularmente, avalio como fraca a produção escrita no ensino secundário. Até certo ponto, posso afirmar que é inexistente a produção escrita no ES porque nunca aprendi sobre escrever algum gênero textual na escola.

PARTICIPANTE 4: De acordo com a minha experiência, o ensino de produção escrita é bom porque tive a oportunidade de estudar em melhores escolas privadas do país que exigem a produção escrita.

PARTICIPANTE 5: Então, falando de produção escrita durante o meu ensino secundário, como já falei, só aprendi a fazer resumo e um pouco de redação, mas essa redação que fazíamos era composta apenas de um parágrafo corrido. É aquela redação que os professores pedem para fazer depois de um determinado feriado.

Antes de analisarmos as falas dos participantes, importa frisar que a UNILAB, onde os estudantes em causa cursam a graduação, possui duas disciplinas, Leitura e Produção de Texto I e II, obrigatórias para todos os cursos de graduação da referida universidade que levam os

alunos a conhecer e produzir diferentes gêneros textuais recorrentes na academia. Baseado no conhecimento dos gêneros textuais que os participantes detêm agora, ao avaliarem o ensino de produção escrita no ensino secundário, o **Participante 2**, que concluiu o seu ensino secundário numa das mais conhecidas escolas privadas do país – a São José - considera que quando esteve no Liceu (ensino secundário público) não sabia muito sobre produção escrita e só veio a ter conhecimento e domínio de produção de gêneros textuais quando se mudou para essa escola privada. Na mesma direção, o **Participante 4**, que também cursou todo o seu ensino secundário nas escolas privadas do país, disse que avalia como bom o ensino de produção escrita no ensino secundário por ter estudado numa dessas melhores escolas privadas que exigem a produção escrita.

Já os 3 (três) restantes participantes consideram como péssimo o ensino de produção escrita no ensino secundário. Por exemplo, o **Participante 1** aponta que quando estudava no liceu não sabia nada sobre produção escrita de gêneros textuais e o que prevalecia era os conteúdos (gramaticais) que eram obrigados a decorar. O **Participante 3**, por sua vez, considera fraco o ensino de produção escrita no ensino secundário. O mesmo entendemos do **Participante 5** que disse: " [...] só aprendi a fazer resumo e um pouco de redação, mas essa redação que fazíamos era composta de apenas um parágrafo corrido. É “aquela redação” que os professores pedem para fazer depois de um determinado feriado". No que diz respeito a redação de um parágrafo corrido, isso pode demonstrar a falta de interesse dos professores em ensinar produção escrita nesse gênero, pois o formato não é compatível com o modelo de redação que os estudantes são cobrados posteriormente para ingressar num curso de graduação. Logo, não faz sentido ensinar aos alunos o que não é aproveitável para eles. A redação que exigem deles depois de cada feriado poderia ser um artigo de opinião já com uma estrutura do mesmo para que os estudantes se acostumassem a produzir gêneros cobrados nas provas de ingresso a alguma universidade ou na Unilab que promove o seu vestibular na Guiné-Bissau. Consideramos de suma importância a atividade de escrita em salas de aulas, visto que estudante que tiver domínio de produção tem mais chance de prosseguir com êxito nos seus estudos superiores. O CENPEC (2021) exorta que:

Alguns pensam, ingenuamente, que o trabalho escolar limita-se a facilitar o acesso ao código alfabético; entretanto, a tarefa do professor é muito mais abrangente. Compreender e produzir textos são atividades humanas que implicam dimensões sociais, culturais e psicológicas e mobilizam todos os tipos de capacidade de linguagem (CENPEC, 2021, p. 9).

Dessa forma, inserir na lista de conteúdos dos professores de Língua Portuguesa do ensino secundário a produção escrita de diferentes gêneros textuais, com destaque a produção de artigo de opinião como o faz a Unilab no seu concurso de ingresso, respeitando a estrutura formal da língua numa situação simuladora da capacidade de uso da LP. Essa é uma forma estratégica de facilitar a preparação dos estudantes concluintes do ensino secundário no prosseguimento dos seus estudos com menos dificuldades nas universidades que cobram produção desse(s) gênero(s) nos seus exames de admissão.

Analisando os depoimentos dos participantes, percebe-se que em poucas escolas privadas da Guiné-Bissau os professores já há sinais de algum ensino da produção escrita que pressupõe, obviamente, a habilidade e o hábito da leitura. Mas nas escolas públicas esse não é o caso. Considerando-se a necessidade de domínio da produção de gêneros textuais por parte dos estudantes e também porque o ensino de Língua Portuguesa no país não deve continuar estático com a mesma metodologia centrada no sistema da língua, baseada somente em gramática normativa, entendemos que é urgente a reformulação do ensino de LP nas escolas públicas da Guiné-Bissau. O nosso estudo de caso do concurso vestibular da Unilab revela a fragilidade, mas a evolução do ensino da LP seria benéfico para todos os estudantes do ensino liceal como preparatório para toda e qualquer universidade da Guiné-Bissau, de todo o mundo da Lusofonia ou até além dele.

Em se tratando do ensino da Língua Portuguesa como língua segunda na Guiné-Bissau, quais são os conteúdos que predominam durante às suas aulas no Ensino Secundário (10º, 11º e 12º ano de escolaridade)?

PARTICIPANTE 1: Olha, é muito difícil para mim enquanto guineense que já concluiu o ensino secundário, nesse caso, numa escola pública do país, afirmar com rigor como foi a oferta da disciplina Língua Portuguesa no ensino secundário. Por que é que eu digo isto? Porque pode-se notar quase em todos esses níveis do 10º, 11º e 12º anos que, para mim, não havia tanta diferença em termos dos conteúdos dados. Ou seja, em todos esses três níveis escolares, eu percebia que estudava mais a gramática e um pouco da leitura e interpretação do texto do que quaisquer outros conteúdos.

PARTICIPANTE 2: Então, de modo geral, pelo que acompanhei ao longo do meu ensino secundário, vi que há muita diferença de conteúdos dados nas escolas públicas com relação às escolas privadas. Isto porque eu estudava em uma escola privada, mas costumava ir estudar em uma escola pública, às vezes assisto às aulas de Língua Portuguesa nessa escola pública. Os conteúdos dados nessa escola são muito limitados. Por exemplo, às vezes professor 5 horas/aulas para falar de formação de frase, verbo, predicado, tudo na base da gramática. Eu acho que professor poderia falar desses assuntos nos textos que os alunos vão ler ou escrever. Às vezes professor manda o aluno simplesmente

fazer leitura do texto no quadro. Eu acho que seria melhor o professor entregar o texto para que os alunos lessem em casa e depois na aula o aluno poderia ir ao quadro explicar o que compreende do texto, sem a necessidade de ficar a fazer simples leitura no quadro.

PARTICIPANTE 3: Eu, particularmente, posso dizer que os conteúdos gramaticais e leitura com interpretação de textos são mais predominantes. Sobre conteúdos gramaticais, é comum os professores falarem sobre conjugação de verbos no modo conjuntivo sobretudo. Na leitura e interpretação de texto, os professores sempre costumam trazer um texto narrativo onde solicitam alunos a descobri as personagens (personagem principal, figurante, coadjuvante, antagonista etc.) e enredo do texto.

PARTICIPANTE 4: É assim, os conteúdos que predominam nas aulas de Língua Portuguesa durante o meu ensino secundário são conteúdos gramaticais, produção escrita e leitura sequencialmente.

PARTICIPANTE 5: Como eu falei há bocado, são os conteúdos gramaticais. Professor traz um texto deixando espaços para completarmos o verbo no modo e tempo solicitado. Também, outras vezes, o professor costuma dar um texto narrativo para explorarmos em casa, para descobrir personagens do texto e tudo sobre o texto.

Ao buscarmos saber sobre os conteúdos que predominam no ensino secundário, todos os participantes não hesitaram em dizer que são os conteúdos gramaticais, apoiados na gramática escolar.

Essas respostas não nos surpreendem, pois, como se pode constatar no subcapítulo dedicado ao ensino de LP na Guiné-Bissau deste trabalho, é perceptível que o ensino de LP no país de origem dos estudantes-participantes é praticamente da base da gramática normativa. Este assunto nos constitui enorme preocupação visto que essa abordagem de ensino nos parece que não está funcionando, pois durante todo o ensino secundário, 10º, 11º e 12º ano, os alunos são ensinados a gramática, mas no final continuam a ter problemas e dificuldades em produzir os textos e em falar a Língua Portuguesa.

Olhando para o resultado final do ensino de LP a partir dos alunos que concluem o ensino secundário nas escolas públicas sobretudo, como relatam os participantes desta pesquisa, entendemos que o ensino de produção de diferentes gêneros textuais, contextualizados, deve ganhar mais espaço em detrimento ao ensino da gramática tradicional. Até porque ficou claro para muitos teóricos da área de linguagem que a gramática não ensina a falar e nem ensina a escrever com eficácia uma determinada língua. A este respeito, é entendido que:

[...] essa ênfase do ensino da gramática, nas escolas públicas do ensino básico e secundário do país [Guiné-Bissau], faz com que os alunos concluem o 12º ano sem terem o domínio de ler e escrever por ensino de gramática, nas aulas

de Língua Portuguesa, continua a acontecer de forma arcaica e mecânica até nos dias de hoje (INFAU, 2019, p. 42).

Ainda sobre este assunto, Antunes relata que:

Em síntese, o que tem predominado na escola é um tratamento da gramática que nega a natureza mesma da língua – da qual toda gramática é parte imprescindível – com atividade de interação recíproca, entre interlocutores, engajados em determinado evento comunicativo, compartilhando sentidos, propósitos ou intenções, que levaria, necessariamente, a uma gramática "diferenciada", na dependência dessa pluralidade de fatores (ANTUNES, 2014, pp. 52 – 53).

A insistência em continuar a eleger a gramática normativa como material didático mais importante no contexto de ensino de LP na Guiné-Bissau nos parece que transmite uma ideia de que para aprender a língua é preciso decorar ou memorizar a gramática, como se fosse a gramática o que orienta às pessoas a falar e não a gramática que deve registrar as diferentes formas de falar de uma língua. Neste sentido, concordamos que " [...] ainda falta perceber que uma língua é muito mais do que sua gramática. Muito mais, mesmo. Toda a história, toda a produção cultural que uma língua carrega, extrapola em muito os limites de sua gramática." (ANTUNES, 2009, p. 13). Na mesma linha de pensamento, a autora observa que:

Parece que são dois caminhos paralelos, que nunca vão se encontrar: por um lado, os cientistas e pesquisadores, com suas investigações e achados; por outro, os professores, com suas atividades diárias de ensino. Cada um olhando para seu próprio mundo. [...] O ensino continua preso às suas próprias justificativas e conveniências, e assim, vai-se produzindo nos mesmos perfis e parâmetros (ANTUNES, 2009, p. 14).

Partindo destes argumentos, talvez seja necessário haver relações mais estreitas entre linguistas aplicados e professores de LP dos ensinos básico e secundário da Guiné-Bissau para debater esta questão de ensino de LP. Se for preciso, buscar a realização de congressos e capacitações dos professores com frequência para que possam despir dessa ideia de que somente com o ensino da gramática que os alunos vão dominar a língua.

Como já dissemos em outra ocasião neste trabalho, não estamos contra o ensino da gramática na escola e nem estamos aqui para apelar a sua abolição. Mas entendemos que é preciso que o ensino de LP na Guiné-Bissau seja ressignificado/reorientado para que passemos a ter uma gramática contextualizada que reflita as características distintivas do contexto local e mais espaço para o ensino de gêneros textuais, quer no âmbito da escrita assim como na leitura, onde o ensino deve passar a considerar não somente a forma, mas o significado e o uso real, pois "[...] essas três dimensões – forma, significado e uso – atribuem dinamismo ao ensino

da gramática na medida em que ela passa a ter sentido para os alunos. Dessa forma, reconhece-se a importância da gramática como suporte essencial para a aprendizagem de línguas" (GONZALES; QUEVEDO-CAMARGO, 2017, 214). Assim, desta maneira, "[...] teorias do texto, concepções de leitura, de escrita, concepções, enfim, acerca do uso interativo e funcional das línguas, é o que pode embasar um trabalho verdadeiramente eficaz do professor de português" (ANTUNES, 2003, pp. 40 – 41).

Os resultados da presente pesquisa indicam que o ensino de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau precisa incorporar os gêneros textuais no ensino, dando mais espaço para o uso da língua alvo em situações relevantes. O ensino da LP pode preferir, ainda, uma abordagem comunicativa que valoriza não só o uso deliberado de gêneros, mas de todo um arsenal de instrumentos e procedimentos típicos da abordagem comunicativa. Textos podem ser selecionados em função de outras demandas comunicativas que fornecem elementos de contextualização maior, não ficando presos a exemplos isolados e descontextualizados de exames e cursos que já se afastem das limitações do ensino da gramática normativa. É possível aguardar por mudanças significativas no resultado final dos alunos (na sua competência comunicativa) que concluem o ensino secundário. Isso pode fazer com que os que procuram participar no processo seletivo da UNILAB não estejam mais preocupados em arrumar dinheiro para pagar aulas privativas que abram chances novas de participação em provas de redação.

O que é mais cobrado nas tarefas escritas que se fazem em salas de aulas de Língua Portuguesa do Ensino Secundário? E por que isso é mais cobrado?

PARTICIPANTE 1: Durante a minha passagem no ensino secundário e em todas as provas que eu fazia da disciplina da língua portuguesa, era mais comum na disciplina da língua portuguesa provas voltadas a leitura e interpretação do texto. Por exemplo: identificar personagens do texto, quem era o autor principal, quais os secundários e figurantes do texto. Além disso, também costumam trazer um pouco de conjugação do verbo, mormente do modo conjuntivo. Esse modelo de prova era mais comum entre os professores da língua portuguesa, porque percebi que essa era a forma que conseguiam descobrir quais eram os melhores alunos, ou seja, que estavam atrelando num bom caminho, no que diz respeito à percepção da matéria ensinada durante o período da aula normal. Aqui o mais importante para os professores na minha percepção era a língua portuguesa em si, descobrir entre os alunos quais os melhores em termos da fala, escrita e percepção da língua portuguesa.

PARTICIPANTE 2: As tarefas mais cobradas ao longo do ensino secundário são: falar língua portuguesa em sala de aula; chamada oral, onde as perguntas devem ser respondidas precisamente como consta no manual de apoio da disciplina e, neste caso, alunos não são ensinados a citar autores, procuram responder ao pé da letra, como está no fascículo, como se fosse o que entendem. Eu acho essas formas de avaliação muito precárias.

PARTICIPANTE 3: Como posso dizer, nesses três últimos anos do ensino secundário as tarefas que são mais cobradas são provas a respeito de conjugação de verbos em um determinado modo e tempo verbal correto, interpretação de um texto narrativo para descobrir personagens de texto e para depois leitura sequencialmente – esta última os professores entendem que o aluno deve saber ler antes de terminar o ensino secundário.

PARTICIPANTE 4: É assim, para ser sincero, a maioria das tarefas ou atividades que fazíamos ao longo do ano letivo no ensino secundário está mais voltada para conteúdos gramaticais porque dizem que para dominar a Língua Portuguesa é preciso dominar a gramática escolar. Mas, na verdade, eu não concordo com este tipo de ensino. Porque se formos ver, a língua está muito além da gramática.

PARTICIPANTE 5: Como eu falei há bocado, são os conteúdos gramaticais. Professor traz um texto deixando espaços para completarmos o verbo no modo e tempo solicitado. Também, outras vezes, o professor costuma dar um texto narrativo para explorarmos em casa, para descobrir personagens do texto e tudo sobre o texto.

Nosso propósito com relação a esta pergunta foi o de saber quais são os tipos de tarefas que os professores solicitam aos alunos fazer, pois entendemos que as tarefas escritas são outras formas de desenvolver e aprimorar a escrita dos alunos. Com as tarefas escritas, o professor pode descobrir problemas ou dificuldades dos alunos e ajudá-los a ultrapassar essas dificuldades.

Sobre tarefas que estudantes faziam ao longo dos anos letivos do ensino secundário, conforme suas respostas, basicamente são dois tipos de tarefas predominantes. Uma é acerca da gramática e a outra é sobre exploração de um determinado gênero literário, onde são sempre solicitados para identificarem os elementos desse texto narrativo.

Ao nosso ver, todos esses tipos de tarefas são importantes. Mas, mais uma vez, sentimos a falta de produção escrita nas tarefas que estudantes faziam no decorrer do ensino secundário. Até certo ponto, entendemos que os professores são fieis com relação a essas tarefas que solicitam dos estudantes, pois deve-se cobrar o que foi ensinado. Se o ensino é fortemente baseado na gramática, sem ensino de produção de gêneros textuais, então, as tarefas também devem ser sobre a gramática. Contudo, com essas tarefas, percebemos que os professores não logram reconhecer o que são tarefas escolares, visto que conforme Scaramucci (2012) as tarefas escritas são produzidas com um propósito comunicativo claro, envolvendo interlocutores. Assim, as tarefas podem ter a intenção de escrever para convidar ou discordar do alocutário. Desta forma, não nos parece estratégico que tanto tarefas escritas assim como as avaliações sejam somente para tratar de aspectos gramaticais e explorar o texto narrativo.

Entre as respostas desta indagação, chama a nossa atenção a resposta do **Participante 1** ao dizer que "esse modelo da prova era mais comum entre os professores da língua portuguesa, porque percebi que essa era a forma que conseguiam descobrir quais são os melhores alunos, ou seja, que estavam num bom caminho, no que diz respeito, a percepção da matéria ensinada durante o período da aula normal". Esta nos parece apenas a percepção do participante, mas caso seja esse o propósito do professor podemos pensar que tanto o professor e assim como o estudante devem não perceber a finalidade de uma tarefa. Percebemos que o participante deve estar a fazer confusão de tarefa com avaliação, mas mesmo que seja a avaliação o professor não deve ter esse propósito, pois fica a ideia de que o professor não tem responsabilidade com relação ao resultado que estudantes produzem nas tarefas ou nas avaliações, quando na verdade esse não é o propósito das tarefas e nem das avaliações escolares.

Segundo Weigle (2002) um dos propósitos das tarefas de avaliação escrita é o de elaborar possíveis situações de escrita na língua-alvo para alunos de um determinado nível ou de um determinado publicado-alvo. Com relação a avaliação, Pascoal (2018) nos exorta que:

A avaliação é uma ferramenta utilizada para constatações de dados referentes ao que foi aprendido e ao que foi ensinado, ou seja, a avaliação seria capaz de demonstrar informações sobre alunos e professores. [...] a avaliação deve ser também orientadora, por poder indicar dados sobre a progressão do trabalho de professores e alunos, identificando necessidades de modificações alternativas para a melhoria nos rendimentos de ambos autores (PASCOAL, 2018, p. 26).

Conforme a autora, é desta maneira que nós acreditamos que tanto nas tarefas assim como nas avaliações escolares o propósito deve ser aquele de descobrir o nível de aprendizado dos alunos e o nível do trabalho do professor, pois a partir das atividades dos estudantes o professor pode perceber também o nível do seu trabalho enquanto docente e não somente fazer as tarefas para descobrir quem é o melhor aluno. Nós reconhecemos que existem várias categorias de avaliações, mas este não é o objeto de estudo deste nosso trabalho.

A outra resposta que também nos chamou atenção é a resposta do **Participante 4** ao dizer que "a maioria das tarefas ou atividades que fazíamos ao longo do ano letivo no ensino secundário está mais voltada para conteúdos gramaticais porque dizem que para dominar a Língua Portuguesa é preciso dominar a gramática escolar". Mais uma vez, somos obrigados a bater na mesma tecla de que não é a gramática que nos faz dominar a língua. A prova disso está mesmo na fala dos participantes. Portanto, essa alegação não se sustenta no campo de estudos de linguagem. A este respeito corroboramos a ideia de que:

[...] saber a gramática não é suficiente para uma atuação verbal eficaz. De fato, um dos maiores equívocos consiste em se acreditar que o conhecimento da gramática é suficiente para se conseguir ler e escrever com sucesso os mais diferentes gêneros de texto, conforme as exigências da escrita formal e socialmente prestigiada. Somente com base nesse equívoco é que se pode justificar o apego dos professores (e de toda a comunidade escolar, os pais, inclusivamente):

- a) à detalhada explanação de cada uma das classes gramaticais, com suas respectivas subdivisões;
- b) e às intrincadas veredas da análise sintática (ANTUNES, 2007, p. 53).

Conforme já adiantamos, reconhecemos a importância da abordagem gramatical no contexto de ensino de LP na Guiné-Bissau, mas é preciso que os professores e todos os responsáveis desse processo de ensino-aprendizagem levem em consideração que a gramática escolar é apenas um componente entre outras existentes. Portanto, o ensino de conteúdos gramaticais, baseado na gramática normativa, não deve ser predominante no contexto de ensino de LP no país.

O conhecimento de produção escrita que você adquiriu ao longo do seu percurso no ensino secundário foi suficiente para passar nessa prova de redação ou participou em uma aula particular para poder participar no processo seletivo?

PARTICIPANTE 1: Olha, como eu já falei, eu praticamente não sabia nada o que era a produção escrita, ou seja, eu não sabia porque eu não fui ensinado isso durante o meu ensino secundário. O que é que eu fiz depois de eu finalizar o meu ensino secundário, percebia que o meu nível da língua portuguesa era tão fraco e decidi-me ir fazer concurso no centro cultural do Brasil em Bissau, assim para eu poder reforçar o meu nível da escrita e consequentemente aprender também outros conteúdos da língua portuguesa. Em termos da produção escrita na verdade eu me ensinei isso através do processo do associativismo. Por exemplo: no meu bairro havia uma organização dos jovens do bairro que faziam reuniões praticamente em todos os domingos de cada semana, foi ali que eu aprendi fazer ata de uma reunião, relatório entre outros.

PARTICIPANTE 2: Então, para se inscrever no processo seletivo da Unilab, eu tenho constatado os estudantes a pagarem as explicações antes de fazer a prova de admissão. No meu caso, eu não participei das aulas de explicações. Pode ser que eu não tinha todo esse conhecimento e domínio de produzir redação, mas eu participei da prova de redação sem pagar explicação. Apenas, ao longo da preparação, troquei redações com o meu irmão – escrevia minha redação e mandava para ele corrigir e ele também mandava para mim a sua redação para eu corrigir, assim sucessivamente até no dia da prova.

PARTICIPANTE 3: É assim, como tinha dito antes, no 10º, 11º e 12º ano não deparei com produção escrita. Quanto a minha participação na Unilab, tive que correr atrás de alguns professores para poder aprender sobre redigir uma redação do tipo que a Unilab pede na prova de admissão. Se não tivesse andado por esse caminho, não daria certo comigo na Unilab.

PARTICIPANTE 4: No meu caso, o conhecimento que adquiri ao longo do meu ensino secundário foi suficiente para participar da prova de redação da Unilab. Quando me inscrevi, antes da prova, fiz várias redações em casa para exercitar, mas muitos colegas me diziam para ir pagar explicação e eu falei para eles que não tenho dinheiro por isso prefiro ficar em casa exercitando.

PARTICIPANTE 5: Realmente, não foi suficiente para mim. E eu creio que o conhecimento de produção escrita no ensino secundário não foi suficiente para muito alunos participarem da prova de redação da Unilab. Eu tive que procurar explicação para poder participar do processo seletivo. Como você sabe, há muitas greves em cada ano letivo e isso faz sempre com que não conseguíssemos tomar a matéria completa.

Segundo a maioria dos participantes desta pesquisa, o conhecimento que tiveram sobre produção escrita após concluírem o ensino secundário não foi suficiente para participar do processo seletivo da UNILAB, o que era de se esperar de acordo com as suas falas anteriores.

Interessante neste caso é que quase todos os relatos dão conta de que os participantes tiveram que arrumar uma alternativa para poder participar da prova de redação do processo seletivo por não exibirem nível suficiente de produção escrita. Por exemplo, **Participante 1:** "[...] o que é que eu fiz depois de finalizar o meu ensino secundário? Percebia que o meu nível da língua portuguesa era tão fraco e decidi-me ir fazer concurso no centro cultural do Brasil em Bissau, assim para eu poder reforçar o meu nível da escrita e consequentemente aprender também outros conteúdos da Língua Portuguesa". **Participante 2** disse-nos que não pagou explicação (aulas particulares pagas). Disse que fez vários exercícios de redações, trocando redações com o seu irmão antes da prova, mas foi convidado para participar de um programa pago de explicações. A **Participante 3** disse que foi atrás de um professor que lhe deu aulas particulares para que pudesse participar dessa prova de redação. O **Participante 4**, que estudou numa das melhores escolas privadas do país, disse que o conhecimento que teve após terminar o ensino secundário foi suficiente para participar da prova de redação, mas disse que foi convidado também para participar das explicações pagas. O **Participante 5** disse que teve de procurar instrução privada para poder participar do processo seletivo. O conhecimento que teve sobre produção escrita, após terminar o ensino secundário, não foi suficiente para passar no processo seletivo, tendo em conta várias paralisações que acontecem ao longo do ensino secundário devido às intermináveis greves dos professores.

Após estes relatos, a nossa pergunta é a seguinte: será que professores, pais/encarregados de educação dos alunos e governo não sabem dessa situação? E se soubessem, por que não procuram solução para essa situação?

Para responder essas perguntas retóricas, é de dizer que temos a impressão de que todos esses responsáveis sabem da situação, pois, provavelmente, não há família guineense que não tenha um familiar estudando na UNILAB ou que pelo menos tenha participado desse processo seletivo, isso devido à pouca densidade populacional do país. Inferimos que a situação não foi ultrapassada devido à falta de atualização do currículo escolar por parte dos responsáveis. E os professores às vezes são vítimas desse sistema, pois, por falta de autonomia, eles estão só para cumprir o que está de acordo com o currículo facultado pelo Ministério da Educação do país.

Dessa forma, nós entendemos que há uma necessidade de atualizar o sistema educativo guineense, em específico o ensino de LP no país, dando espaço à produção de gêneros textuais para, assim, facilitar a vida dos estudantes que pretendem continuar os seus estudos. Falando de mudança, acreditamos que ela deva sempre ocorrer quando houver necessidade para tal, como neste caso. A isso Hengemuhle (2007) nos exorta para que a mudança não ocorra espontaneamente, repentinamente e a esmo ao sabor de pressões eventuais. É preciso construí-la aos poucos de acordo com a situação geral do país ou das regiões que atravessam crises e que se lançam a buscar soluções orgânicas num plano articulado e abrangente de ações.

Lembrando da prova do Processo Seletivo dos Estudantes Estrangeiros da Unilab que você participou, o que você aconselharia para ser levado mais em consideração nas aulas de Língua Portuguesa do ensino secundário na Guiné-Bissau para permitir que os estudantes guineenses ingressem mais e com menos dificuldade nos cursos de graduação da Unilab?

PARTICIPANTE 1: Olha, a primeira coisa que aconselharia é a mudança do sistema do ensino. Ou seja, temos que começar a cultura do ensino que deixa o aluno a ser mais autônomo em termos do raciocínio, ou seja, o dono da ideia. No momento da prova, não é necessário o professor obrigar o aluno copiar exatamente aquilo está no texto e colar na sua folha da prova. Esse tipo de ensino nunca vai deixar o aluno ter oportunidade de si racionar pelo menos um raciocínio do longo tempo. Sabemos que para fazer as provas da unilab, primeira coisa o aluno tem que ter essa capacidade de raciocínio sobre o que deve escrever na sua prova, ali o aluno não vai ter essa oportunidade de copiar e colar. Por isso, faz necessário a mudança do nosso modelo da educação que considero de muito antigo. É preciso adotarmos uma forma de ensino mais idêntico àquilo que Paulo Freire chama de “liberal” ou “libertadora”. Acredito que se acontecesse essa mudança de ensinamentos daqui a alguns anos teremos ainda mais a presença dos estudantes guineenses na UNILAB do que os números atuais.

PARTICIPANTE 2: Então, quem está aqui no Brasil já sabe que um aluno de ensino médio no Brasil sabe fazer pesquisa sozinho, acessa Google e pesquisa assunto do seu interesse. Na Guiné-Bissau os alunos não são ensinados desta forma, eles chegam no Cyber (*lan house*) pagam a pessoa para pesquisar por eles. Outro problema é a questão do nosso currículo de ensino.

Acho que é preciso mudar muitas coisas porque se não vamos continuar a ser colonizados. Precisamos contextualizar o nosso currículo permitindo que os alunos conseguem fazer redação em vez de ficar somente naquelas aulas de formação de frases, identificação de predicado, complemento direto e complemento indireto – esses tipos de assuntos não vêm na prova de admissão da UNILAB.

PARTICIPANTE 3: Certo, é assim, eu aconselharia que o professores mudassem a metodologia, porque o que se vê é mais sobre conjugação de verbos nesses níveis, e passem a introduzir o ensino da redação do tipo que a UNILAB pede na prova de admissão, acho que isso ajudaria muito os estudantes guineenses, futuros candidatos aos cursos da UNILAB.

PARTICIPANTE 4: Primeiramente, eu acho que o estado deve investir muito no setor da educação. Em segundo lugar, acho que estado deve investir na formação de professores, pois sabemos que professores são chaves nesse processo de ensino-aprendizagem. Acho também que os professores de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau devem focar mais no ensino de produção escrita, pois é muito necessário. Na verdade, não vou mencionar os nomes e não estou aqui para exibir, conheço muitas pessoas que concluíram o ensino secundário e têm muita dificuldade para escrever, nem o básico que possa conduzir a vida acadêmica. Eu acho que você compreende a lógica dessa minha fala.

PARTICIPANTE 5: Quanto a isso, eu gostaria de aconselhar os futuros candidatos e futuras candidatas que levem em consideração a produção escrita e os professores devem permitir que os alunos escrevam em sala de aula.

Como se pode constatar, a preocupação dos participantes é de diversas ordens, mas que no final convergem, ou seja, tudo tem a ver com o letramento dos estudantes guineenses. Por exemplo, o **Participante 1** demonstra a preocupação com relação a abordagem de ensino que os professores adotam, não permitindo o aluno a raciocinar, induzindo-o a copiar e colar na prova, pois os professores trazem a prova em que o aluno deve escrever exatamente como consta no texto. Também acreditamos que essa preocupação levantada, faz todo o sentido. É péssima ideia levar o aluno a escrever como está escrito no manual de apoio da disciplina, pois conforme Bachman (1990, p. 279 apud Scaramucci 2009, p. 44) "testes não são desenvolvidos e usados em um tubo de ensaio psicométrico, despido de valores; eles são sempre elaborados para servir às necessidades de um sistema educacional ou da sociedade como um todo". Dessa forma, entendemos que ensinar alunos dessa maneira de memorizar e produzir exatamente como consta nos livros nunca formará alunos que serão criativos a ponto de dar uma contribuição à sociedade, a partir dos seus conhecimentos.

O **Participante 2** levanta a questão sobre letramento digital, reconhece que os alunos guineenses do ensino secundário têm dificuldades de fazer pesquisa sozinhos. Conforme já afirmamos anteriormente, é preciso que as escolas acompanhem a evolução do mundo. Um aluno que não tem conhecimento e domínio de uso das TDIC corre o risco de ficar meio perdido

na sociedade com possibilidade de não ter sucesso na sua continuidade dos estudos, pois hoje em dia, no ensino universitário no Brasil sobretudo nele que os guineenses procuram para cursar a graduação, é necessário ter conhecimento da TDIC.

Participantes 3, 4 e 5 falam de produção escrita. Como já frisamos, é preciso que a produção escrita ganhe mais espaço nas aulas de LP no ensino secundário sobretudo para permitir que os alunos terminem o ensino secundário e saibam redigir diferentes gêneros textuais.

Por que você escolheu a UNILAB para estudar? E por que acha que os guineenses são estudantes internacionais mais números na UNILAB

PARTICIPANTE 1: Eu escolhi a UNILAB para estudar e formar porque sei de antemão que minha vinda à UNILAB vou estudar até ponto de me formar. Não é que eu não queria estudar e formar na Guiné, mas problema é que a minha família não estaria em condição de pagar pela formação tendo em conta difícil situação financeira que lá passamos. Então, esse meu motivo de escolher a UNILAB estudar e formar, também foi o mesmo motivo que levou a maioria dos estudantes guineenses a escolherem a UNILAB como a casa de “salvação dos seus sonhos”.

PARTICIPANTE 2: Então, esta pergunta tem uma lógica simples: a UNILAB é uma universidade *descolonial*, pública e gratuita. Você estando na Guiné-Bissau, numa família de baixa renda, não teria como não querer ingressar na UNILAB. Eu queria cursar graduação na China ou em Portugal, mas não tenho como, porque não tenho condições de pagar meus estudos nesses países. Agora, estou terminando a minha graduação a intenção era de ir cursar mestrado em Portugal, mas não tenho condições de pagar mensalidade por lá. Estou vendo que vou continuar meus estudos aqui no Brasil. Em resumo, a motivação de vir para cá é devido a minha condição financeira e também é porque a UNILAB é uma universidade que promove um ensino moderno, diferente da Guiné-Bissau.

PARTICIPANTE 3: Certo, em relação a esta pergunta, quando o meu colega me informou sobre o edital da UNILAB, a primeira coisa que fiz foi perguntar sobre o processo seletivo, em particular sobre pagamento. E ele me informou que a UNILAB é uma escola pública em que não se paga mensalidade para estudar. E outra, ele me informou ainda que o processo seletivo é confiável porque para além de que as provas são corrigidas no Brasil não tem essa questão de meu sobrinho ou meu cunhado, como acontece no país. Isso me faz sentir seguro porque sei que a minha capacidade vai me fazer ingressar na UNILAB. Fiquei muito mais satisfeito ainda quando ele me falou que as provas não são corrigidas na Guiné-Bissau. Questão de mais estudantes guineenses na UNILAB, eu acho que é devido ao nosso espírito de *guineendadi* [irmandade], porque nós guineenses temos esse espírito de ajudar uns aos outros. Quando vimos uma oportunidade fazemos sempre questão de ajudar os outros para terem a mesma oportunidade. Por exemplo, sabemos que não temos boa internet no país, mas quando chega o momento de inscrição do processo seletivo da UNILAB muitos estudantes guineenses, que já estão cursando a graduação, pegam nos documentos de seus conhecidos no país para

lhes fazer inscrição, eu mesmo já inscrevi algumas pessoas. Em resumo, a gente vem estudar na UNILAB porque sabemos que não pagaremos propinas mensais para estudar e ainda teremos a oportunidade de receber auxílio para nos manter no Brasil e assim como sabemos que as provas são corrigidas no Brasil, o que significa ser confiável participar.

PARTICIPANTE 4: É seguinte, eu me lembro que tive informação que Brasil têm bom ensino, esse é o motivo que me levou a vir para o Brasil. A respeito dos guineenses serem mais numerosos na UNILAB entre estudantes internacionais, eu acho que a UNILAB é uma das oportunidades para muitos estudantes guineenses porque, no geral, quem estuda fora, aliás, diplomas de quem estuda fora do país é mais valorizado.

PARTICIPANTE 5: Relativamente a esta questão, como falei, recebi a informação dos meus colegas e do meu irmão que a UNILAB é uma escola pública de custo zero e ainda dá auxílio para estudantes. Considerando que eu não tenho condições financeiras, como muitos estudantes guineenses da UNILAB, por isso resolvi ingressar na UNILAB e acho esse é o motivo que levou muitos estudantes guineenses a ingressarem na UNILAB, pois a propina da universidade na Guiné-Bissau é cara. E as escolas públicas de formação do país oferecem poucas vagas em cada ano letivo.

Antes de discorrermos sobre as falas dos participantes, gostaríamos de dizer que, conforme os dados quantitativos dos estudantes da UNILAB, os estudantes guineenses são estudantes internacionais mais numerosos nessa universidade. Em 2021, a atual reitora da referida universidade chegou de afirmar que a universidade é a que mais possui estudantes guineenses na diáspora.

Esta situação de quantidade numérica dos estudantes guineenses na UNILAB vem sempre levantando curiosidade para muitos. Conforme as falas dos participantes, entre os motivos, o principal motivo desse número de estudantes tem a ver com a gratuidade do ensino público no Brasil, ou seja, na UNILAB não se paga a mensalidade, ao passo que na Guiné-Bissau, mesmo nas instituições de ensino público, os alunos têm obrigação de pagar propinas escolares, como chamam as mensalidades no país, como relata o **Participante 1** "[...] não é que eu não queria estudar e formar na Guiné-Bissau, mas o problema é que a minha família não estaria em condição de me pagar formação tendo em conta difícil situação financeira que lá passamos". O mesmo disse-nos o **Participante 2** "Eu queria cursar graduação na China ou em Portugal, mas não tenho como, porque não tenho condições de pagar meus estudos nesses países" e o **Participante 5** confirma o mesmo com as seguintes palavras: "como falei, recebi a informação dos meus colegas e do meu irmão que a UNILAB é uma escola pública de custo zero e ainda dá auxílio para estudantes. Considerando que eu não tenho condições financeiras, como muitos estudantes guineenses da UNILAB, por isso resolvi ingressar na UNILAB e acho esse é o motivo que levou muitos estudantes guineenses a ingressarem na UNILAB".

Depois disso, vimos que estudantes guineenses procuram também a UNILAB para estudar porque é uma universidade *descolonial*, que não está colonizada como acontece no país de origem, que o ensino procura cumprir com as demandas impostas por outros países, valorização de diplomas conquistados no exterior do país e também porque estudantes guineenses quando encontram uma oportunidade procuram informar os outros.

Com relação à situação de pagamento de propinas nas escolas de formações na Guiné-Bissau, entendemos que o governo guineense deve reavaliar essa questão de pagamento de mensalidade nas instituições do ensino superior do país, pois conforme a UNESCO (2016) o país possui mais de 70% das famílias vivendo em pobreza, sem condições de pagar as escolas de seus filhos. Continuar com a ideia de pagar mensalidade nas escolas de formações públicas da Guiné-Bissau significa que a maioria de estudantes em condições de cursar graduação no país continuará excluída e este não é o princípio que o governo defende através da sua Lei de Bases do sistema educativo de país, como podemos constatar:

LBSE, Art. 38 Do sucesso escolar e apoio

1. Deve ser assegurada a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, pelo estabelecimento e desenvolvimento de atividades e medidas de apoio e complemento educativo (LBSE, 2010, p. 17).

Com base neste artigo, parece-nos que ficou explícito que o governo tem a responsabilidade de garantir a igualdade de acesso ao ensino. Portanto, considerando que a maioria das famílias guineenses não está em condições de pagar mensalidades dos cursos dos seus filhos, o governo deveria reavaliar essa situação de pagamento de propinas no ensino universitário para assim facilitar o acesso da maioria da população jovem, sobretudo, através de provas de admissão.

Quais são as dificuldades por que você passou ao longo do processo seletivo?

PARTICIPANTE 1: Olha, sabe né, eu já estou aqui praticamente há 3 anos, neste momento falar das dificuldades que passei durante o meu percurso para vir na UNILAB, quiçá tendo em conta tempo que isso aconteceu, se eu decidisse elencar todas as dificuldades que eu passei, eu poderia estar aqui apontar umas e deixar as outras. No entanto, para que eu não corra esse risco de esquecer algumas dificuldades que passei até chegar ao Brasil, prefiro-me batizar este momento como um momento mais difícil da minha vida. Olhando os custos da viagem, olhando o meu futuro e olhando a condição financeira da minha família era tudo difícil para mim na altura. Acredito que o Deus foi fundamental para eu possa estudar na UNILAB.

PARTICIPANTE 2: Então, sempre vai haver dificuldades, mas não é um problema assim. O nosso estado não apoia e não se interessa pelo retorno de estudantes. Eu já participei da quota (vaquinha) para estudantes guineenses

virem para o Brasil. Para eu estar aqui no Brasil, os meus pais batalharam muito para pagar a minha passagem aérea.

PARTICIPANTE 3: Certo, certo, vou resumir. Primeiro, é o processo de escrita de redação, como nunca tinha aprendido a escrever redação desse tipo da UNILAB no ensino secundário tive que procurar aprender em curto período de tempo para poder estar em condições de participar do processo seletivo. As aulas de explicação sobre como redigir redação são cobradas em um valor acima de 5.000,00 (cinco mil FCFA). Segundo, tem a ver com a comunicação. Na Guiné-Bissau, se você precisar de um serviço tem que ficar nos ministérios como uma pessoa que está pedindo esmola, não atendem a tempo. O terceiro problema tem a ver com a viagem. Preços de passagens sempre são caras para estudantes que querem vir para o Brasil, a família tem que correr atrás para conseguir esse valor de passagem que não é pouco, considerando tipo de família que tenho [família de baixa renda]. Às vezes também a gente consegue o dinheiro, mas a companhia aérea aparece só nas últimas horas, e quando percebe que estudantes não tem mais outra opção aumentam o processo da passagem, essa é a lógica dessas companhias aéreas.

PARTICIPANTE 4: A maior dificuldade tem a ver com documentação. Para conseguir a documentação necessária é preciso ter dinheiro. Para além de dinheiro, para resolver tudo, as pessoas que trabalham nos ministérios fazem como se fosse estamos pedindo esmola para resolver o problema da nossa documentação. Eu acho também que você passou a mesma situação. É absurdo isso, é preciso que as nossas instituições públicas melhorem nesse sentido.

PARTICIPANTE 5: Resumindo, uma das maiores dificuldades por que passei tem a ver com o dinheiro de pagar documentação e passagem aérea.

Sobre as dificuldades que os participantes passaram ao longo do processo seletivo são várias, mas os principais são problemas de dinheiro, atendimento do pessoal dos ministérios do país da origem, onde fazem documentações para virem ao Brasil, e o problema de redação da prova de admissão.

Participantes alegam que não há participação do governo nas suas vindas para o Brasil e pelo que relataram ainda é que o governo não se interessa pelo retorno dos estudantes. Isso pode demonstrar um pouco de falta de responsabilidade por parte do governo e com relação ao cumprimento de suas funções para com os estudantes, visto que conforme LBSE guineense no seu artigo 37º demonstra que o governo tem, sim, a responsabilidade em apoiar e incentivar as ações dos estudantes guineenses no exterior, como se pode constatar:

1 . Devem ser estimuladas e apoiadas as ações desenvolvidas por associações de guineenses no exterior e entidades estrangeiras que visem:

- a) A formação de imigrantes e respectiva integração no país de acolhimento.

Olhando para este artigo e com documentos que a UNILAB manda para os estudantes assinarem para que os familiares se comprometam em apoiar financeiramente os seus filhos e educandos, nós entendemos que uma vez que a UNILAB vai garantir a formação grátis para esses estudantes, sem pagamento de mensalidades, o governo da Guiné-Bissau poderia assumir a responsabilidade de garantir a permanência dos estudantes guineenses no Brasil, país de acolhimento desses estudantes guineenses, levando em consideração que muitos familiares desses estudantes não estão em condições de apoiar financeiramente os seus filhos.

Com relação ao problema de atendimento de estudantes nos ministérios, onde procuram documentos para virem ao Brasil, e sobre o valor de passagem aérea, com base neste artigo ainda, o governo da Guiné-Bissau deve sempre acompanhar o processo de estudantes aprovados até a sua chegada no Brasil. Acreditamos que só dessa maneira esses problemas podem ser ultrapassados e o governo passe a cumprir efetivamente com suas responsabilidades.

No que diz respeito ao problema de produção escrita que estudantes passam no momento da prova de redação, conforme já falamos anteriormente, é preciso que a produção de gêneros textuais ganhe mais espaço nas aulas de Língua Portuguesa do ensino secundário. Como a UNILAB é a universidade que mais recebe inscrições dos guineenses para o ingresso aos cursos de graduações no exterior, entendemos que é importante que cada escola do ensino secundário público sobretudo promova sempre oficinas para abordar a produção de gêneros textuais, de redação de artigo de opinião sobretudo, e de outros conteúdos da prova que a UNILAB vem solicitando na prova de admissão, para facilitar o ingresso de estudantes guineenses com menos dificuldades.

5.2. INSTRUMENTO 2 – REDAÇÃO

Para análise deste segundo instrumento, o uso de operadores argumentativos (doravante OA) nas redações de dois (2) participantes da pesquisa, a seguir, o nosso propósito é observar como os participantes usam OA no texto para construir suas ideias de forma harmoniosa e coesa, considerando que "os operadores ou marcadores argumentativos são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para determinadas conclusões. São, por isso mesmo, responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem [...]" (KOCH; ELIAS, 2016, p. 64). E, também, explicar sobre o que entendemos de ideias subentendidas por trás dos principais OA expressos nas redações dos participantes, levando em

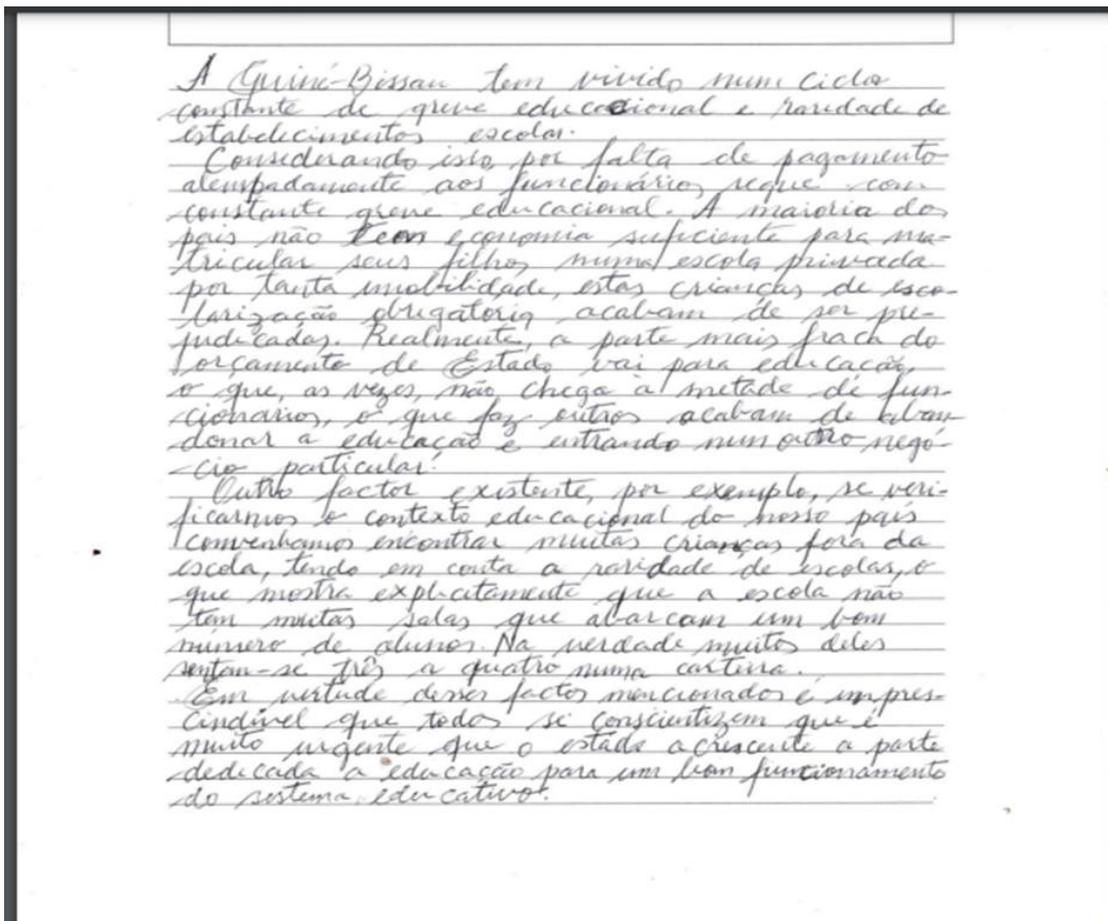
consideração que cada operador argumentativo pode subentender a existência de outros argumentos anteriormente citados no texto.

Vale ressaltar que segundo Koch e Elias (2016) os OA não são apenas elementos textuais, mas discursivos também. Elas podem estabelecer relações discursivo-argumentativas e lógico-semânticas, o que significa encadeamento pode se dar por justaposição além do por conexão.

Concentraremos nossa análise apenas nos principais OA usados no texto por participantes, o que quer dizer que não analisaremos todos os OA que se encontram nas redações a seguir:

Para esta análise baseamos nos estudos de Koch e Elias (2016).

Redação do participante 5. - Redação 1.



Nesta primeira redação, destacamos três (4) operadores argumentativos a saber: conjunção aditiva "e" no primeiro e segundo parágrafo; adjunto adverbial de afirmação

"**realmente**" no segundo parágrafo e expressões "**por exemplo**" e "**na verdade**" no terceiro parágrafo.

a) Em duas ocasiões em que a conjunção "**e**" foi empregada pelo participante elas indicaram uma soma. Ex. "*A Guiné-Bissau tem vivido num ciclo constante de greve educacional e raridade de estabelecimentos escolar*". O autor transmite a ideia de que o país se depara com dois problemas ao mesmo tempo, greve educacional + a escassez de escolas para abarcar o número suficiente de alunos que procuram ingressar nas escolas. Na segunda vez que a mesma conjunção foi utilizada ela transmite também a mesma ideia de adição [...] *o que faz outros acabam de abandonar a educação e entrando num negócio particular*. Das outras palavras, o participante afirma que para além de abandono de educação causado por situação evocada anteriormente também essa situação lhes motiva a fazer outros negócios particulares. –

Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.

b) Referente ao uso de adjunto adverbial de afirmação "**realmente**" no segundo parágrafo, percebemos que o participante intenciona destacar a relevância da preocupação que evocou em seguida em detrimento de tudo o que já foi dito: "*Realmente, a parte mais fraca do orçamento vai para educação [...]*". Ele procura demonstrar que todo o problema já mencionado sobre o sistema educativo é preocupante, mas o principal problema é sobre essa parte fraca do orçamento que é destinada à educação. – **Operadores que indicam o argumento mais forte de uma escala a favor de uma determinada conclusão.**

c) Quando autor afirmar que: "*outro fator existente, por exemplo, se verificarmos o contexto educacional do nosso país convenhamos encontrar muitas crianças fora da escola, tendo em conta a raridade da escola*" transmite a ideia de que já mencionou outros fatores ou pelo menos outro fator antes deste que agora especificou. Sendo assim, a expressão "**por exemplo**" é considerada um operador argumentativo de especificação ou de exemplo. Que ao especificar, dá força ao argumento anterior em favor da tese. – **Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.**

d) Já na utilização da expressão "*na verdade*" muitos deles sentam-se três a quatro numa carteira". Embora essa expressão nos remete a ideia de correção, neste caso, ela também se constitui no texto como um Operador, transmitindo a ideia de reforço das más condições e da pouca quantidade de sala em relação ao número de alunos. – **Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.**

Redação do participante 6.
Redação 2

As sucessivas greves no setor de ensino guineense, nos últimos dois anos letivos, fizeram crescer um gritante número de alunos que concluíram seus décimo segundo anos de escolaridade com as péssimas condições para se adaptarem nas escolas de formações ou universidades e faculdades do ensino no país ou nos estrangeiros. Os professores não conseguem tempo suficiente a fim de licionarem com alto nível de preparação devido os desgastes psicológicos e financeiros causados pelas greves, o que leva nas reduções dos conteúdos a licionar num ano letivo.

O governo guineense, sendo uma entidade legitimado pelo povo a fim de zelar pelo seu bem estar, não tem feito nada para solucionar esse problema, mas sim fez-o piorar cada vez mais, com as seguintes: não manutenção dos equipamentos escolares, não fe nas negociações com a entidade sindical dos professores, pouco interesse em insentivar os docentes etc.

Docentes, como qualquer profissional, não deveria estar implorando pelos seus salários a cada mês ao governo.

Espera-se que o governo guineense vai ter mais sensibilidade de lidar com o setor de ensino a fim de mudar esta paradigma e honrar seu compromisso com o seu povo.

Nesta segunda e última redação, ressaltamos encadeamento por justaposição no primeiro parágrafo, uso de conjunção adversativa no segundo parágrafo de uma forma inapropriada e uso de operador "como".

a) No primeiro parágrafo vimos encadeamento por justa posição quando o autor discorrer o seguinte: "As sucessivas greves no setor de ensino guineense, nos últimos dois anos, fizeram crescer um gritante número de alunos que concluíram seus décimo segundo anos de escolaridade com péssimas condições para se adaptarem as escoas de formações ou universidades e faculdades do ensino no país ou nos estrangeiros. Os professores não conseguem tempo suficiente a fim de licionarem com alto nível de preparação [...]". Nesta situação o autor fez encadeamento por justaposição "As sucessivas greves [...]. Os professores

[...]"'. Aqui temos um encadeamento em que o sentido logico-semântico é causa e consequência. Não precisou usar a conjunção. – **Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.**

b) Já no segundo parágrafo, chama a nossa atenção quando o autor escreveu a conjunção adversativa "**mas**" na seguinte oração: "*o governo guineense, sendo uma entidade legitimado pelo povo a fim de gelar pelo seu bem estar, não tem feito nada para solucionar esse problema, mas sim fez-o piorar cada vez mais com as seguintes: não manutenção dos equipamentos escolares, má fé nas negociações com a entidade sindical dos professores [...]*". Nesta oração, subentende-se a ideia de que o governo não tem feito nada com relação a manutenção dos equipamentos escolares e ainda usa a má fé em negociação com os professores. Contudo, a conjunção adversativa foi usada indevidamente, pois depois de dizer, no primeiro argumento, que o governo *não tem feito nada* depois de escrever a conjunção adversativa "**mas**" era de se esperar que ele trouxesse argumentos que contrapõe o primeiro argumento, pois segundo Kock e Elias (2016), a conjunção adversativa **mas**, neste caso, pertence à classe de **operadores argumentativos que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias**. Vale ressaltar que não analisamos "**mas**" juntamente com o "**sim**" porque entendemos que, neste caso, o "sim" está ali só para reforçar ou intensificar o mas, por isso se retirarmos o sim, neste contexto, não vai afetar o sentido inicial da frase.

c) No terceiro parágrafo constatamos o uso de operador que soma argumentos a favor de uma mesma conclusão por meio do operador "**como**" na seguinte oração: "*docentes, "como" qualquer profissional, não deveria estarem implorando pelos seus salários à cada mês ao governo*". Fica perceptível para nós que o apelo é de que o professor, enquanto funcionário público como qualquer outro, deveria ter o mesmo tratamento em relação aos outros funcionários. Do resto, neste parágrafo, inclusive na citação que analisamos, e em outros só vimos alguns problemas linguísticos referentes a concordância sobretudo.

Depois de análises das duas redações, chegamos à conclusão de que os estudantes participantes têm domínio de redigir a redação, têm noção básica da estrutura do ADO (introdução, desenvolvimento e conclusão), cobrada na prova de admissão que participaram, e assim como sabem colocar, razoavelmente, os operadores argumentativos nos devidos lugares, apesar de alguns equívocos. Contudo, é perceptível a permanência de alguns problemas linguísticos que não fazem parte do escopo desta análise. Por exemplo, na primeira redação constamos alguns problemas, entre eles o uso desproporcional da expressão **o que** "*Realmente,*

a parte mais fraca da educação vai para educação, o que , às vezes, não chega à metade de funcionários, o que faz outros acabam de abandonar a educação e entrando num negócio particular". Na segunda redação quase em todos parágrafos dá para perceber problemas de concordância. Exemplo: no primeiro parágrafo: *"[...] alunos que concluíram seus décimo segundo anos de escolaridade [...]"*. No terceiro parágrafo: *"docentes, como qualquer profissional, não deveria estarem implorando pelos seus salários à cada mês ao governo [...]"*. Ainda no terceiro parágrafo: *"espera-se que o governo guineense vai ter mais sensibilidade"* e assim por diante. Por fim, vale ressaltar que as duas redações não responderam ao comando da redação que era de apresentar seus pontos de vista do que deveria ser a decisão e a intervenção do governo, pais/encarregados de educação, professores e todos os envolvidos.

5.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO DE RESULTADOS E ANÁLISES

Neste capítulo analisamos dois instrumentos da pesquisa a saber: entrevista que procura saber das dificuldades que participantes passaram ao longo do processo seletivo e redação com intuito de analisarmos como que os estudantes utilizam operadores argumentativos nas suas redações.

Na entrevista aplicamos 9 questionários que procuram saber sobre as dificuldades dos participantes no processo seletivo de estudantes estrangeiros da UNILAB que participaram para ingressar nos cursos de graduações que estão cursando de momento, considerando seus letramentos no Ensino secundário do país de origem.

Depois da entrevista, por meio do resultado, chegamos à conclusão que os estudantes passaram muitas dificuldades quando participaram do processo seletivo, com destaque ao problema de falta de dinheiro para pagamento de documentação e compra de passagem aérea do país de origem para o Brasil e problema de falta de domínio de produção de redação, obrigando muitos deles a procurar explicações pagas, como muitos participantes desse processo seletivo, para poder garantir suas aprovações no processo seletivo, pois não aprenderam sobre produção de gêneros textuais durante o ensino secundário.

Segundo os participantes, o ensino público guineense referente às aulas de Língua Portuguesa é muito centrado no ensino de aspectos gramaticais, baseado na gramática normativa, onde os exemplos são retirados literalmente da gramática.

Na redação, o propósito foi saber como que os participantes usam operadores argumentativos nas suas redações, baseando em Koch e Elias (2016).

Depois das redações, resultado aponta que os participantes razoavelmente sabem utilizar os OA na redação. Contudo, os seus textos apresentam alguns problemas linguísticos que não

fazem parte do escopo da nossa análise neste trabalho e assim como o texto carece de argumentos consistentes.

Em parte, aparentemente parece que os dados de redação não contribuíram na reflexão sobre o domínio de produção escrita por parte de estudantes, uma vez que conseguiram produzir redação razoavelmente como é solicitada no processo seletivo, mas foi uma forma estratégica para sabermos se realmente essa prática de produção faz parte de seus cotidianos ou não.

De acordo com o resultado, entendemos que as redações mostram bem que os participantes aprenderam uma fórmula de escrita para o concurso e não para a vida. Nessas redações, temos, tangencialmente, a estrutura de uma redação pertinente para ter nota mínima de passar no processo seletivo, mais nada do que isso. É importante informar que essas redações foram feitas em casa, o prazo da entrega de redação acordado era de uma semana, mas elas foram entregues duas semanas depois. Desta forma, inferimos que se a redação fosse feita em uma sala de aula com a duração máxima de 90 minutos, como acontece no processo seletivo, é capaz de encontrarmos mais problemas nos seus textos.

Vale lembrar ainda que não foi fácil encontrar participantes que se disponibilizassem para participar da redação, somente os dois que aceitaram participar dessa fase de pesquisa. Isso quer dizer que queríamos mais participantes, mas não conseguimos.

Entendemos que poderíamos ter deixado em aberto ponto que deveria ser analisado, mas como já são alunos de graduação aqui no Brasil, de entre 3º a 6º semestre, entendemos que não teriam muitos problemas, por isso que só queremos entender como é a produção desse gênero nos seus cotidiano.

Para o próximo trabalho que pretendemos realizar no país de origem esperamos deixar tudo em aberto para analisarmos depois. Acreditamos que dessa forma conseguiremos saber mais sobre essa questão de produção escrita por parte dos participantes, pois percebemos que neste trabalho não conseguimos explorar da melhor forma este assunto devido a mudança da pesquisa feita aqui no Brasil que deveria ser realizada com estudantes no país de origem (na Guiné-Bissau). Por este motivo, percebemos que essa mudança de alguma forma criou impacto tanto na produção das redações quanto nas respostas das entrevistas.

6. CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa, a partir dos resultados, chegamos à conclusão de que estudantes guineenses, participantes do processo seletivo da UNILAB, enfrentam muitos problemas ao longo do processo seletivo. Entre os principais problemas que os participantes enfrentaram são problemas de dinheiro para compra de passagem e de tratar outros documentos no país; falta de atendimento adequado nos ministérios do país de origem, onde procuram documentos a fim de viajar para o Brasil; a falta de informação suficiente sobre o edital por parte da UNILAB e o problema de falta de domínio de produção de redação que a UNILAB pede na prova de admissão, obrigando muitos estudantes a pagar explicação (cursos) para poder participar do processo seletivo.

Vimos que o maior número de estudantes guineenses na UNILAB entre os estudantes internacionais se justifica devido à falta de universidades públicas no país e porque também a maioria de estudantes que procura ingressar na UNILAB não tem condições financeiras para pagar ensino superior no país, uma vez que tanto no ensino superior privado assim como no público são pagas as mensalidades que não estão em alcance de muitos.

Os dados apontam ainda que o ensino de Língua Portuguesa na Guiné-Bissau é mais da abordagem gramatical, concentrado na gramática normativa, o que acaba levando muitos estudantes a não terem conhecimento sobre produção de gêneros textuais.

Perante os problemas constatados, a partir dos resultados, no que diz respeito à falta de dinheiro e a falta de atendimento adequado aos estudantes nos ministérios do país, entendemos que o governo, uma vez ciente desse processo seletivo, deve contribuir para garantir o cumprimento do seu dever de incentivar e apoiar estudantes guineenses em suas formações. Esta situação pode ser diminuída se o governo passar a acompanhar o processo dos alunos aprovados sobretudo, delegando alguns funcionários do Ministério da Educação Nacional para acompanhar os estudantes aprovados durante todo o processo de solicitações de documentos em diferentes ministérios até às suas viagens ao Brasil. O governo, como forma de incentivar e apoiar os estudantes, deve assumir a compra de passagem aérea dos estudantes aprovados, considerando também que cerca de 70% da família guineense vive abaixo do limiar de pobreza conforme a UNESCO (2016).

A falta de informação sobre o processo seletivo que os participantes relatam, compreendemos que é preciso que o letramento de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) seja implementado no ensino básico e ensino secundário do país para, assim, permitir que os estudantes estejam a par do que esteja acontecendo. Dissemos isto porque entendemos que se os estudantes tivessem o conhecimento de TDIC não teriam dificuldades de achar respostas de suas indagações com relação ao processo seletivo que participaram, pois a universidade tem uma página eletrônica onde disponibiliza todas as informações a respeito do processo seletivo de estudantes estrangeiros.

Sobre a falta de domínio de redação, reconhecemos que é o principal problema entre as preocupações levantadas. É preciso que haja um debate sério sobre a situação de ensino de LP na Guiné-Bissau. Somos da opinião de que é necessário, sempre que possível, promover debates, palestras, encontros semestrais ou anuais entre os professores de LP do ensino básico e do ensino secundário com os linguistas aplicados para conversarem sobre a metodologia de ensino de LP e matérias de apoio de ensino de línguas, sobretudo a introdução de ensino e produção de gêneros textuais nas aulas de LP, talvez isso possa mudar essa ideia de que para escrever e falar a LP é preciso dominar a gramática normativa. Há vários teóricos da área de Ensino de LP L2 que já derrubaram esta máxima de que para aprender a língua é preciso dominar a gramática, mas presumimos que muitos professores guineenses, do ensino básico e ensino secundário sobretudo, desconhecem essas teorias, por isso vale a pena a promoção desses encontros com os pesquisadores da área de LA, pois "dentro de Linguística Aplicada, que se ocupa de maneira geral com questões de uso da linguagem, a subárea de ensino/aprendizagem [...] tem merecido nestes últimos anos bastante atenção em forma de expectativa" (ALMEIDA FILHO, 2015, p. 63). E "a Linguística Aplicada é uma prestadora de serviços quando assessora, por exemplo, o professor na preparação de material de ensino de línguas" (LEFFA, 2001, p. 5).

Nos cursos superiores de formação de professores de LP no país, é preciso que os professores sejam recrutados de acordo com as áreas de formação relacionadas com as disciplinas curriculares do curso. Os professores formadores, maioritariamente pós-graduados, devem ter formação, no mínimo, nas áreas de Linguística, Linguística Aplicada e Literatura com suas respectivas linhas de pesquisa para poder equilibrar a formação dos estudantes.

O que intensificamos dizer a respeito do ensino de LP no país de origem dos participantes é porque acreditamos que o conhecimento da gramática normativa não é suficiente

para levar o aluno a escrever e a falar bem uma língua, pois "[...] a língua, por ser uma atividade interativa. Direcionada para a comunicação social, supõe outros componentes além da gramática, todos, relevantes, cada um constitutivo à sua maneira e em interação com os outros" (ANTUNES, 2007, p. 40). Ainda segundo a autora, esse apego ao ensino da gramática normativa apenas:

Na prática, nós nos esquecemos de que uma língua, além de uma gramática, tem também um léxico, quer dizer, um conjunto relativamente extenso de palavras, à disposição dos falantes, as quais constituem as unidades de base com que construímos o sentido de nossos enunciados (ANTUNES, 2007, p. 42).

Partindo desse pressuposto, concluímos que é daí que vale a pena o ensino de gêneros textuais e de produção escrita sobretudo, numa perspectiva de interação, onde possam ganhar mais espaço nas aulas de LP na Guiné-Bissau, visto que "o trabalho escolar, no domínio da produção de linguagem, faz-se sobre os gêneros, quer se queira ou não. Eles constituem o instrumento de mediação de toda estratégia de ensino e o material de trabalho, necessário e inesgotável, para o ensino da textualidade (SCHNEUWLY, et al., 2004, p. 44).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 – 8ª Edição.

ANEME. **Estudo Guiné-Bissau: enquadramento, perspectiva de desenvolvimento, levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais**. Pólo tecnológico de Lisboa, 2018.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. – São Paulo: Parábola editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. – São Paulo: Editorial, 2007.

_____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. 1. Ed. –São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. [Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra]. – 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. (2006). **Estética da Criação Verbal** [Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, pp. 261-306.

BALDÉ, Baró. **Formação de Professores de Língua Portuguesa na Escola Normal Superior "Tchico Té"-Guiné-Bissau**. Dissertação de mestrado. Lisboa –Portugal. 2013.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. [Tradução Ana Rachel Machado e Péricles Cunha]. – São Paulo: EDUC, 1999.

CÁ, Imelson Ntchalá. **Abordagens de ensinar Português Língua Segunda no contexto guineense de Ensino Médio e Superior**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília – UnB, 2019.

CELANI, Maria Antonieta Alba. *Questões de ética na pesquisa em Lingüística Aplicada. Linguagem & Ensino*. Vol. 8, No. 1, 2005 (101-122).

CENPEC. Pontos de Vista. Caderno do docente: **orientações para produção de textos do gênero artigo de opinião**. Coordenação: Maria Aparecida Laginestra. Autores: Ana Luiza Marcondes Garcia, Ana Paula Severiano, Egon de Oliveira, Eliana Gagliardi, Heloísa Amaral. – 7ª Edição, Cenpec, 2021. Coleção da Olimpíada.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DÍAZ, Marichal Damián Humberto. **A reflexão metalingüística sobre a modalização no artigo de opinião em uma sequência didática de preparação para o exame Celpe-Bras**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília – UnB, 2019.

DOLZ, J; SCHNEUWLY, B.; HALLER, S. (1997). In: **Gêneros Orais e Escritos na escola**./tradução e Organização Roxane Rojo e Glaís Sales. – Campinas, São Paulo: Mercado das letras, 2004.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso; CARVALHO, Robson Santos de. **Produzir Textos na Educação Básica: o que saber, como saber.** –1. ed. –São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FUZA, Ângela Francine; MIRANDA, Flávia Danieele Sordi Silva. *Tecnologias digitais, letramentos e gêneros discursivos nas diferentes áreas da BNCC: reflexos nos anos finais do ensino fundamental e na formação de professores.* Revista Brasileira de Educação v. 25, 2020.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Adair Vieira; FERRAZ, Mariolinda Rosa Romera. *Sequências didáticas como instrumento potencial da formação docente reflexiva.* D.E.L.T.A., 32.1, 2016 (119-141).

GONZÁLEZ, Verónica Andrea; QUEVEDO-CAMARGO, Gladys. *O ENSINO DE GRAMÁTICA EM CURSOS TEMÁTICOS DE PBLs: uma proposta pedagógica.* AOTP – American Organization of Teachers of Portuguese FALL 2017.

GRADO, Katlen Bohm. *O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização.* IX ANPED SUL (Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul), 2012.

HENGEMUHLE, Adelar. **Formação de professores: da função de ensinar ao resgate da educação.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

INFAU, L. L. **Estágio de observação em literatura: da teoria à prática, um estudo comparativo entre escolas e professores em Fortaleza e em Bissau.** Monografia de graduação (licenciatura). Redenção/CE – Brasil, 2019.

KLEIMAN, Angela B.. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 375-400, jul./dez. 2010.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar.** São Paulo: Contexto, 2016.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean [Trad. MONTEIRO, Heloísa; SETTINERI, Francisco]. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFFA, Vilson J. *A lingüística aplicada e seu compromisso com a sociedade.* Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Lingüística Aplica. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão.** –São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MINAYO, Maria Célia de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** – 10. ed. – São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, CULTURA, CIÊNCIA, JUVENTUDE, E DOS DESPORTOS. **Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (2010).**

MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. *Motivação para a pesquisa, determinação de parcerias e divisão da coautoria e invenção: principais critérios utilizados pelos pesquisadores da área da Biotecnologia.* Em *Questão*, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 29 - 45, dez. 2012.

PAIVA, V. L. M. de O. **Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PASCOAL, Lílian Aparecida Vimeiro. **Avaliações escritas de Língua inglesa em contextos de extensão e formação de professores: possíveis relações com letramento crítico.** Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, 2018.

PATIAS, Naiana Dapieve; HOHENDORFF, Jean Von. **Críticos de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa.** *Psicol. estud.*, v. 24, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). *Saberes pedagógicos e atividade docente.* São Paulo: Cortez Editora, 1999.

PINHEIRO, Petrilson A. *Pesquisa em contextos de ensino e aprendizagem por meio do uso da internet: uma ecologia de saberes.* *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, e180699, 2018.

ROCHA, Décio; DAHER, Del Carmen. *Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar?* *D.E.L.T.A.*, 31-1, 2015 (105-141).

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. *Letramentos escolares: coletâneas de textos nos livros didáticos de língua portuguesa.* **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 433-465, jul./dez. 2010.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. *A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências.* *Revista Atos de Pesquisa em Educação/ Blumenau*, v.16, 2021.

ROSA, Milton Rosa; OREY, Daniel Clark. *Etnomodelagem a Abordagem Dialógica na Investigação de Saberes e Técnicas Êmicas e Éticas. Contexto & Educação.* Editora Unijuí. Ano 29, nº 94, Set./Dez. 2014. P. 132-152.

SANÉ, Samba. *Os desafios da educação na Guiné-Bissau.* *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, Brasil, v.1, p. 55-77, jan/jun 2018.

SANI, Fanca. **O Lugar e as Relações do Português como Língua Oficial na Escola da Guiné-Bissau. 1996.** 120 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas/SP, Brasil.

SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. **Análise e produção de textos.** São Paulo: Contexto, 2012.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: o ensino bilíngue português-crioulo guineense.** 2013.371 f. Tese (Tese de

Doutoramento em Linguística) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade nova de Lisboa.

SCARAMUCCI, Matilde. *Avaliação da leitura em inglês como língua estrangeira e validade de construto*. **Calidoscópico**. Vol. 7, n. 1, p. 30-48, jan/abr 2009.

_____. O exame Celpe-Bras e a proficiência do professor de português para falantes de outras línguas. In: Revista DIGILENGUA. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, n. 12, jun. 2012, p. 48-67.

SCHMITZ, John Robert. **Linguística Aplicada e o Ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil**. Alfa, São Paulo. 36: 213-236. 1992.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. e colaboradores. **Os gêneros escolares – Das práticas de linguagem aos objetos de ensino**. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 61-78.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da Pesquisa**. Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE, 2ª Edição Revisada, 2015.

SILVA, Ciro Lopes da; SAMPA, Pascoal Jorge. *Língua Portuguesa na Guiné-Bissau e a influência*. RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa – n.31 – 2017.

SILVA, Cleiton Reidorfer; PINTON, Franciele Matzenbacher. *Mapeando a escrita de estudantes do ensino fundamental: Em foco o artigo de opinião*. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(58.3): 1084-1112, set./dez. 2019.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista Brasileira de Educação, Jan /Fev /Mar /Abr. 2004, nº 25.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. *Relatório de estado do sistema educativo nacional de Guiné Bissau*. Polo de Dakar do IPE-UNESCO, 2016. Acesso em << https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247043_por>> às 08h do dia 20 de janeiro de 2019.

WEIGLE, S. C. **Designing writing assessment tasks**. In: *Assessing writing*. Cambridge: CUP, 2002. p. 77-107.